

ESCÂNDALO DOS AVIÕES

DOIS GENERAIS VÃO A TRIBUNAL



Um «Alouette» em exercícios militares no Centro do País

Retornados são "negócio da China"

Vários milhares de «retornados» instalados em Portugal na senda da descolonização constituem um «negócio da China» para numerosos grupos de oportunistas que não têm o menor escrúpulo em explorar a sua situação. E o mais curioso é que muitos desses exploradores são os mesmos que clamam contra «os horrores da descolonização» e manipulam com fins políticos esses mesmos «retornados».

Depois do «escândalo I. A. R. N.», que levou à suspensão de alguns dos seus funcionários e à abertura de um inquérito à actuação daquele organismo, novos factos vão sur-

gindo. Um deles, documentado em declarações ao «D. L.» de alguns dos visados, aponta para Armação de Pêra, onde indivíduos identificados — o sr. Lopes Sabino, dos «Apartamentos Sabino», o sr. Carvalho, da «Estalagem Algar», o sr. Simões das instalações do Pontal — recolhem lucros chorudos especulando com o arrendamento de apartamentos e até com as verbas para alimentação dos «retornados».

Quem protesta pode ser acusado de pertencer ao M. P. L. A.

(Centrais)

GREVE DO PÃO ACABA HOJE?

(PÁG. 11)

LIBERALIZADOS OS DESPEDIMENTOS

(PÁG. 11)

CANDAL NA ASSEMBLEIA:

"REACCIONÁRIOS SÃO INSACIÁVEIS"

(PÁG. 2)

24 PÁGINAS

A Comissão Administrativa da Saprel — Sociedade Aero-Portuguesa de Representações, Ld.ª — actualmente com intervenção estatal solicitou, ontem, na Polícia Judiciária Militar, a instauração de três processos-crime contra Carlos dos Santos Nogueira, 1.º tenente da Armada na reserva; João Faustino de Albuquerque Freitas, general da reserva da Força Aérea e Bernardo Tiago Mira Delgado também general da reserva da Força Aérea, todos moradores em Lisboa.

Segundo os factos que servem de base à instauração dos respectivos processos, teriam sido «detectadas — naquela firma — várias irregularidades, desvio de fundos e exportação ilegal de capitais», envolvendo os presumíveis arguidos, conforme exame à contabilidade da signatária feitos por serviços do Ministério das Finanças.

Além dos três militares referidos, a Saprel, que é representante de várias empresas estrangeiras fabricantes de material aeronáutico (marcas Aviocar, Cessna, Puma, Fiat, Alouette, etc.) solicitou, ainda, à Polícia Judiciária procedimento criminal contra Maria Teresa de Lorena Oliveira Costa Nogueira, Maria Manuel Delgado dos Santos Nogueira Guimarães, Luis Manuel de Lorena Costa Nogueira, José Manuel de Lorena Costa Nogueira e Carlos Manuel de Lorena Costa Nogueira, que foram gerentes da mesma sociedade ou estariam envolvidas nos mesmos actos ilícitos referidos.

Segundo os factos que servem de base à instauração dos processos teria sido detectado que no ano de 1967 e 1968, a Saprel interveio em vários contratos de fornecimento à Força Aérea, aparecendo registados na contabilidade da mes-

ma empresa, comissões muito inferiores às que normalmente seriam devidas por tais transacções, admitindo-se que houve um desvio de cerca de 10 000 contos. Também no ano seguinte, 1969, efectuaram-se negócios semelhantes, sem que na caixa da Saprel tivessem entrado os respectivos 3 000 000 francos franceses (aproximadamente 18 mil contos).

Outros factos apontados dizem respeito a datas próximas do 25 de Abril e em que a Saprel teve intervenção na venda de duas frotas de aviões, uma de marca Cessna no valor aproximado de 8 000 000 de dólares e outra, Aviocar, no montante de 24 770 335 de dólares. Segundo a acusação, as despesas com tais contratos estão provadas documentalmente, sem que tivessem entrado nos cofres da firma portu-

guesa as respectivas comissões.

Sabe-se ainda que se encontra documentada na contabilidade da Saprel uma saída de 6133 contos a favor do cidadão francês, François Reynet, sem que para a saída de tal soma se encontre justificação, além de que a transferência para o estrangeiro de tal valor não se encontra devidamente autorizada.

Há provas, por outro lado, de que o principal gerente da Saprel, Carlos Costa Nogueira, é titular, pelo menos, de uma conta bancária em França, no Banco Crédit-Lyonais (Paris) e conta já com processos pendentes no Tribunal Militar da Marinha por actos idênticos.

Registe-se que a Saprel esteve ligada às vendas de todos os helicópteros Alouette e Puma utilizados pela Força Aérea Portuguesa nos últimos 15 anos (cerca de 200 unidades no valor aproximado de dois milhões e 200 mil contos) e às compras mais recentes (pouco antes do 25 de Abril) dos Cessnas e dos Aviocar que custaram 1 milhão e 200 mil contos. No entanto o grosso das receitas da empresa assentava no fornecimento de sobressalentes, material de guerra e munições.

O general Albuquerque de Freitas, que vendeu o ano passado a sua quota (de 120 contos) na empresa, por 2500 contos, à família Nogueira, é conhecido pelas suas íntimas ligações com alguns dos elementos mais conservadores

das Forças Armadas.

Numa carta dirigida ao ex-general Spínola, em 30 de Setembro de 1974, após a renúncia do então Presidente da República, Albuquerque Freitas sublinha que aquele era a «única pessoa que no meio disto tudo representava para mim e para muitos outros a pureza das intenções e a seriedade dos processos, tendo como objectivo último a prometida instituição de uma democracia em Portugal.» «A tua renúncia» — lê-se ainda na carta — «prova-me bem que apesar dos anos te mantens ainda o mesmo Spínola de que me tornei amigo na juventude e admirador ao longo da tua exemplar carreira militar».

Admite-se ainda como certo o envolvimento, em todo este processo, de destacadas figuras na vida política e militar francesa, (incluindo generais na reserva) que exerciam funções no Gabinete-Geral do Ar (Office Général de l'Air), empresa estatal responsável pela venda de aviões (incluindo os de combate) a outros países.

Entretanto, e conforme apurámos, uma consulta atenta a arquivos e uma investigação cuidada dos circuitos de corrupção, poderá levar a descobertas reveladoras do envolvimento de civis e oficiais (subalternos e superiores), que funcionavam, a troco de chorudas recompensas, de acordo com as necessidades e interesses dos franceses ou dos responsáveis da Saprel.



Apesar da nacionalização do sector das pescas, não foram feitas quaisquer alterações de fundo — declarou, em conferência de imprensa realizada esta manhã, a Coordenadora das Comissões de Trabalhadores das Empresas de Pesca Nacionalizadas e Intervencionadas, reivindicando o direito dos trabalhadores participarem activa e plenamente na reestruturação do sector, de acordo com o que a esse respeito estabelece a Constituição. (Ler na pág. 24)

P.S.O.E. fará em Espanha Congresso proibido

MADRID, 20 — (ANOP, F.P., R. e «D.L.»). — O Comité Executivo do Partido Socialista Operário Espanhol distribuiu durante a noite passada uma nota em que reafirma o seu «firme propósito de efectuar em território espanhol o seu congresso», apesar dos sucessivos entraves colocados pelo Governo de Adolfo Suárez, que, apesar de referir que a medida é apenas temporária, assume ares de verdadeira proibição. A nota do P. S. O. E. acrescenta que, se as autoridades de Madrid mantiverem a sua recusa em permitir a celebração do congresso na capital, a reunião

Continua na pág. 24

Nacional

Política de A a Z

TODA A VERDADE

A «Ordem da Liberdade» esqueceu-o, como esqueceu Nuno Cruz, Mário Castelhamo, Bento Gonçalves. E ninguém poderia evocar melhor e mais alto a audácia panfletária no combate à noite da inteligência, à mordaca da censura, ao obscurantismo e aos espectros, do que o «seareiro» Raul Proença, colaborador da «Alma Nacional», republicano de 1910, socialista nos anos vinte, nos anos vinte antifascista, depois de 1926 clandestino, perseguido, exilado. E ninguém melhor do que Mário Castelhamo e Bento Gonçalves, mas pelo puro mérito das suas personalidades históricas, não pelo simbólico significado da deportação e da morte a 17 de maio os braços separados do mesmo corpo proletário, a merecerem ser recordados pela intenção de dar à liberdade reconquistada a maior extensão e o conteúdo inteiro. Mas Raul Proença, vivo nas suas páginas de polémica ardorosa, divinatoria e lúcida, é, ainda, uma presença que agita as águas mortas do conselheiral conformismo, que contraria a tendência para os esquecimentos tranquilizantes. Recordar Raul Proença, relever Raul Proença, é, todavia, bem necessário. Pelo seu exemplo e com as suas palavras, ele exorta-nos a prosseguir, tantas vezes objecto dos mais ordinários ataques, tantas vezes à mercê das vis calúnias, tantas vezes decepcionado com a mesquinhaz dos antagonistas, na senda ingratíssima. Ele dizia: «Nós, que fizemos o voto de dizer toda a verdade, e de conservar sempre acesa a sua chama luminosa, levantamos a nossa voz de protesto e acusação. Acusamos os de ontem e os de hoje. Os que já fizeram o mesmo e agora o condenam nos outros, e os que, para corrigir os erros passados, começam por seguir os métodos do passado».

O imprudente «voto de dizer toda a verdade», mas de dizer «toda a verdade política», explica que «a nossa voz de protesto e acusação», desagradada a gregos e troianos. A «verdade política» tem um contexto, refere-se a uma conjuntura, reflecte o seu próprio movimento dialéctico. Recusa a fixidez; mas não abdica da coerência. Obedece a um critério de intervenção, a uma noção de realismo; implica uma opção estratégica e opções tácticas. Apoiar-se numa «prática política» ou no critério inspirador dessa «prática» segundo, evidentemente, um juízo que é contingente porque não escapa à limitação de uma subjectividade pessoal ou intergrupar. Mas será possível proceder de outro modo se queremos, como homens políticos, dizer «a verdade toda»?

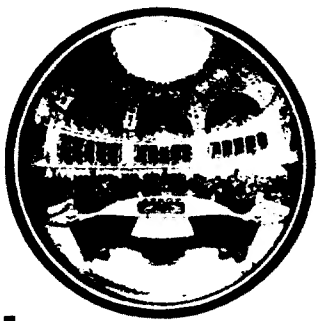
A LIBERDADE TERÁ DE SER DEFENDIDA

Um comunicado do Secretariado de Estado da Comunicação Social emprega uma linguagem dura relativamente aos manipuladores reacconários da imprensa regional. Haverá almas sensíveis que se surpreendam, comovam e agastem, mas, realmente, a «liberdade da imprensa» tem um limite social que nunca poderá ser confundido com a total liberdade de perversão da opinião pública contra as instituições democráticas e o processo revolucionário antifascista. Não podemos consentir que as conquistas políticas, económicas e sociais do «25 de Abril» sejam atacadas no uso, ou mais exactamente, no abuso, de uma liberdade de imprensa que é utilizada contra a liberdade e a democracia. A nota, neste aspecto, é firme, precisa, categórica: «Não poderá haver mais tolerância para aqueles que fazem da manipulação e intoxicação da opinião pública uma arma ao serviço de projectos políticos totalitários. O recurso às cabalas e às mentiras mais torpes é uma forma de destruição das conquistas e dos direitos fundamentais do povo português que o Governo Constitucional não permitirá».

Reconhecendo a «todos os portugueses o direito de se exprimirem e divulgarem livremente o seu pensamento pela palavra sem impedimentos nem discriminações», entende-se — e é essa a boa doutrina que a liberdade só será assegurada se aos inimigos das instituições democráticas e da «ordem constitucional» for travado o passo... enquanto é tempo.

BEM PREGA O ALMIRANTE

Na entrevista que concedeu ao «Jornal de Notícias» do Porto, o almirante Pinheiro de Azevedo, interpretando justamente as regras, afirmou: «Um militar no activo não faz política, a não ser que esteja no Conselho da Revolução. Esta foi sempre a minha opinião desde o 22 de Abril, momento em que os militares revolucionários aceitaram e subscreveram como eu, um protocolo, segundo o qual só fariam política dentro dos órgãos do M.F.A.». Este princípio formal não tem sido respeitado. Há militares que fazem política com a maior publicidade. Outros fazem política discretamente. Mas a política invadiu os quartéis, é o prato forte de almoços, e jantares de camaradagem militar. Compreende-se perfeitamente que muitos militares estejam preocupados, mas as preocupações dos militares deverão encontrar uma forma de expressão normal. As estruturas do M.F.A. foram, durante um certo período, essa forma de expressão normal e de normal legitimação de decisões que têm carácter político, ou político-militar, e que, representam ou significam um empenhamento colectivo. Reduzido constitucionalmente a «órgão de conselho» o actual Conselho da Revolução, apesar de manter funções importantes, deixou de prevalecer, sob múltiplos aspectos, em relação à hierarquia militar institucionalizada. E o mais grave é que se faça política, regional e nacional, militar e diplomática, fora do Conselho da Revolução. E o mais grave é que o Conselho da Revolução critica do nas suas funções, e contestado na sua composição, seja presidido pelo Presidente da República e Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. A contestação da «direita» (civil e militar) é apenas moderada na linguagem, mas escolheu já como alvo o próprio general Ramalho Eanes.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Candal avisou: "Reaccionários são insaciáveis!"

Numa sessão, marcada uma vez mais, pela vitória da maioria de esquerda — ratificou os diplomas do Governo sobre as autarquias locais — as palavras de Carlos Candal (PS), proferidas antes da ordem do dia, tiveram eco profundo nas bancadas do seu partido, no sector comunista e, até, junto dos mais assistentes espalhados pelas galerias.

Aquele deputado de Aveiro antigo e consequente militante antifascista, diria no final da sua intervenção, sobre a «Lei dos Pides», dirigindo-se às forças progressistas: «não esqueçam que os reacconários são insaciáveis. Não se contentam com cedências ou compromissos! Exigirão sempre mais: o regresso de Caetano, a canonização de Salazar, o poder, a PIDE!».

Numa pormenorizada análise, «do enquadramento político-militar dos agentes e responsáveis da PIDE/DGS», Carlos Candal referiu os problemas levantados durante a discussão da matéria na Constituição, recordou a sua libertação e, por fim, referiu a decisão do 2.º Tribunal Militar Territorial sobre a pretensão «inconstitucionalidade» da Lei 8/75, comentando: «trata-se de uma decisão totalmente carecida de fundamentação, não merecendo assim, sequer, o vulgar comentário da glória forense que diz sempre haver três bons argumentos para defender uma asneira». Lembrou ainda que «felizmente ninguém teve o à-vontade de vir a público defender a deliberação do Tribunal mas muita gente terá rejubilado com a

decisão (basta pensar que em Portugal havia mais de 30.000 informadores).

A VOTAÇÃO

Aconteceu depois a votação da rectificação dos diplomas do Governo que regulamentam eleições e funcionamento das autarquias locais. Os 123 votos do PS, do PCP e da UDP irritaram, uma vez mais (e profundamente) os 83 deputados do PPD e do CDS presentes ontem em S. Bento. Os risos «amarelos» de Freitas do Amaral, Sá Carneiro, Basílio Horta, Barbosa de Melo e outros, disfarçaram mal a incomodidade que Amaro da Costa (o paladino da coligação PS-PPD-CDS) manifestava ostensivamente.

Cabe, aliás, anotar que o vice-chefe «centrista» esqueceu-se desta vez, de citar uma sua já habitual frase — «ditadura da maioria» — muito utilizada nos anos 23-25, pelos partidos reacconários que na mesma sala de S. Bento, prepararam o triunfo do fascismo, acusando a maioria parlamentar, constituída pelo então Partido Democrático, de «ditatorial».

Curiosa, entretanto, a declaração de voto de Rui Pena (CDS), que, ao justificar a posição do seu partido diria temer que as autarquias «regressem à democracia selvagem». Sérvulo Correia (PPD-PSD) mostrou-se preocupado com a «conjunção de votos» PS-PCP-UDP, agitando para tal expressões como «o centralismo jacobino do século passado» (visava o PS) ou o «centralismo leninista» (PCP). Acácio Barreiros (UDP) afirmou ter votado com reservas, pelo facto de a legislação «difi-



Carlos Candal (P. S.)

cultar a iniciativa popular», enquanto que Veiga de Oliveira (PCP) considerou que o voto comunista teve como objectivo «salvaguardar o estrito cumprimento da Constituição» solicitando, entretanto, ao Governo a rápida elaboração de uma lei que defina as atribuições e competência das autarquias de modo a evitar a continuação da vigência do Código Administrativo de Caetano.

Na discussão na especialidade tiveram aspectos curiosos as intervenções motivadas pela proposta (derrotada) do CDS de um mínimo de 50 por cento de assistência aos plenários de frequência, para serem representativos. Acácio Barreiros perguntaria a Amaro da Costa se o CDS considerava representativos, nessa, ordem de ideias, os plenários da CAP...

A discussão na especialidade prossegue entretanto hoje, admitindo-se que se prolongue até sexta-feira, dado o número (50) de propostas de alteração aos diplomas em causa.

Antes da ordem do dia merecem ainda referência as intervenções de Américo Viveiros (PPD-PSD) e António Rebelo de Sousa.

O primeiro visou o discurso recente de Jaime Gama, a que denunciara o modo pouco «nacional» como o Governo regional está a funcionar. Viveiros defendeu a competência de Mota Amaral e seus secretários mostrando-se agastado com o entendimento local (Açores) das diversas forças progressistas.

António Rebelo de Sousa, também «pêpêdê», fez uma intervenção mais de fundo, insistindo na necessidade de desenvolvimento económico e à sua possibilidade de implicar a «recuperação social de algumas estruturas capitalistas». Na linha de anteriores intervenções de Sérvulo Correia e Amaro da Costa sobre os «perigos para a democracia», aquele deputado referiu ainda entre condições mínimas para a «consolidação e estabilização da democracia» o «apagamento tendencial da intervenção do poder militar nos assuntos que respeitam à esfera do poder político» e apelou a uma coligação PS-PPD ao mesmo tempo que «paternalmente aconselhava o PS-Governo a fazer da homogeneidade e unidade interna a sua principal arma»...

E.A.

"Povo Unido" contra regresso ao "24 de Abril"

«As dificuldades que o processo político português actualmente atravessa não podem deixar de preocupar todos quantos aspiram à instauração no nosso país de uma democracia socialista, isto é, em que a palavra democracia não tenha sentido meramente formal, mas assuma significado nos planos económicos, político e social» — escreve a Comissão Eleitoral Unitária «Povo Unido» da Figueira da Foz em manifesto ao povo do concelho. E prossegue:

«A grave situação económica e social herdada do fascismo, erros cometidos e a incapacidade das forças democráticas em ultrapassar divergências secundárias e em colocar em primeiro plano o que fundamentalmente as deveria unir, conduziram a uma situação que as forças de direita habilmente têm aproveitado em seu favor.

«Os ataques aos homens do 25 de Abril sucedem-se. As conquistas fundamentais da revolução são cada vez mais abertamente postas em causa. Medidas como a libertação dos pides, manobras que visam dividir os trabalhadores e confundir as populações, o saneamento de homens honestos e competentes e a reintegração de reacconários, encorajam as forças do passado. Nenhum verdadeiro democrata

pode deixar de sentir a necessidade de se opor às forças que procuram fazer voltar o nosso país ao 24 de Abril.

«Pode evitar-se este regresso. Importa, para tanto, que todos os partidos, homens, organizações, grupos, sectores e correntes de opinião democrática constituam uma ampla frente que trave a investida da direita, consolide a democracia e prepare novos avanços no sentido do progresso».

FRENTE L.C.I./P.R.T.

A Liga Comunista Internacionalista e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, tendo decidido, no passado dia 13, constituir-se numa «Frente Eleitoral» denominada «Frente LCI/PRT», viram ontem o seu processo de legalização rejeitado pelo M.A.I. sob a justificação de que o prazo para apresentação da constituição de frentes encerrou no dia 1 do corrente mês.

De acordo com a Lei (publicada em 29 de Setembro), o prazo legal para a constituição de quaisquer frentes expirou no início do período para apresentação de candidaturas. Iniciando-se este no dia 1 de Outubro, restaram apenas 24 horas para a formação de frentes.

Esta argumentação foi expressa pela L.C.I./P.R.T. aos grupos parlamentares do P.S. e P.C.P. e ao deputado da U.D.P. solicitando que propusessem à Assembleia da República, na sessão que decorre esta tarde, a alteração da lei.

7.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa

ANÚNCIO

O Dr. Joaquim Augusto Valente Cantante, juiz de Direito do 7.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa.

Faz saber que por este Juízo e 1.ª secção correm seus termos uns autos de execução sumária em que são exequente Organólise Contabilidade, Organização e Análise, Lda, com sede na Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 48-D, desta cidade, e executado ARY DE CAMPOS, cujo nome completo é ARY HENRIQUE RAMOS SILVESTRE DE CAMPOS, divorciado, residente na Rua da Palma, n.º 266, desta cidade, e neles correm editos de vinte dias, citando os credores desconhecidos para no prazo de dez dias, findo o dos editos, que se contará da segunda e última publicação deste, deduzirem os seus direitos, nos termos dos artigos 864.º e seguintes do Código de Processo Civil, desde que gozem de garantia real sobre os bens penhorados.

Lisboa, 9 de Outubro de 1976

O ESCRIVÃO DE DIREITO DA 1.ª SECÇÃO (Assinatura ilegível)

O JUIZ DE DIREITO Joaquim Augusto Valente Cantante

CONHEÇA A ENIGMÁTICA CHINA DE MAO



Leia a HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO CHINESA

de ENRICA COLLOTTI PISCHEL

coleção SABER

Uma edição com a garantia FUEL CACCET EL POCA AMER CA

post scriptum

Horizonte escuro

As medidas de austeridade, a chamada para se trabalhar no duro (os trabalhadores, é claro), os aumentos constantes dos géneros alimentares, transportes, franquias postais, telefones, água, luz, etc., são os temas constantes do actual Governo.

Por último, como se não bastasse a carga que atiram para cima dos já tão sacrificados trabalhadores, aumentam-se contribuições e Imposto Profissional, e já se augura um agravamento das contribuições para a Previdência, onde se aponta um défice da ordem de milhões de contos.

Pergunto: o que já fez o Governo para averiguar a origem desse défice e responsabilizar os seus causadores?

As responsabilidades desses malabarismos feitos por aqueles que se arvoraram em «donos» do dinheiro dos trabalhadores são agora transferidas para os mesmos trabalhadores, já tão explorados? Não há leis que possam obrigar as entidades patronais que «desviaram» para a sua «honesta» algibeira, as verbas que descontaram aos trabalhadores, a depositá-las nas Caixas de Previdência? Creio que havia e há leis para cumprir neste sentido. Porque se não cumprem e vêm agora aumentar as contribuições para a Previdência? Para onde foi o meu dinheiro e o de outros trabalhadores? Não há neste País quem o averigue, com a mesma gana e a mesma dureza com que vociferam contra os trabalhadores? Não nos chegaram 48 anos de exploração e de martírio?

Além dos aumentos constantes de toda a ordem e dos pedidos de trabalhar mais, apertar o cinto, e do descongelamento das contas bancárias dos grandes capitalistas que contribuíram para o empobrecimento deste País, que medidas já tomou o Governo para minorar a desesperada situação em que se encontram os deficientes, a terceira idade e os reformados e pensionistas?

Muito escuro se me apresenta o futuro dos nossos filhos se a via para o socialismo continua a escurecer e a estreitar-se desta maneira.

Maria das Dores P. Correia
— ALGÉS

Tanta mediocridade num país tão pequeno!

É impossível, é incrível, é imperdoável, assistir-se a tanta mediocridade que reina na RTP e na RD.

Como é possível um país tão pequeno gerar tanta mediocridade?

No tempo da outra senhora, ou melhor, no fascismo, a Rádio que se fazia tinha outro nível que agora não se vê.

Na Rádio assiste-se a um tenebroso colonialismo cultural e musical. Quando de vez enquanto se ouve um disco em português, é do tempo da «Maria Cachucha». Os programas na RTP são de uma «pobreza franciscana» e até agora se importa teleteatro.

Como nos podemos dar ao luxo de ter tantos profissionais conhecedores do seu ofício na prateleira?

Coitados dos milhares de espanhóis que junto à nossa fronteira colocaram antenas especiais para captarem a nossa Televisão. — Coitados deles e de nós.

Pobre País que ao fim de tantos séculos, ainda não foi desta vez que se libertou.

Agora resta-nos viver uma nostalgia romântica de um passado tão próximo.

Que fizeram de ti 25 de Abril?

António Duarte Nunes — PORTO

DL — Perder o pé pode ser trágico. Principalmente para quem não saiba nadar.

Os CTT encurtam a Europa

Tenho um filho que, felizmente, está a estudar na URSS. Mais concretamente na República da Ucrânia, em Kiev. Há um mês que meu filho abalou. Claro que tanto eu como a mãe lhe temos escrito. Nos CTT desta localidade têm indicado como tarifa a aplicada para a Europa. No entanto, agora verificou-se que para cumprir o superiormente determinado a tarifa terá que ser a da Ásia. Quando estudei Geografia aprendi que a Europa tem a fronteira nos Urais. Que eu saiba ainda não houve qualquer alteração. Isto é uma baralhada. Com tantas noções de Europa que têm ultimamente surgido qualquer dia teremos as Europas. Depois é só escolher. Gostaria de saber qual o argumento dos CTT para considerarem Kiev na Ásia.

Tito Zuzarte Capeto
CEBOLAIS DE CIMA

CONFERÊNCIA SOBRE ECONOMIA PORTUGUESA

PRESSÕES INTERNACIONAIS

Uma reunião onde comparecem especialistas internacionalmente consagrados, patrocinada por uma instituição estrangeira, num país que sofreu transformações políticas importantes e que foi alvo da curiosidade (e não só da maioria dos outros países, que entrou numa crise económica grave e cuja evolução vai possivelmente alterar de novo a situação, não pode deixar de influenciar certos sectores da opinião pública mundial.

Não sabemos se a ausência da voz governamental se deveu às dificuldades de um eventual confronto com as opiniões de técnicos estrangeiros e portugueses. Poder-se-á rebater que não é nos auditórios da Gulbenkian que o Governo tem de dar (institucionalmente) satisfações à opinião pública, mas através daqueles que são considerados seus representantes, em S. Bento.

Mas, parece arriscado ter-se deixado no vazio tantas dúvidas que foram expressas, tantas opiniões que, vindas de figuras conhecidas da economia internacional, permitem não só o embandeirar de várias facções políticas colocadas à direita (exemplo: o pedepista prof. Alfredo de Sousa e os marcelistas) como inevitavelmente alertarão os centros de decisão capitalista, no estrangeiro.

Somos um país que vai depender de empréstimos estrangeiros nos próximos anos, para equilibrar as contas, qualquer que seja a via política futura e, na prática, para qualquer modelo de desenvolvimento escolhido. Esta é uma situação generalizada a muitos países semidesenvolvidos e sem petróleo, reflexo do aumento de preço da energia (a essência do desenvolvimento). Se não se der uma baixa no preço do petróleo, o que é improvável visto tal viagem só poder ser forçada pelas duas grandes superpotências, a maioria dos países tem de ajustar-se a níveis de vida mais modestos e a travar o seu desenvolvimento. Se este ajuste causa perturbações na sua vida política interna, os seus credores — outros países ou instituições financeiras internacionais — ficarão com receio de dificuldades na cobrança dos

empréstimos e quererão «forçar os gastadores a ter juízo» nas despesas. Isso ficou bem patente nas duas últimas reuniões internacionais sobre problemas monetários, em Nairobi e Manila. Os países pobres pedindo de novo adiamento de dívidas colossais ao Fundo Monetário Internacional.

O importante é que a dependência do exterior esteja atenuada, diversificando as fontes de crédito e evitando intromissões na política interna.

Numa situação como a do nosso país, onde o reajuste é dificultado por situações políticas recentes e bem conhecidas, impunha-se a apresentação de uma resposta viável e transparente, que mostrasse ser a resultante de uma opção colectivamente aceite, para aguentar os sacrifícios e vencer a crise, condição que foi considerada importante por vários conferencistas europeus, já que para a escola americana esse dado não entra em jogo (para estes o sistema «desperdiça», bens e pessoas, mas, crenças como são no crescimento, pensam que o próprio sistema voltará a absorver o desemprego; para os europeus, o desemprego e a inflação são coisas sérias, pois significa que são colocados certos cidadãos na situação de desprotegidos, o que a comunidade não DEVE aceitar). Como não foi feita qualquer demonstração de confiança política, as recomendações de desvalorização, do aumento das taxas de juro e de redução do poder de compra dos trabalhadores vão ficando, no ar, para quem os quiser utilizar, a nível nacional e internacional.

Temos visto, desde o 25 de Abril, o que foi e ainda é, o aproveitamento das divisões entre os portugueses e das posições políticas mais ou menos golpistas, pela Imprensa estrangeira, a qual vai criando, a pouco e pouco, o ambiente internacional. Vimo-lo quando do ataque dos dirigentes do PS ao chamado «gonçálvismo» e no pretexto do caso «república», na propaganda de frases soltas de Otelo, e no 25 de Novembro que, de tentativa de golpe, passou ultimamente à versão diversa, de armadilha preparada, e vimo-lo ainda no «Economist» do dia 2 de Outu-

bro, onde se dizia que a produção na área da Reforma Agrária é metade do previsto devido à incompetência dos trabalhadores que ocupam as terras, que é enorme a pressão da OAP, que parece reunir 400.000 agricultores (!?), o que segundo aquela revista confirmava a declaração de Mário Soares de que o «Alentejo caminha para uma ruína económica» e outras histórias mais, que preparam o ambiente no sentido que mais convém a certas facções. Tal situação continuará enquanto os lugares de adidos de imprensa nas embaixadas e outros a nível local, continuarem a ser «tachos» para amigos e não for introduzida uma política de esclarecimento da verdade.

Se os turistas estrangeiros que desembarcaram em Lisboa, durante estes dois anos e meio, tiveram sempre a surpresa de encontrar uma das mais pacíficas e ordeiras capitais europeias, ao contrário do que esperavam, já os grandes banqueiros internacionais, os administradores das agências financeiras (mais ou menos manipuladas pelos centros de decisão política) não deixarão de aproveitar e fazer a máxima pressão para «puxar a brasa à sua sardinha». E, a «sardinha» do capital é ganhar o maior lucro, com quem pagar mais e oferecer mais garantias, agora e a prazo. Quem dá mais lucro? Quem está mais aflito. Quem oferece mais garantias? Aqui há divergências, pois confirma a experiência recente que já não são os dirigentes que mais oprimem e violentam, mas aqueles que conduzem um projecto colectivamente aceite e compreendido, portanto, mais livre (embora continuem os saudosistas do método violento).

Mas o capital não é só o mundo das grandes operações financeiras.

Há, por exemplo, o dia a dia das trocas comerciais com o estrangeiro.

Na expectativa da desvalorização, os vendedores estrangeiros quererão receber o mais cedo possível o valor das transacções, assim como os importadores portugueses, que tentaram aumentar os «stocks» (geralmente em antecipação). Os exportadores portugueses

VÍTOR BENTO

darão maior prazo, na esperança de receber mais escudos pelos seus produtos. Aumenta-se, assim, a quantia de maninho para o comércio exterior. Também os emigrantes, cujas remessas são fundamentais para a nossa economia, ficarão na expectativa e retardarão o seu envio, depositando no estrangeiro ou alimentando o mercado negro.

Os eventuais investidores estrangeiros não tomarão a decisão de fazer já investimentos, pois na parte portuguesa, ficarão mais baratos, na hipótese de desvalorização. Neste campo, existe ainda outro aspecto fundamental. Enquanto a chamada iniciativa privada portuguesa continuar a depositar grandes esperanças na possibilidade de meter «os sindicatos na ordem» e o gigantesco patrão Estado não tomar medidas dinamizadoras da economia, mostrando que as regras do jogo são diferentes, naturalmente que o capital estrangeiro aguarda. Isto é bem evidente e faz parte de regras que nós, pequeno país, não vamos de certeza mudar.

A indiferença governamental perante este acontecimento, que pode trazer consequências negativas para os seus próprios objectivos, não é mais do que a confirmação do que se passa noutros campos.

A «febre institucional e legalista» esvazia-se de conteúdo sem as pessoas, agrupadas nas suas classes e blocos sociais, o nosso capital humano, com os seus problemas reais. Cerca de 2 milhões de pessoas votaram PS nas Legislativas. Estão 2 milhões de pessoas envolvidas na tarefa urgente de reconstruir o País? A resposta é evidente. Mas, os políticos continuam a funcionar nos gabinetes ou a palrar nas tribunas, produzindo leis (que também são apenas papéis com coisas escritas). A economia «não se vê», pelo que o cidadão comum não entenderá a razão para a crise. Dirá desconfiado, dos responsáveis: «eles...». Agora como no passado. Mas, no passado, não havia sequer lugar para a palavra «socialista»...

A VITÓRIA DO APARELHO DE ESTADO

A crise política actual é decerto a mais profunda que o regime chinês já conheceu desde a sua fundação em 1949. As esferas dirigentes foram frequentemente abaladas, no passado, principalmente com o tenebroso «caso Lin Biao». Mas enquanto Mao viveu, as lutas de tendências ou as querelas dos clãs eram por fim resolvidas num ou noutro sentido, pelo árbitro supremo.

Impressiona hoje verificar como era frágil o equilíbrio a alto nível: os adversários políticos chocam-se logo um mês após o desaparecimento do presidente. Essa unidade já tinha, de resto, que ser factícia antes de 9 de Setembro, para que, a pretexto de prestar honras aos heróis do sismo de Tang-Chan, os dirigentes se tenham apresentado em público numa confusão de todas as tendências. A mais alto nível a divisão entre a «esquerda» e os «moderados» não podia manifestar-se enquanto o grande timoneiro não desse o últi-

mo suspiro.

As divisões foram tão profundas que as instâncias que estatutariamente devem designar os dirigentes do partido — comité central, ou, pelo menos, «bureau» político — já quase não podiam reunir-se. Por ocasião do «caso Teng-Hsiao-ping», no princípio do ano, a Imprensa escrevia que o comité central estava cortado em dois. Tratava-se então de lutar contra o «vento desviacionista da direita», incarnado por Teng.

O chefe de fila dos «revisonistas» fora afastado da cena política, mas eis que hoje aparece uma nova «separação em duas partes». A força de se dividir, de se fragmentar até à atomização, a instância suprema do secretariado político — o comité permanente — já só conta com dois membros...

A China nem por isso está exangue. A sua economia não está mal, os abastecimentos estão assegurados, a população não parece perturbada

e, por mais agitado que esteja, o regime dá-se ao luxo de receber, em plena crise e como se nada acontecesse, delegações estrangeiras, e o próprio primeiro-ministro da Papuásia-Nova-Guiné.

Mas a facção que hoje parece conduzir o jogo, sob a direcção de Hua Kuo-feng e Li Hsien-nien, decerto com o apoio de numerosos responsáveis militares, não é precisamente aquela em nome da qual se erguiam há dez anos os «rebeldes» de Xangai e os guardas vermelhos que afluíam à praça Tien An-Men. Mao prediz outros vantamentos antiburocráticos. Hoje, os «moderados» no poder prendem os que estioeram à frente da tendência de esquerda da revolução cultural.

Desde essa altura que eles tinham tomado em grande parte a direcção dos órgãos de propaganda e formado um clã de onde o nepotismo não estava ausente. Pois não é verdade que se encontravam nesse gru-

po a viúva de Mao, o sobrinho e dois genros do antigo presidente?

Este grupo de inteligências brilhantes deviam grande parte da sua existência à protecção de Mao. Ele tinha e ainda tem, principalmente entre os estudantes, uma base social, embora já haja alguns sinais de desilusão. Em contrapartida, não comandava as alavancas fundamentais, sem as quais qualquer golpe de Estado ou tomada legal do poder não pode triunfar: a segurança, o exército, a máquina do partido, as organizações regionais, tão poderosas na China.

Nestas condições, é natural que Hua Kuo-feng e os amigos triunfem. Terá terminado assim a luta pelo poder? Os «ventos» de direita, de esquerda ou quaisquer outros, continuarão talvez a soprar. E será cada vez mais difícil recorrer ao pensamento de Mao para restabelecer a ordem a alto nível.

©LE MONDE

PUB

Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul

MOÇÃO

Os sócios do Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, reunidos em Assembleia Geral de Sindicato em 13 de Outubro, repudiam vigorosamente a afronta feita ao Povo Português e à sua Constituição por um Tribunal Militar que considerou inconstitucional a Lei 8/75 (expressamente mantida como lei constitucional pelo art.º 309 da Constituição) e mandou em paz um Ex-Agente da tenebrosa e sanguinária corporação que era a PIDE/DGS.

Exigem ainda que essa decisão seja revogada e apelam para o Conselho da Revolução e Assembleia da República para que exerçam as suas responsabilidades face a um atentado contra a justiça democrática e contra a constituição.

(APROVADA POR UNANIMIDADE)

13-10-76

MOÇÃO

Considerando que, anticonstitucionalmente o Governo aprovou na sua reunião de 30 de Setembro projectos de Lei sobre legislação do trabalho;

Considerando que, está consagrado na Constituição da República Portuguesa a participação dos trabalhadores na elaboração de tal matéria (art.º 56.º e 58.º) através da estrutura sindical e comissões de trabalhadores e que os mesmos não foram ouvidos;

Os sócios do Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, reunidos em Assembleia Geral de Sindicato em 13 de Outubro, repudiam veementemente a política antioperária e anticonstitucional do Governo e exigem do Presidente da República como autoridade máxima da Nação, a não promulgação de tais Leis e o cumprimento rigoroso da Constituição.

(APROVADA POR MAIORIA)

13-10-76

Nacional

NOTA OFICIOSA

O milho e o sorgo

Do Ministério da Agricultura e Pescas recebemos a seguinte nota oficiosa:

1. Quando em 8 de Outubro começou uma paralisação de trabalho nas gruas flutuantes que fazem a descarga dos navios que transportam milho e sorgo importados do estrangeiro para a confecção de rações para animais — aves, porcos, bovinos e ovinos — existia de facto uma situação precária de abastecimento daqueles cereais.

Os últimos contingentes de milho armazenados, nos silos de Lisboa e Leixões do Instituto dos Cereais foram distribuídos na referida sexta-feira, dia 8.

Quanto ao sorgo existiam 4.600 toneladas em Lisboa, 10.000 em Leixões e 22.000 no navio que, ao largo, aguardava a descarga.

Embora o sorgo possa em parte substituir o milho na confecção de rações, isso não é possível nos alimentos para as aves e a quantidade de milho comprada pela indústria é muito superior à do sorgo (em 1975, respectivamente, 1.100.000 toneladas e 400.000 toneladas).

2. Verificou-se portanto uma rutura na entrega de milho à indústria. A partir de segunda-feira, dia — mas não houve rutura de abastecimentos de sorgo, até porque no dia 12 por acordo entre as partes em litígio, recorreu-se a uma descarga do sorgo.

3. A situação provocou grandes reacções da Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos Para Animais (IACA), e associações de avicultores e suinicultores.

É verdade, como diz o comunicado da IACA que a responsabilidade do abastecimento de cereais forrageiros importados no estrangeiro cabe ao Instituto dos Cereais, mas não pode compreender-se facilmente que deixando este Instituto de fornecer milho em 11, nesse mesmo dia a IACA afirme «logo que lhe sejam entregues os cereais de que carece, esta indústria estará apta a satisfazer as necessidades do mercado».

Quer isto dizer que se houvesse milho para entregar no dia 11, o cereal seria transportado dos silos de Lisboa e Leixões até às 84 fábricas para distribuição imediata a toda a pecuária do País?

Além disso, a capacidade de armazenagem total destas fábricas é de 132.000 toneladas o que representa um mês de abastecimento.

As razões da presente situação e que adiante se analisam, podem explicar também a inexistência de grandes «stocks» de propriedade das fábricas, mas estes, por falta de legislação adequada, não são conhecidos do Instituto dos Cereais.

Face a um acréscimo de compras

de milho em Setembro (111.000 toneladas contra 90.000 em Agosto) a IACA foi solicitada em 28 de Setembro a dar tais esclarecimentos ao Instituto dos Cereais o que não fez até à eclosão da crise, informando, sob insistência, em 11 de Outubro, haver existências médias para um dia de consumo apenas.

Na verdade, em 11 de Outubro a indústria tinha nos seus armazéns, de propriedade do Instituto dos Cereais, e para fazer face a ocorrências desta natureza uma reserva de 23.000 toneladas de milho que, se distribuída proporcionalmente, permitiria a laboração de todas as fábricas durante uma semana, ou seja até 15 de Outubro. O Instituto dos Cereais determinou a utilização desta reserva a partir do dia 11, o que deveria impedir os prejuízos e consequências, apresentados nos jornais e comunicados como calamidade nacional, a menos que os industriais já tivessem consumido tal reserva sem conhecimento do Instituto e sem, por esse facto, terem sido debitados.

4. Como pode explicar-se a situação de rutura efectiva?

As importações de cereais forrageiros são objecto de previsão no início de cada ano e estas previsões são ajustadas mensalmente para as compras a efectuar pelo Instituto com a antecedência de um mês e meio.

Mas a insuficiente capacidade de armazenagem portuária (apenas 90.000 toneladas para trigo, milho e sorgo, sendo 50.000 em Lisboa, 10.000 no Montijo e 30.000 em Leixões), assim como as condições de desembarque que não pode ser directo tendo o cereal de passar em primeiro lugar para batelões, não permitem a constituição de uma reserva de segurança e as datas de descarga não podem anteceder, além de 15 dias, a data de entrega à indústria.

Foi nesta situação estrutural que aconteceu terem sofrido o atraso de um mês cada um dos três navios que deveriam chegar em 25 de Setembro, 30 de Setembro e 5 de Outubro transportando um total de 80.000 toneladas de milho, em virtude de congestionamento anormal dos postos de origem.

A solução a utilizar nestes casos é a da aquisição suplementar de carregamentos «flutuantes», que possam ser desviados para descarga imediata, o que habitualmente se consegue em dois ou três dias.

Mas só deve fazer-se o mais tarde possível pelo agravamento inevitável do preço. Perante a iminência de rutura, o Instituto dos Cereais, começou no dia 7 a procura de carregamentos flutuantes, mas só no dia 12 conseguiu encontrar navios para chegar nos dias 14, 19, 21 e 22, com um total de 39.300 toneladas de milho.

Em resumo:

1) A limitada capacidade actual dos silos portuários;

2) Os atrasos verificados em três navios transportadores de milho;

3) A greve dos grueiros que durante alguns dias impediu a descarga do sorgo contribuindo para mais rápida utilização das reservas de milho;

4) A inexistência de «stocks» adequados na indústria.

Conjugaram-se para as dificuldades vividas de 11 a 15 de Outubro mas embora a situação seja causa de graves preocupações e até alarme, para aqueles que não dispõem de informações exactas, nem o Instituto dos Cereais ou a Junta Nacional dos Produtos Pecuários tiveram conhecimento directo até agora de faltas em relação aos avicultores que preparam as respectivas rações nem de graves prejuízos como os anunciados.

Aliás, o primeiro carregamento suplementar chegou na data prevista.

5) São dois os problemas de fundo que nesta matéria preocupam o Ministério da Agricultura e Pescas:

a) Os elevados volumes de cereais forrageiros importados do estrangeiro para a produção pecuária, quase totalmente dependente do exterior. Esta situação que se desenvolveu a partir de 1967/68, tem permitido elevar os padrões de consumo, alimentar, mas as condições de preço para o consumidor e o estímulo à produção nacional não são os melhores, embora o circuito de importação — produção de rações — criação animais — abate e comercialização, seja altamente subsidiada pelo Fundo de Abastecimento.

b) A capacidade de armazenagem portuária, mesmo com o desenvolvimento de uma genuína agro-pecuária, constitui um estrangulamento que urge resolver.

A ampliação do silo do Poço do Bispo e a construção de um novo silo, para 120.000 toneladas pelo menos, a qual demorará cerca de três anos, carecem de urgente decisão. O problema está para apreciação, na fase actual, desde Outubro de 1975 espera-se obter agora mais rapidamente o acordo dos departamentos governamentais envolvidos para que o empreendimento possa iniciar-se ainda em 1977.

Os custos da situação actual são tão elevados que se calcula recuperar o valor do investimento do novo silo em cerca de três anos.

Só os encargos adicionais resultantes da compra dos carregamentos flutuantes, na presente crise, atingem 39.000 contos ou 10 por cento do custo do novo silo.

Entretanto, pensa o Ministério da Agricultura e Pescas que será necessário sujeitar a indústria à obrigatoriedade de constituição de reservas para um período mínimo de funcionamento

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA HOTELARIA, TURISMO, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL

ELEIÇÕES

dia 22 de Outubro

Estando alguns órgãos da Comunicação Social a noticiar a realização das eleições em data errada informam-se, mais uma vez, todos os sócios que as eleições para os Corpos Gerentes para o nosso Sindicato, se realizam SEXTA-FEIRA, DIA 22 DE OUTUBRO DE 1976, das 10 às 23 horas.

Elege os teus Corpos Gerentes. Vota.

Informa-te do local da tua secção de voto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

ALBERTO PEREIRA DA COSTA



Um dos países visitados por Miguel Trovoada antes de vir a Lisboa foi Cuba. Eis o primeiro-ministro de S. Tomé com Fidel Castro

Primeiro-ministro de S. Tomé chega hoje à tarde a Lisboa

Reforma Agrária, com nacionalização da terra e início de um processo que conduzirá à autogestão nas roças cacaueiras, uma campanha de alfabetização que atinge milhares de pessoas e complementa a prioridade ao ensino primário são as linhas de força dominantes na República Democrática de S. Tomé e Príncipe, cujo primeiro-ministro, Miguel Trovoada, é hoje recebido, oficialmente, em Lisboa.

País de reduzidas dimensões (os seus 964 quilómetros quadrados tornam-na a mais pequena das antigas colónias portuguesas) e com uma população que ronda as 80 mil pessoas, S. Tomé e Príncipe acabaria por assumir uma importância no contexto africano bastante superior ao que seria previsível quando da independência. Nomeadamente, durante a II Guerra de Libertação de Angola chegou a pôr-se a hipótese de o seu pequeno aeroporto servir de base de apoio ao M. P. L. A., se a situação em Luanda se agravasse mais do que estava por alturas da independência. De certo modo, seria uma resposta independente de um país novo e progressista ao papel que o Governo fascista obrigou a desempenhar à colónia, quando do apoio estratégico aos separatistas do Biafra.

O esforço desenvolvido em S. Tomé no domínio da Educação merece duas notas de referência. De momento devem frequentar as escolas primárias umas 15 000 crianças entregues a 420 professores primários. As escolas preparatórias têm uma população de 4000 pessoas e o liceu mil alunos. A educação representa um peso grande no país e graças aos esforços dos professores santomenses, de uma vintena de cooperantes portugueses e da organização da UNESCO o ensino está hoje virado para a reconquista da consciência nacional e para a realidade local, ao mesmo tempo que se estabelece a ligação cultural entre as duas ilhas e o mundo africano. Para isso houve que mudar programas, preparar novos textos de português e organizar uma cartilha que a UNICEF vai editar brevemente.

As relações de produção no

campo transformam-se, existem ensaios de ligação da escola à produção e projectos para aplicar as experiências entretanto obtidas, na roça Aguiçé. Os recursos nacionais, principalmete em quadros, são exíguos para os avanços que a direcção política do M. L. S. T. P. (Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe) afirma pretender e até hoje tem tentado levar à prática. No fundo, meia dúzia de pessoas têm que topar a tudo, não raro na direcção e na execução das directivas, simultaneamente.

A ajuda internacional tem ocorrido com certa regularidade: há médicos dos países socialistas — nomeadamente chineses —, trabalham coreanos na Educação, técnicos da O. N. U. na diversificação de culturas, portugueses no ensino. Mais quadros são aguardados em S. Tomé enquanto a diplomacia santomense se volta para o exterior, preferentemente para os países socialistas e para o bloco progressista africano. Portugal continua a ter lugar privilegiado na cooperação com o jovem país.

O primeiro-ministro Miguel Trovoada ainda agora está a completar um périplo de conversações que o levou à União Soviética, a países do Leste europeu e a Cuba. O alinhamento pelas posições progressistas da CONCP (Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau) tem sido uma constante e uma resposta aos que punham em dúvida a orientação do M. L. S. T. P. Houve até receios expressos que o

seu aliado preferencial fosse o Gabão (e indirectamente a França) o que não tem acontecido. Inclusive, foi em S. Tomé que se realizou a última reunião da CONCP.

Em suma: quem hoje é recebido por Mário Soares no aeroporto é o primeiro-ministro de um país que, dentro dos seus limites e das suas possibilidades avança como nação progressista, em reforço às

acções de países mais importantes que a partir da independência das antigas colónias portuguesas deram à África uma coloração anti-imperialista indubitável.

Manuel Alegre fala sobre Imprensa

O secretário de Estado da Comunicação Social dá hoje posse, a meio da tarde, à Comissão Interministerial para a Imprensa Estatizada que vai estudar a situação no sector e propor medidas legislativas para a ultrapassagem da crise.

Segundo anunciou, ontem, à entrada para o Conselho de Ministros e conforme confirmação ulterior da Direcção-Geral da Informação, Manuel Alegre aproveitará a circunstância

RODÉSIA NA TRANSIÇÃO

Ou êxito em Genebra ou luta armada

A próxima conferência de Genebra sobre a questão rodésiana é considerada nos círculos políticos de Belgrado como a última oportunidade de se poder obter, de maneira pacífica, a transmissão de poderes para a maioria negra. Lembrem-se esses círculos que se se deixa escapar esta ocasião, «as conversações serão substituídas pelas armas» — como sublinharam já os presidentes dos Estados africanos da «linha da frente» durante a reunião em Lusaka. Recordam também esses círculos que no mesmo encontro de Lusaka esses Esta-

ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS Prazo das candidaturas prorrogado até ao dia 29

O prazo de entrega das candidaturas relativas às eleições para as autarquias locais foi prorrogado até ao próximo dia 29. Esta uma das resoluções do Conselho de Ministros na sua reunião de ontem. A data infere-se do comunicado emitido no final da reunião, onde consta que foi aprovado um decreto-lei que «disciplina o acto eleitoral, por forma a que a apresentação das candidaturas para os órgãos representativos das autarquias locais se faça até ao 44.º dia anterior ao dia fixado para as eleições». Como se sabe, o dia fixado é o 12 de Dezembro.

Das restantes resoluções tomadas ontem pelo plenário governamental, destacam-se a aprovação de uma proposta de lei a enviar à Assembleia da República e inserindo «disposições que, ao mesmo tempo que revogam algumas normas de diplomas em vigor, integram algumas das suas lacunas com o objectivo de uniformizar a duração e a organização dos tempos de trabalho no âmbito dos diversos instrumentos de regulamentação colectiva»; a aprovação de uma proposta de lei (a enviar ainda à A. R.) introduzindo factores correctivos na situação dos trabalhadores da administração local e regional e evitando a proliferação indiscriminada de categorias, adequando as suas designações ao conteúdo funcional dos respectivos cargos — segundo o comunicado. Ainda segundo o comunicado «as soluções adoptadas resultam dos estudos levados a cabo pelo grupo de trabalho constituído para este fim no qual foi muito significativo o contributo dos próprios trabalhadores através dos seus representantes».

O Conselho de Ministros

aprovou ainda um decreto-lei criando uma comissão permanente interministerial para análise de processos de regulamentação colectiva de trabalho, e outro diploma introduzindo alterações no decreto-lei que criou o cargo de provedor de Justiça.

Por último: dois ministros fizeram exposições sobre recentes viagens ao estrangeiro e seus frutos: Medeiros Ferreira, que esteve em Paris, e António Barreto, que foi ao Senegal e à Argélia, passando por uma reunião no âmbito da E. F. T. A., realizada em Genebra.

ABERTURA DAS AULAS: «GRANDE ÊXITO»

Comparando com os anteriores anos lectivos o que ora começou foi, na opinião do responsável pelo MEIC, Sottomayor Cardia, um «grande êxito». O ministro da Educação falava à entrada do Conselho de Ministros. Todo o seu depoimento, respondendo à pergunta por vezes com outra pergunta — manifestou que a política seguida pelo MEIC está a tirar trunfos à direita e que as comissões directivas são responsáveis por algumas obstruções, designadamente na distribuição de horários. Dirigia ainda questões ao P.C. e acabaria por considerar os plenários de professores como assembleias selvagens. Em palavras suas, a respeito do plenário da passada segunda-feira: «Ignoro absolutamente o que se passou nesse plenário. Isso não é um plenário, mas, certamente, uma reunião selvagem à maneira das de 11 para 12 de Março. O MFA continua em certos sindicatos como os dos

professores».

Sobre os apoios que tem recebido da direita, Sottomayor Cardia explicou: «Sou membro do Governo e como membro do Governo estou a tentar resolver problemas que retiram à direita muita da razão que ela teria para combater o sistema democrático. Aquilo que se passou no sistema de ensino após o 25 de Abril é, na verdade, um escândalo».

A direita estava a tirar partido dessa situação. Estou a realisar com a equipa do ministério, e de acordo com a orientação geral do Governo, uma acção que é muitíssimo negativa para os interesses partidários da direita. Se há elementos da direita que reconhecem o funcionamento e a pertinência das medidas deste Ministério, pois isso deve-se à circunstância que eu já afirmei, de que com o Ministério da Educação estão todas as pessoas sensatas».

Depois de dirigir algumas perguntas às posições tomadas por Álvaro Cunhal, quando ministro, no que respecta a problemas de ensino, comentou Cardia: «Os ataques ridículos e infantis que move essa pseudo-esquerda, são o grande incentivo para que eu continue a lutar pelo bem da educação e do País».

A educação continuou a estar em foco ontem. Depois das declarações de Sottomayor Cardia, surgiu nos «écrans» da TV, a ocupar o tempo da rubrica «Momento Político», o secretário de Estado da Administração e Equipamento Escolar, dr. Almerindo Marques, que prometeria a correcção de todas as injustiças que porventura tenham afectado professores. E dizia: «Vai sendo tempo de se entender que as directrizes do MEIC, desde que legitimadas, não podem ser contrariadas».

com Mugabe, aliado a Joshua Nkomo (ambos constituíram a chamada «Frente Patriótica»), várias centenas de membros do Comité Central e da sua ala militar, o Exército de Libertação (ZIPA), não irão participar nessa assembleia.

Por outro lado (e ainda segundo a France Press) Mugabe reuniu-se igualmente em Lusaka com Denis Greenmann, conselheiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico. O bispo Abel Muzorewa, dirigente da facção externa do Conselho Nacional Africano foi também recebido por aquele conselheiro inglês.

Segundo Mugabe, o bispo

Abel Muzorewa, considerado como um rival político de Nkomo, «pretenderia fazer parte da delegação da 'Frente Patriótica'». No que se refere ao seu próprio rival, o reverendo Sithole, convidado pela Grã-Bretanha a participar na conferência de Genebra, Mugabe declarou que essa presença «agravaria a confusão e faria aumentar as divisões».

Finalmente, o primeiro-ministro Ian Smith partiu hoje de Salisbury à testa de uma equipa governamental de 30 homens para conversações na Suíça sobre as propostas anglo-americanas e as exigências dos nacionalistas.

Força Aérea poderá comprar aviões à Lockheed

Embora ainda se encontre em fase de estudo e, por enquanto, ainda não tenha sido assinado qualquer contrato, a Força Aérea Portuguesa terá, segundo a ANOP, um plano para aquisição de aviões C-130 Hércules à companhia norte-americana Lockheed, ainda recentemente envolvida num escândalo de suborno de altas

individualidades, na Alemanha, Japão e Holanda.

A compra dos «Hércules», aviões que podem carregar 20412 quilos ou 92 passageiros e têm uma autonomia de voo de três mil quilómetros, faria parte do reequipamento das Forças Armadas, neste caso do ramo da Força Aérea.

REUNIÃO DA ZANU

Informa-se, entretanto, de Lusaka (via France Press) que «está tudo preparado para uma reunião, a efectuar depois de amanhã, de uma assembleia consultiva da União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU), antes da conferência de Genebra sobre o problema constitucional rodésiano».

A informação parte de Robert Mugabe, que reivindica contra o revendo Sithole a chefia da ZANU. De acordo

para uma importante comunicação ao País sobre os problemas que afectam a Imprensa em Portugal.

Conforme já noticiámos, a Comissão será presidida por Lyon de Castro, dela fazendo parte também, em representação da Secretaria de Estado da Comunicação Social, o eng. Gonçalves Pereira, presidente do Conselho de Administração da Renascença Gráfica.

Nacional

Helder Madeira exorta povo de Setúbal a lutar pelo Socialismo

«Ao ser exonerado pelo sr. ministro da Administração Interna, sem que tivesse pedido a demissão do cargo que desempenhei desde 3 de Novembro de 1975, venho por esta forma e na impossibilidade de o fazer pessoalmente apresentar os meus cumprimentos de despedida e agradecer toda a colaboração prestada», escreveu o governador civil cessante de Setúbal, Helder Madeira, numa carta enviada aos trabalhadores da Câmara de Setúbal, e lida na última reunião ordinária da comissão administrativa daquele município.

«Aproveito ainda a oportunidade — refere Helder Madeira — para lhes desejar continuação de bom trabalho na defesa das populações em geral e dos trabalhadores em particular reconhecendo na dura batalha que tem sido travada desde 25 de Abril de 1974 pelas Comissões Administrativas das Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, o maior exemplo de espírito de luta e sacrifício na construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo, única sociedade que interessa às massas laboriosas do nosso país».

Sobre a baixa de produção de cortiça e dificuldades na sua comercialização, recebemos do Ministério da Agricultura e Pescas a seguinte nota oficiosa:

1. — O baixo quantitativo total da cortiça extraída na campanha deste ano e a falta de controlo da sua comercialização estão na origem de dificuldades com que se debate o nosso sector corticeiro.

2. — O Governo está decidido a proteger e a estimular este sector e, assim, a disciplinar as actividades envolvidas, o que implicará criar condições que possibilitem ordenar a produção de cortiça, normalizar a sua comercialização, garantir a propriedade da indústria corticeira, e ainda incrementar tanto o consumo interno como a exportação dos seus produtos.

3. — Para além das excepções fixa-

Dificuldades no sector corticeiro

das por lei, a cortiça amadia das áreas expropriadas ou a expropriar na zona de intervenção da Reforma Agrária, onde se situa a maior parte do montante do sobre e, legalmente indisponível, isto é, toda a cortiça amadia existente em explorações objecto de nacionalização (expropriação) ou ocupadas por trabalhadores rurais e susceptíveis de medidas de nacionalização (expropriação) no âmbito da Reforma Agrária — sendo ou devendo ser integradas no património do Estado — está, por esse motivo, submetida a controlo estadual, só podendo reputar-se válida qualquer transacção, quando devidamente realizada ou autorizada pela entidade estadual competente.

4. — A legislação sobre a cortiça amadia indispensável — colocando-se sob controlo do Estado — foi promulgada em 30 de Julho de 1975 (Decreto-Lei n.º 407-B/75) tendo o VI Governo Provisório estendido a sua aplicação ao ano em curso e seguintes (Decreto-Lei n.º 521/75, de 3 de Julho), dado ter sido reconhecida a necessidade de manter o controlo da extracção da cortiça e a sua comercialização no mato, pelo menos enquanto não se dispuser de um novo estatuto jurídico da floresta na zona de intervenção da Reforma Agrária.

A cortiça amadia indisponível representa no mato centenas de milhares de contos, significando o seu comércio através dos centros regionais de Reforma Agrária, e nos termos da legislação aplicável, um processo de:

a) O Estado poder orientar o reembolso de uma parte dos créditos concedidos às empresas colectivas e individuais de produção agrícola.

b) O Estado controlar, se assim for conveniente, os preços máximos praticados e poder contribuir para um abastecimento programado da indústria

corticeira.

5. — A campanha de extracção de cortiça terminou, grande parte da matéria-prima no mato está comercializada, com grande número de transacções de cortiça amadia indisponível feitas à margem dos centros da Reforma Agrária, isto é, ilegais, não sendo possível, nesta altura, tomar medidas cautelares de efeitos significativos.

6. — Estão em estudo medidas destinadas a criar condições que permitam dar início a um processo de ordenamento, de controlo e de regularização da produção e da comercialização da cortiça até à porta da fábrica que tenha em conta todo o circuito da cor-

tiga, do montado à exportação, ou ao mercado interno dos produtos.

7. — Considera-se inconveniente aplicar medidas de curto prazo que contribuam para o estrangulamento da indústria corticeira, face à necessidade de acautelar os interesses dos numerosos trabalhadores das fábricas de cortiça e de defender a exportação dos seus produtos, a viabilidade económica das unidades industriais e o próprio futuro do sector corticeiro. Assim, não se procederá a apreensão da cortiça em trânsito ilegalmente transaccionada, mas promover-se-á o procedimento judicial contra os intervenientes na comercialização ilegal da cortiça amadia indisponível.»

Terminaram conversações sobre ponte do Guadiana

Terminaram ontem, nas instalações da Administração da Junta Autónoma de Estradas, em Almada, as conversações luso-espanholas para análise do anteprojecto da ponte sobre o rio Guadiana, que irá fazer a ligação rodoviária entre o Algarve e a Andaluzia, mais precisamente entre Castro Marim e Ayamonte.

A ponte, cuja construção será iniciada em Janeiro próximo, está orçada em cerca de 300 mil contos, e terá aproximadamente 1200 metros de comprimento, uma largura de

15,60 metros, com uma faixa de rodagem de 13 metros, correspondente a quatro vias. Uma altura de 25 a 30 metros acima da praia-mar permitirá a livre navegação naquele ponto do rio Guadiana.

Em declarações à Imprensa, o chefe da delegação portuguesa às conversações, disse tratar-se «de uma obra a todos os títulos do maior interesse para os dois países, porquanto beneficiará as relações de ordem comercial, turística e de todo o género».

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA HOTELARIA TURISMO, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL

COMUNICADO

ELEIÇÕES PARA OS CORPOS GERENTES NO PRÓXIMO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral comunica que concorrem às Eleições para os Corpos Gerentes do nosso Sindicato, para o biénio de 76-78, três Listas, que depois de verificadas as regularidades dos seus candidatos, se encontram em condições para no próximo dia 22 de Outubro de 1976 serem eleitos.

LISTA A

MESA DA ASS. GERAL

Afonso Monteiro
Amadeu Azevedo Esteves
Caronho
Maria Manuela Antunes Barreto
António Costa Martinho da Graça
Matilde Graça de Jesus

SUPLENTE

Manuel Além Dias
Joaquim Pereira Pires

DIRECÇÃO

Américo Nunes
Victor Manuel da Silva Martins
Manuel do Nascimento Exposto
Pinto
Gustavo António Martins Adolfo
Alfredo Lourenço Pinto
Vitor Eduardo Almeida Assunção
Ricardo Feliciano da Silva
José Fernandes Ferreira da Cunha
António Carlos Serra de Almeida
Nelson Tavares Borlido
Amélia de Jesus Reis Santos
Manuel Monteiro da Silva
Domingos Vaqueiro Rodrigues
Manta
Francisco Maria de Sousa
António Alegria Amiguiño
Manuel Dinis Dias Bregiela
Manuel Joaquim Piteira

SUPLENTE

Manuel Gomes de Brito
Maria Teresa M. de Almeida Veiga
Leonardo Conceição Figueira
Carvalho
Joaquim José de Assunção Trigo
Jacinto Diogo Luís

CONSELHO FISCAL

Alice Carvalho Noruegas D. da Rocha
Alberto Pedro da Costa
Orlando Blanco Bouzada

SUPLENTE

Carlos Pereira Correia

LISTA B

MESA DA ASS. GERAL

Manuel Ferreira de Barros
Júlio da Cruz Rufino Barbosa
Ángelo Pimenta da Silva
Rosa de Jesus G. dos Anjos
Manuel Correia de M. Batista

SUPLENTE

Lúcio Santos Teixeira
Jorge Inácio Coelho
Maria Lurdes Dias Fonseca

DIRECÇÃO

Nelson Moreira Linnsol Guedes
Maria José David R. Santos O. Batista
António Neves Pereira
Arménio de Jesus Fernandes
Alberto dos Anjos
Carlos Alberto Dias Ribeiro
José Domingos Pereira Tenda
Domingos Luís Araújo Costa
Agostinho Sequeira dos Santos
Avelino Bastos de Sousa
Manuel Gonçalves de Amorim
João Gil Gomes
Arlindo Rodrigues
Eduartina Adelaide Reis P. Lopes
José Francisco Cuiça
Luís Mariano Victor
José da Silva Teixeira

SUPLENTE

José Nogueira António
José Martins Roque
Diamantino Mesquita Andretta
Victor Manuel Jacinto Lopes
António Augusto Dias Morais
Victor Manuel da Silva Gouveia

CONSELHO FISCAL

Arlindo Ferreira Napoleão
Fernando da Silva Gaspar
Hipólito Mendes da Conceição

SUPLENTE

Maria Céu Nunes Morgado
Manuel António Ribeiro Delgado

LISTA C

MESA DA ASS. GERAL

José Eugénio do Carmo Rebelo
Manuel João Primo Lopes
Maria Carolina Mota da Silva
Jose Manuel Bastos Pereira
José Figueiredo Groba

DIRECÇÃO

Manuel dos Santos Arrais
Cesaltina Maria Guerreiro
Jorge Manuel Pestana Miranda
Maria Beatriz Oliveira P. de Menezes
Manuel Fernandes Duarte
Domingos Salgado Fernandes
Adélia Joaquina Direitinho F. Meireles
Januário José Barata Neutel
Mara Helena Namora G. da Cunha
Aires Augusto Gonçalves Bernardo
António Francisco Soares
José Adolfo da Silva Boto
Maria Isabel Pereira de Sá Pessoa
António José Marques Abaladas
Mário José da Silva Fonseca
Domingos Dias Gonçalves
Eduardo Nunes Ladeira

SUPLENTE

José Ramos

CONSELHO FISCAL

Albano Xavier Socorro Sousa
João Firmino Rocha
Agostinho Calado Ferreira

SUPLENTE

Alfredo Farinha Rodrigues
João Gonçalves Campos

PUB

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE SETÚBAL

COMUNICADO

De acordo com o compromisso assumido pela Mesa da Assembleia Geral deste Sindicato, reunida em sessão extraordinária no passado dia 13 Out. 76, no Salão do INATEL em Setúbal, tornamos públicas as decisões que resultaram da primeira parte da referida reunião:

- 1.º A reunião desta Assembleia Geral terá continuidade, com a mesma Ordem de Trabalhos, no próximo dia 20 Out 76, pelas 21 horas, nas instalações do INATEL;
- 2.º Foi deliberado que o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Setúbal se desvinculasse da CARTA ABERTA, a que tinha aderido por iniciativa e deliberação da Direcção;
- 3.º Foi deliberado que este Sindicato se integrasse imediatamente na Comissão Dinamizadora Distrital e participasse nos trabalhos em curso;
- 4.º Que fossem distribuídos pelos trabalhadores representados por este Sindicato os projectos de Regulamento para o Congresso dos Sindicatos, a fim de o mesmo ser analisado e discutido nos locais de trabalho e serem presentes os respectivos resultados à segunda parte dos trabalhos da Assembleia Geral a realizar em 20 Out. 76;
- 5.º Foi, ainda, aprovada uma Moção com o seguinte teor:

Considerando que:

- a) A Direcção do Sindicato tem tido atitudes menos correctas, não sendo ouvidos, os trabalhadores;
- b) A Direcção do Sindicato tem tomado decisões de cúpula, sem consultar previamente os trabalhadores;
- c) Em nome dos trabalhadores tem alinhado em posições divisionistas e extremamente nefastas para o Movimento Sindical.

Os Trabalhadores de Escritório do Distrito de Setúbal, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária em 13 Out 76, nas instalações do INATEL de Setúbal, DECIDEM:

- 1.º Que a Direcção abandone as reuniões da Carta Aberta;
- 2.º Que a Direcção passe a fazer parte da Comissão Dinamizadora Distrital para o Congresso;
- 3.º Que a Direcção distribua a todos os trabalhadores o Projecto de Regulamento do Congresso de todos os Sindicatos;
- 4.º Que fique marcada a data para a continuação desta nossa reunião de Assembleia Geral Extraordinária para o próximo dia 20 Out. 76 na qual será aprovado o Regulamento do Congresso.

Salão do INATEL em Setúbal, 13 Outubro 1976.

- 6.º Finalmente, deliberou-se que as decisões tomadas até à interrupção dos trabalhos fossem tornadas públicas através dos órgãos de Informação.

NOTA: A Mesa da Assembleia Geral, tendo tomado conhecimento de que alguns representantes da Imprensa foram impedidos de entrar na sala onde se realizou a reunião, esclarece que, tal atitude não foi resultado de uma sua decisão e lamenta a ocorrência.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

ARTÍLIO VASCO DE PINHO BAPTISTA

APELO — Todos os trabalhadores da Indústria Hoteleira, devem participar na vida do seu SINDICATO, indo votar na próxima sexta-feira, para a Eleição dos Corpos Gerentes nas segundas ELEIÇÕES LIVRES E DEMOCRÁTICAS NA EXISTÊNCIA DO NOSSO ORGANISMO DE CLASSE

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

a) ALBERTO PEDRO DA COSTA



As instalações do actual mercado são exiguas e não têm o mínimo de condições exigidas para exposição e venda de produtos alimentares

Falta um mercado em Leiria

LEIRIA, 20 — Um dos problemas mais instantes com que a cidade de Leiria se vem debatendo há já largos anos, é sem dúvida o da falta de um mercado à altura de satisfazer as necessidades do concelho, sabido que o antigo há muito se encontra ultrapassado em espaço e condições sanitárias e funcionais.

O ritmo com que o assunto tem sido encaminhado desde a primeira hora — e já lá vão uns bons pares de anos — começando pela sua localização, pedidos de comparticipação, indemnizações aos proprie-

tários dos terrenos, anteprojectos, estudo definitivo, maquete, urbanização adjacente e outros pormenores ligados ao perspectivado melhoramento, deixam antever aos mais pessimistas que ainda vai decorrer muito tempo para a ambicionada concretização.

Entretanto as donas de casa, o público, os vendedores e a cidade continuam a assistir duas vezes por semana (dias dos mais concorridos mercados) ao penoso espectáculo que se observa e experimenta no recinto do velho mercado

fechado, onde as pessoas dificilmente se podem movimentar e os carteiristas exercem propicia acção.

Cooperativa de Vagos contra aumento dos adubos

A notícia do aumento dos preços dos adubos para esta campanha está a causar sérias preocupações aos pequenos agricultores e cooperativas agrícolas. A Cooperativa Agrícola e Leiteira de Vagos já manifestou a sua posição contra esta medida governamental e pronuncia-se, agora, num comunicado no qual se refere aos intermediários «que não vendem o adubo ao preço antigo, embora o tenham em armazém, para assim ganharem dinheiro com a subida de preço».

A fim de se evitar o jogo especulativo dos intermediários a Cooperativa Agrícola e Leiteira de Vagos propõe ao sector responsável do Governo que «o adubo saído das empresas adubeiras e o que sairá até à publicação do decreto em 'Diário da República' seja vendido ao preço antigo».

A Cooperativa Agrícola e Leiteira de Vagos que se auto-

define como «uma associação de lavoura apartidária», constituída por pequenos agricultores, tem vindo a assumir desde 1974 posições reivindicativas firmes, algumas das quais bastante revolucionárias. Começou por paralisar a Volta a Portugal em Bicicleta quando reivindicava a melhoria do preço do leite pago à produção. Em Fevereiro de 1976 ameaçou com o corte de leite à população de Lisboa como protesto contra o proteccionismo dado pelo Governo aos grandes intermediários na comercialização da batata de semente em desfavor das organizações da lavoura. Em Junho do mesmo ano fez a denúncia pública de toda a actividade dos intermediários que ganham fortunas desonestamente à custa dos agricultores. Na sequência das posições assumidas a Cooperativa de Vagos propõe a aplicação de várias medidas que visam uma defesa

objectiva dos interesses dos pequenos agricultores. Um dos pontos referidos na sua exposição é a melhoria das condições de produção fazendo-se uma redução dos impostos, preços dos factores de produção necessários à agricultura, obtenção de créditos a longo prazo e com baixos juros. Outros pontos: favorecer a modernização e o equipamento das explorações agrícolas de forma a reduzir-se os custos da produção; organizar um sistema de comercialização que permita assegurar ao agricultor preços remuneradores; desenvolvimento das formas cooperativistas de produção, de transformação, comercialização e consumo, e relações de intercâmbio, a fim de se eliminarem os intermediários.

A Cooperativa de Vagos propõe ainda que seja assegurada aos agricultores uma igualdade com os trabalhadores de outros sectores de produção no que respeita às condições de trabalho, à remuneração, aos direitos sociais — objectivos para os quais são necessárias reformas democráticas apropriadas.

Esta proposta foi apresentada num plenário da C. A. P. que se realizou no dia 8 de Outubro em Fátima. A mesma, porém, não apresentou a proposta ao plenário. Fez-se esquecida...

Carência de água discutida no C.N.A.

A carência de água — que de há alguns anos a esta parte, tem vindo a afectar várias regiões do globo — foi o tema de uma exposição apresentada na 7.ª reunião técnica do pessoal da Comissão Nacional do Ambiente, pelo eng.º José Rasquilho Raposo do Instituto Superior de Agronomia.

No decorrer da sua intervenção, o eng.º José Rasquilho Raposo salientou o facto de a referida carência ter como origem não só a acentuada e contínua diminuição das disponibilidades de água em condições de ser utilizada pelo homem (a poluição não é estranha a esta situação), como também o incremento das necessidades humanas para as diversas utilizações — consumos domésticos, agrícolas (rega), navegação, etc.

Referindo-se à necessidade imperiosa da gestão dos recur-

sos hídricos, aquele agrónomo sublinhou o interesse existente para o país em se criarem várias «albufeiras de armazenamento».

No que se refere ao aproveitamento das águas residuais, provenientes dos esgotos domésticos e industriais, José Rasquilho Raposo, mostrou a necessidade do seu conveniente aproveitamento para se evitar a poluição dos cursos de água. Segundo o orador, uma das melhores soluções para o referido problema consiste no aproveitamento dessas águas na rega dos terrenos agrícolas, dado que o solo e as plantas são excelentes meios de depuração das águas contaminadas. Por este meio, contribuir-se-ia não só para o aproveitamento da respectiva massa líquida e respectivos elementos nutritivos, como também para um acentuado aumento da produção agrícola.

E acrescentou, a concluir a sua intervenção:

«Há, por outro lado, que efectuar a recarga dos lençóis subterrâneos, à custa das águas residuais, o que irá permitir o aumento dos recursos hídricos disponíveis sem prejuízo da qualidade das águas subterrâneas».

Karl Czernetz em Lisboa

Chegou ao princípio desta tarde a Lisboa o presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Karl Czernetz. Ainda hoje, cerca das 18 horas, será recebido em audiência pelo Primeiro-Ministro Mário Soares.

Karl Czernetz desloca-se a Portugal para uma visita oficial de três dias, e enquanto entre nós, deverá debater com as autoridades portuguesas problemas relativos à cooperação de Portugal com o Conselho da Europa, nomeadamente as actividades da primeira delegação portuguesa na Assembleia Geral daquela organização.

Em Lisboa, ainda hoje e depois do encontro com Mário Soares, o presidente da A. G. do C. E. será recebido pelo ministro português dos Negócios Estrangeiros, que dará um jantar em sua honra. Amanhã de manhã haverá audiências com o Presidente da República e

com o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes. De tarde, Karl Czernetz terá encontros com os chefes dos principais partidos políticos.

Lopes Cardoso em Israel

TELAVIVE, 19 — (R) — Falando aos jornalistas na aldeia natal do seu homólogo israelita, Aharon Uzan, o ministro da Agricultura e Pescas de Portugal, Lopes Cardoso, disse que a sua visita oficial a Israel constitui «um passo no sentido do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países».

Em resposta a perguntas, declarou que Portugal reconhece o direito de Israel à existência, assim como reconhece o direito do povo palestino a um país próprio.



Com uma conferência da prof.ª Miriam Halpern Pereira, doutora em França e actual docente de Letras (Lisboa), começou ontem no Palácio Foz o ciclo sobre o Cinco de Outubro. Esteve presente o subsecretário de Estado da Comunicação Social. A palestrante falou de «A I República: perspectivas e desafios» para um público interessado, que ouvirá nos dias 25 e 29 mais duas conferências dos d.ªs. Piteira Santos e Baptista

Falta de leite deve-se às manobras da C.A.P.

A falta de leite que se está a fazer sentir no Porto foi atribuída pela Comissão Liquidatária da Federação dos Grêmios da Lavoura de Entre-Douro e Minho às manobras da CAP, que domina na União de Cooperativas. «O boicote sistemático do abastecimento de leite tem como fim forçar a Comissão Liquidatária a demitir-se no sentido de o Governo entregar a estação de tratamento de leite do Porto àquela organização de agrários» — disseram os porta-vozes da Comissão Liquidatária numa conferência de imprensa que teve lugar no Porto.

O jogo da CAP segundo a Comissão Liquidatária inscreve-se num plano de grande envergadura que se resume na entrega de todos os bens e funções da Federação à União de Cooperativas onde estão indivíduos afectos àquela organização que nada tem a ver

com os interesses dos pequenos e médios agricultores. A concretizarem-se as pretensões da CAP seriam privilegiados 8 mil agricultores em detrimento dos 170 mil produtores agrícolas da região. Foram também denunciados os mecanismos da manobra que permite que os industriais açambarquem o leite nos postos de concentração. Dá-se assim um desvio do produto para o fabrico de leite de tipo ultrapasteurizado «altamente ruinoso para a economia nacional». A partir de Maio deste ano a União começou a reduzir a entrega de leite à Federação o que vem prejudicar o abastecimento. Por outro lado está a preparar entre 40 a 50 mil litros de leite ultrapasteurizado por dia provocando um aumento substancial de preço, da ordem dos 50 por cento no abastecimento dos grandes centros consumidores de Lisboa e Porto.

"Telex" parou vinte minutos

«Foi apenas uma breve avaria motivada por súbita falta de energia na nossa Central de «Telex em Lisboa», afirmou ao «DL» um porta-voz do serviço de Relações Públicas dos Correios e Telecomunicações de Portugal, ao explicar as razões técnicas de um corte nas ligações, via «telex», registada esta manhã em toda a rede metropolitana, entre as 9 e 40 e

as 10 e 10.

Recorde-se que, nos últimos dias, têm sido frequentes as interrupções telefónicas em vastas regiões do País, algumas das quais com a duração de várias horas, como a ocorrida no passado dia 14, em que devido «a um corte no cabo coaxial Lisboa-Porto», a capital esteve isolada do resto do País durante 4 horas.

Costa Brás em Itália

A fim de participar nos trabalhos da II Conferência Europeia dos ministros para o ordenamento do território, seguiu esta manhã para Bari, na Itália, o ministro da Administração Interna, Costa Brás, que falando à Imprensa, momentos antes do embarque, salientou ser a primeira vez que Portugal participa numa conferência do Conselho da Europa, após a sua entrada naquela organização, no passado dia 19 de Setembro. Costa Brás, disse, ainda, que aproveitará a sua

deslocação a Itália, para ter contactos em Roma, com o ministro italiano do Orçamento e Planificação Económica, Tammaso Morlino.

O ministro da Administração Interna, regressará a Lisboa, na noite do próximo domingo.

Na conferência para o ordenamento do território que começa amanhã e se prolongará até ao próximo sábado, participam representantes dos países do Conselho da Europa e observadores da Finlândia, Espanha e Jugoslávia.

Lisboetas continuam a estacionar mal

Segundo informa a Divisão de Trânsito da P.S.P., nos últimos oito dias ocorreram, na zona de Lisboa e arredores, 165 acidentes de viação, dos quais resultaram 1 morto e 112 feridos.

Em idêntico período, e de acordo com a mesma fonte, registaram-se 759 transgressões

por estacionamento (em passagens de peões, paragens de transportes, sobre os passeios ou ao centro da faixa de rodagem). Entretanto, por desrespeito dos sinais luminosos verificaram-se 50 infracções: por excesso de velocidade, 33 e por transgressões no corredor reservado aos transportes públicos 35.

Nobel da Literatura para Saul Bellow?

ESTOCOLMO, 20 — (FP) — Segundo a Televisão sueca, o escritor norte-americano Saul Bellow seria o próximo laureado com o Prémio Nobel da Literatura.

A Academia sueca anuncia amanhã a atribuição deste ga-

lardão relativamente a 1976. Não se conseguiu entretanto confirmação desta informação da TV sueca.

Saul Bellow é autor, nomeadamente, do romance «Herzog».

Novo casino em Espinho

PORTO, 20 — Vai ser construído um novo casino em Espinho, dado que o actual já não satisfaz as condições exigidas. O novo casino, que se erguerá juntamente com um moderno

bloco residencial, ocupará os terrenos de um parque de estacionamento, de um antigo hotel e da Associação Comercial. O orçamento prevê a utilização de largos milhares de contos.

PUB

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE OURIVESARIA, RELOJOARIA E CORRELATIVOS DO SUL

MOÇÃO

É facto sobejamente conhecido e historicamente comprovado que a emancipação dos trabalhadores, a luta pelo fim da sua exploração, os esforços no sentido de uma perfeita consciencialização quanto aos objectivos que concretamente lhes importa alcançar, sempre mereceram da parte do patronato explorador e reacção a contrapartida lógica que se deve esperar desta camada numa situação de luta aberta entre as classes antagónicas: a recusa à negociação, a recusa ao cumprimento dos acordos firmados, a deturpação confusionalista, a calúnia abjecta, o boato despojado, o desemprego, o assalto estilo Chicago, o lock-out (cerco pela fome...), a agressão, a bomba. O CRIME!

E tudo isto perante a incapacidade quase displicente de quem tem à força de juramento, a obrigação de tomar à sua conta a defesa do projecto socialista contido na Constituição da República Portuguesa! É assim que para garantir uma pretensa democracia, a qual, bem sabemos nós, os trabalhadores, onde irá desembocar, é permitido aos «gangs» da CAP e da CIP manifestarem de forma descarada o seu impaciente desejo de regressarem ao passado recente, seja no ambiente cosmopolita de um hotel londrino, nas informais patiscadas do Clube Americano ou nas grotescas palhaçadas de Rio Maior!

Mas os trabalhadores não desarmam. Eles sabem que a luta se tornará cada dia mais dura e que pode até assumir aspectos mais subtis e confusos, como se se tratasse, em dado momento, de escaramuças no seu próprio campo. Escaramuças onde só os ingénus ou os pobres de espírito insistem em não reconhecer o dedo patronal, no seu trabalho subterrâneo do desgastar os alicerces do edifício socialista que os trabalhadores portugueses não de erguer à custa do seu labor, da sua determinação, da sua inteligência.

Não se torna difícil, assim, descortinar qual a tática capitalista ao jogar neste momento todos os seus recursos na dissolução das estruturas sindicais portuguesas. É por demais evidente que ao patronato explorador e reacção não pode interessar a aglutinação dos trabalhadores em torno dos seus organismos de defesa, em torno da sua organização sindical, por isso mesmo que se encontram em campos antagónicos. Em torno da organização criada pelos próprios trabalhadores e que, passível embora de erros e indefinições, só pelos trabalhadores há-de ser reestruturada a partir da análise sistemática daqueles erros e indefinições. Dentro da sua própria estrutura e não à sua ilharga Fortanele-cendo-a no esclarecimento mútuo, aberto e democrático e não em debates marginais destituídos de qualquer legitimidade para o efeito atribuído pelos trabalhadores, nas costas e às costas deles!

De resto, a manobra do patronato é nítida: ao lançar os trabalhadores contra a Central Sindical que constituíram, escorado em medidas inconstitucionais que aplaude com mal-disfarçado entusiasmo, activa apenas a detonação de uma bomba de fumo destinada a dar-lhe campo de manobra para a consecução do seu programa de retomada dos privilégios perdidos, enquanto os trabalhadores se engolfam em disputas pouco menos que clubísticas. Ser contra ou a favor da Intersindical Nacional — eis os termos a que ficaria reduzido o problema. Daí ao deduzir em termos puramente aritméticos que seria necessário acabar com a Intersindical porque os trabalhadores «não a querem» ou, o que não seria mecos perigoso, criar novas e fantasmagóricas centrais sindicais para todos os gostos e paladares, seria uma passada fácil.

Pois não apregoa o patronato que a INTER «pertence» a determinado partido político? E se por acaso «pertencesse» a outro qualquer partido deixaria o patronato de tentar abatê-la enquanto ela se mantivesse na defesa dos interesses dos trabalhadores? NÃO!

Porque aceitar, então, tal jogo?

Os trabalhadores precisam de UMA ÚNICA Central Sindical — e ela existe. Que é necessário reestruturá-la de modo a torná-la mais coesa e forte, é um facto. Mas esta reestruturação há-de partir da acção conjunta dos interessados: os trabalhadores. Não será determinada por decretos talhados de encomenda e por quem, dos problemas do trabalho, não pode mais do que alcançar ideias feitas, a partir de inevitáveis preconceitos de classe.

Assim, os trabalhadores filiados no Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária em 13 de Outubro de 1976, decidem:

- 1.º — Que a Direcção deste Sindicato abandone imediatamente as reuniões do grupo de Coimbra;
- 2.º — Que a Direcção regresse imediatamente ao trabalho no seio da Central Única de Trabalhadores — Intersindical, lutando ali pela defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e em especial pela sua UNIDADE, impondo e aceitando as regras práticas e formais da Democracia;
- 3.º — Que a Direcção se ponha à disposição da Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso de Todos os Sindicatos e com ela colabore na medida das suas possibilidades económicas, técnicas e humanas;
- 4.º — Exortar todos os trabalhadores portugueses a unirem-se pelos objectivos comuns, na certeza de que os divisionismos meticulosamente programados pelo capital imperialista só concorrem para o enfraquecimento e destruição das armas que aqueles terão de usar para construir o Socialismo;
- 5.º — Que esta moção seja tornada pública através dos órgãos de informação.

CONTRA AS MANOBRAS DO CAPITAL!
CONTRA O DIVISIONISMO!
PELA UNIDADE!

(APROVADO POR MAIORIA)
13/10/76

PUB

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa Sindicato de Garagens, Postos de Abastecimentos, Transportes e Ofícios Correlativos do Centro e Sul

MOÇÃO

Camaradas:

O povo trabalhador interroga-se muito justamente sobre como é possível no Outubro de 1976 acontecer a libertação de PIDES e BOMBISTAS. Pensamos que a justiça dos Tribunais deve consagrar o genuíno sentimento de justiça do Povo e não há português algum, com um mínimo de consciência do que foram 50 anos de fascismo, que possa aprovar ou concordar com a libertação de pessoas que física ou moralmente atentaram contra o nosso Povo; seja sob que pretexto for, mas muito menos por qualquer pormenor jurídico dos manuais fascistas.

Por isso os trabalhadores RODOVIÁRIOS, reunidos em plenário no dia 18 de Outubro de 1976 na Voz do Operário,

considerando que a Constituição da República no seu artigo 309 ordena o julgamento dos carrascos do Povo, mais conhecidos por PIDES;

considerando que a Constituição interpreta fielmente o sentido do Povo sobre essa polícia: considerando que a libertação dos traidores — PIDES ou BOMBISTAS — é obra da direita reacçãoária, que não está, como nunca esteve, interessada na ordem democrática, considerando que a reacção lança mão de todos esses expedientes para travar e atentar contra a ordem democrática do PORTUGAL rumo ao SOCIALISMO,

DECIDEM:

- Exigir um severo julgamento e condenação para todos os PIDES e BOMBISTAS, porque são traidores e não merecem viver no meio do Povo trabalhador;
- apoiar incondicionalmente a tomada de posição da maioria de esquerda na Assembleia da República no dia 13.10.76, sobre a incriminação e julgamento dos agentes e responsáveis da PIDE/DGS, repudiando a decisão arbitrária e provocatória do juiz auditor do 2.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa, juiz Barata, que considerou inconstitucional a Lei 8/75, referida no artigo 309 da Constituição da República;
- exigir do Presidente da República e do Conselho da Revolução que se leve até ao fim o desmantelamento da rede bombista e que os PIDES sejam julgados pelos seus muitos crimes contra o Povo Português.

PELO JULGAMENTO DOS TRAIADORES!
PELO CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO!
PELA DEMOCRACIA, RUMO AO SOCIALISMO

(APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO)

MOÇÃO

Os delegados sindicais da empresa «GEL-ARCOS» reunidos em plenário de trabalhadores rodoviários no dia 18 de Outubro de 1976 na Voz do Operário, repudiam a atitude tomada pela entidade patronal de ter suspenso os delegados sindicais todos da empresa por terem desmascarado a gerência da firma através dos Órgãos de Comunicação Social.

A LUTA CONTINUA

(APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO)

Lisboa, 18 de Outubro de 1976.

MOÇÃO

1. — Considerando que as medidas de austeridade preconizadas pelo governo, visam fazer pagar a crise económica exclusivamente aos trabalhadores e em benefício da recuperação capitalista e agrária, os trabalhadores da Rodoviária Nacional (RN) — CEP-5 (Ex-Eduardo Jorge) de Queluz de Baixo, reunidos em plenário na Voz do Operário em 18 de Outubro de 1976 repudiam:

- a) — O pagamento do 13.º mês em títulos do tesouro;
- b) — A entrega de empresas recuperadas pelos trabalhadores ao patronato reacçãoário e sabotador;
- c) — O imposto sobre as rendas de casa e o imposto complementar;
- d) — O aumento generalizado do custo de vida que incide particularmente nos bens e artigos de primeira necessidade;
- e) — As tentativas de facilitar os despedimentos em massa e os despejos;
- f) — Não são os trabalhadores os culpados da crise e não admitem que sejam eles a pagá-la;
- g) — Que o governo tome medidas enérgicas contra os bombistas e faça pagar mais aqueles que maiores lucros recebem;
- h) — Os trabalhadores recusam-se a fazer sacrifícios para o governo ir indemnizar os capitalistas e latifundiários que sempre exploraram os trabalhadores e sonham fazer voltar o nosso País ao passado de opressão e exploração que o povo português sofreu na carne durante 48 anos.

(APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO)

Lisboa, 18 de Outubro de 1976.

MOÇÃO

Os trabalhadores dos transportes rodoviários reunidos em plenário no dia 18 de Outubro na Voz do Operário, em face da nota oficiosa emitida pelo Ministério dos Transportes a propósito do aumento de tarifas, decidem:

- Repudiar o teor altamente divisionista da nota oficiosa;
- Declarar que não são os trabalhadores rodoviários os responsáveis nem directos nem indirectos pelo aumento do custo dos transportes;
- Esclarecer que os ordenados que têm, não condizem de maneira nenhuma com o assustador aumento do custo de vida e que datando o contrato de Junho de 1975 não pode servir agora de justificação a novo aumento de transportes;
- Alertar todos os trabalhadores para que não se deixem dividir e a população em geral para que compreenda a situação dos rodoviários que suportam, tal como todos os outros trabalhadores, o peso da recuperação capitalista.

(APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO)

Lisboa, 18 de Outubro de 1976.

Nacional

CONSELHO DIRECTIVO DE MEDICINA

"Ano escolar corre riscos de não funcionar"

«O ano escolar 76/77 corre sérios riscos de não funcionar, ou funcionar mal», afirma um comunicado do sector discente (em conflito com o docente) do Conselho Directivo da Faculdade de Medicina de Lisboa (Hospital de Santa Maria). Esta apreensão, reflectem os alunos presentes no C. D. tem origem «nas movimentações que ao nível de Ministérios e na própria escola têm caracterizado a ofensiva da direita reacçãoária, com a única finalidade de liquidar a transformação progressista operada no ensino, recuperando-o para a forma elitista e autocrática do passado».

Nesta acção, cabem, segundo o sector discente do C. D., «particulares responsabilidades aos actuais dirigentes do M. E. I. C.». Pontos que justificam esta apreensão: «numerus clausus», a gestão democrática, a questão da «degradação pedagógica», a reintegração de professores saneados, os currículos. Quanto ao «numerus clausus» revelam que o Conselho Directivo (com oposição do sector discente) aprovou durante o passado mês de Setembro um parecer favorável à existência do «numerus clausus», sugerindo dois mil alunos como o número limite de entradas. A posição do sector discente continua a ser idêntica: repudiou o decreto-lei do M. E. I. C. sobre «numerus clausus».

No que respeita à gestão democrática o comunicado acusa o M. E. I. C. de ter elaborado um novo projecto de decreto-lei sobre a gestão, «aprova-

do em reunião plenária do Conselho de Ministros» e «à margem da informação pública e das escolas». Assim, o sector discente do C. D. da Faculdade de Medicina comunga das propostas saídas do Encontro Nacional dos Conselhos Directivos e Associações Estudantis. O que implica: «divulgação e discussão em todas as escolas de todas as alterações que o Governo «decretou» sobre a gestão em vigor; respeitar a A. G. E. como órgão máximo deliberativo da Escola; respeitar a participação paritária nos C.D.'s e Conselhos Pedagógicos; respeitar a eleição universal dos membros do C. D., bem como o seu carácter de órgão de direcção da escola; não aceitação de Comissões Instaladoras do M. E. I. C.».

No que concerne à questão da «degradação pedagógica» o sector discente é de opinião que na Faculdade de Medicina «já há muito que o espantinho da 'degradação pedagógica' vem sendo agitado para justificar quer o 'numerus clausus', quer alterações curriculares». A finalizar o comunicado, o sector discente do Conselho Directivo da Faculdade de Medicina é peremptório em afirmar: «A semelhança de outros períodos em que esteve em causa a vida escolar na nossa Faculdade, o sector discente do C. D. bater-se-á firmemente pelo funcionamento (o melhor possível) do ano lectivo de 76/77, estando nele implícitos os direitos e as conquistas dos estudantes, e a melhoria da qualidade de ensino».

BIO MEDICAS À PROCURA DE ESPAÇO

Dos 10 mil contos pedidos ao M. E. I. C., o Instituto de Ciências Biomédicas de Lisboa recebeu apenas até agora três mil, o que é considerado, pelo conselho de gestão, manifestamente insuficiente. Dos 15 departamentos que deverão estar em actividade este ano, cinco não estão preparados para funcionar (departamentos de Anatomia, Patológica, Introdução à Clínica, Biomatemática, Microbiologia e Genética). Entretanto, a cerca de mil metros, está situado o Instituto Ricardo Jorge, que apesar de dispor de laboratórios com todos os requisitos, está ocupado pelos serviços administrativos dos Hospitais Cívicos de Lisboa. Nalgumas salas chove, outras não têm mesas nem cadeiras. Gavetas de armários são improvisadamente transformadas em assentos.

A gravidade desta situação, foi já confirmada aliás, em recente visita, pelo próprio director-geral do Ensino Superior. Para a sobrevivência económica do Instituto considera o conselho de gestão, em conformidade com o texto do comunicado emitido a propósito, que o ministro deverá ter em consideração três aspectos fundamentais: que seja reforçada a verba dos três mil contos cedida, ainda durante o mês de Novembro; que não seja cortado nem um centavo na verba estipulada para o próximo ano lectivo; que a verba destinada a máquinas e equipamento seja entregue ainda em Janeiro.

DECRETO DE INTEGRAÇÃO

COIMBRA, 20 Exigir a «imediata regulamentação do Decreto-Lei 674/75» e a «aprovação e publicação no 'Diário da República' dos quadros dos Hospitais Centrais que ainda os não possuem nos termos dos parâmetros já aprovados», são duas das importantes decisões tomadas, na passada segunda-feira, por unanimidade, em plenário da Faculdade de Medicina. Mais foi exigido que, após a publicação dos quadros, «se inicie a integração de carreiras e lugares nos termos do Decreto-Lei 674/75 em todos os hospitais centrais onde até agora não foi feita e para todos os graus de carreiras».

Convém a propósito recordar que o chamado «decreto



A reabertura das aulas em Medicina pode ser dificultada pelo decreto sobre o «numerus clausus»

de integração» atribui aos hospitais centrais, quer escolares, quer civis, competência pedagógica para o ensino da Medicina. O decreto viria a ser contestado pelos professores do Porto e Lisboa e, actualmente, um movimento também nesse sentido parece esboçar-se entre os professores de Coimbra, e a que, porventura, não são estranhos os chamados «21» doutores desta Faculdade.

Na origem das reivindicações do plenário de Medicina está o atraso, provocado pela Secretaria de Estado do Ensino Superior e Secretaria de Estado da Saúde, na regulamentação do referido decreto. A manter-se tal situação, e nos termos de uma proposta apresentada pelos Conselhos Pedagógico, Científico e Conselho

Directivo da Faculdade de Medicina, votada por unanimidade no plenário da Faculdade a que estamos a fazer referência, são responsabilizadas as Secretarias de Estado do Ensino Superior e da Saúde pela eventual paralisação do ensino médico em Coimbra, no caso de não vir a ser regulamentado brevemente o Decreto-Lei 674/75..

PRIMEIRO ANO DE MEDICINA

PORTO, 20 A luta desencadeada pelos estudantes do primeiro ano da Faculdade de Medicina do Porto contra a imposição do M. E. I. C. de um teste na Disciplina de Bio-Estatística conta agora com o apoio de 16 Associações de Estudantes de diferentes pon-

tos do País, entre as quais, a da Associação Académica de Coimbra e de várias escolas superiores de Lisboa e Porto. Aquelas direcções académicas, na moção aprovada, denunciam a ameaça do M. E. I. C. que visa instaurar «processo criminal» contra os estudantes que se destaquem na condução da luta e repudiam «a posição intransigente da Comissão Directiva da Faculdade de Medicina do Porto em persistir na marcação de testes sem que estejam criadas condições para uma efectiva avaliação de conhecimentos».

A moção mostra ainda o seu repúdio por qualquer tentativa de levantamento de processo-crime contra os estudantes nomeadamente dos alunos de Bio-Estatística.

EM VALE DE CAMBRA

Protesto contra localização de futuro hospital

AVEIRO, 20 Um habitante de Vale de Cambra acaba de endereçar um «requerimento» ao secretário de Estado da Saúde convidando um «emissário» deste departamento governamental a visitar a localidade, a fim de se inteirar do «local arranjado para a edificação do hospital concelhio».

revela o jornal «Voz de Cambra».

De acordo com o signatário, que assume publicamente a opinião de muitos dos seus conterrâneos, o referido local é «impróprio» para a construção de um estabelecimento hospitalar, «por ser

húmido, ter má exposição, ficar na vizinhança de fábricas ruidosas e expelir fumos» e situar-se de forma «desequilibrada em relação a toda a área municipal».

Depois de sugerir o «Monte do Buzio» para a construção, o requerente afirma-se disposto a «pagar as despesas de deslocação, as ajudas de custo do referido emissário e do arquitecto (autor do plano geral de urbanização) e a pedir publicamente desculpa aos dirigentes da Santa Casa da Misericórdia se, em resultado da diligência solicitada, «se não reconhecer a exactidão do exposto».

Junta fixou preços de frutas e legumes

Durante a semana que decorre, os preços por quilo a praticar nos postos regularizadores da Junta Nacional das Frutas, serão os seguintes, de acordo com o fixado por aquele organismo: Banana, 24\$00; laranja, 13\$00; limões, 24\$00; maçã golden (60/65) 7\$50; maçã golden (70/75) e starking vermelha, 8\$50; melão, 7\$00; pêra, (50/55), 6\$50; pêra (60/65) 9\$00; tangeras, 10\$00; alfaces, 14\$00; alhos, 60\$00;

batata, 7\$50; cebola, 5\$00; cenoura, 6\$50; couve bacalã, 5\$00; couve lombarda, 7\$00; couve portuguesa 6\$00; nabos, 10\$00; nabicas, 5\$00; pimentos, 5\$00; tomate, 6\$00; miolo de amêndoa partido, 50\$00; miolo de amêndoa inteiro, 70\$00; amêndoa dura em casca, 17\$50; amêndoa coca em casca, 28\$00; feijão catarrino, 35\$00; feijão frade, 35\$00; feijão manteiga, 30\$00 e grão-de-bico, 25\$00.

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34-1.º, Lisboa-1 Telefones: 770274 — 753276 — 770066

COMUNICADO

O SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA solidarizando-se com os trabalhadores do COP-3 da Rodoviária Nacional (Ex-Claros) e em especial com os camaradas incriminados pelo juiz da Comarca da Golegã, repudia veementemente a arbitrariedade e abuso de que foram alvo um motorista e um cobrador da carreira de Torres Novas-Lisboa.

Uma viatura mal estacionada, pelo facto de pertencer ao senhor juiz da Comarca da Golegã, não deixa de poder causar sérios transtornos ao trânsito, e quem diz ao trânsito diz neste caso aos trabalhadores rodoviários e sobretudo ao público utente, que tem as horas contadas para as suas deslocações. Por isso, quem estaciona mal uma viatura devia, antes de mais, reconhecer o embaraço que está a causar ao público.

Não podemos, pois, conceber, e chamamos a atenção de quem de direito para o caso, que o meritíssimo juiz da Comarca da Golegã depois de ordenar a prisão e agindo na qualidade de «jugador» e «acusador» — ele que devia ser o réu — tenha condenado os nossos camaradas.

Não podemos tão pouco conceber que trabalhadores rodoviários sejam julgados por quem, lembrando os tempos da antiga senhora — afirma: «Sabem com quem estão a falar?».

Evidentemente que os trabalhadores sabem com quem estão a falar e tanto sabem que lutarão para que a justiça não fique nas mãos de tais senhores.

Tal como os nossos camaradas de Torres Novas, exigimos do Ministério dos Transportes, do Ministério da Justiça e da Rodoviária Nacional uma tomada de posição inequívoca, que dignifique o Governo, os Tribunais e a Justiça.

PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES RODOVIÁRIOS
CONTRA AS PREPOTÊNCIAS DOS SERVIDORES FASCISTAS
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

Lisboa, 19 de Outubro de 1976

A Direcção

NEVE
isola 2000
UM TERRAÇO DE NEVE SOBRE A CÔTE D'AZUR
desde 4 860.
hotel, avião, transportes e taxas
8 dias
PART 26 12 76-30 01/77
27 02 77-17 04 77
avermelhado reduzido
EUROPE
AV. LIBERDADE 203 1 536121 LISBOA 2
consulte a sua agência de viagens

PUB

COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL DO CCTVN DA C. CIVIL A TODOS OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A todos os trabalhadores da construção civil

A Comissão Negociadora Sindical esteve reunida no passado dia 14 de Outubro, com os sindicatos signatários do nosso Contrato. Esta reunião serviu para fazer o ponto da situação do Contrato e aprovar formas de mobilização e esclarecimento de todos os trabalhadores com vista a avançarmos unidos e bem conscientes das razões da nossa luta.

Eis portanto, o resumo dos pontos que trazemos ao conhecimento de todos os trabalhadores:

1.º — O Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, entidade que assumiu a responsabilidade da resolução do nosso Contrato, não se pronunciou até hoje em definitivo sobre esta questão, limitando-se a arrastar o problema e a faltar aos compromissos assumidos perante a Comissão Negociadora. Em face da posição nada a favor dos trabalhadores, por parte dos actuais responsáveis deste Ministério, entendeu a Comissão Negociadora e os Sindicatos não contactar mais com este Ministério para efeitos do nosso Contrato.

2.º — Manifestar publicamente o mais vivo repúdio perante o silêncio e passividade com que o Governo trata o nosso Contrato.

3.º — Exigir do Governo a imediata publicação das Tabelas Salariais.

4.º — Desenvolver acções de massas a nível nacional a fim de esclarecer e mobilizar os trabalhadores para a luta. Aponta-se desde já a realização de plenários e Assembleias Gerais em todos os locais de trabalho e em todos os Distritos.

5.º — Responsabilizar o Governo e só o Governo pelas consequências das formas de luta e acções que os trabalhadores acharem mais correctas para defesa e conquista dos seus direitos. O Governo é responsável com a sua passividade e desprezo pela situação precária de cerca de duzentos e tal mil trabalhadores que estão já fartos de serem ignorados e desprezados.

6.º — Camaradas, ficou ainda aprovado o seguinte calendário a fim de se levarem as acções em unidade de Norte a Sul do País:

Em todos os Distritos até ao dia 30 deste mês realizar-se-ão Plenários e Assembleias Gerais promovidas pelos Sindicatos.

No dia 10 de Novembro as decisões aprovadas pelos trabalhadores serão entregues pelas Direcções dos sindicatos e pelos Delegados Sindicais ao Governo bem como aos órgãos do poder local.

7.º Por último a Comissão Negociadora Sindical procedeu à entrega destas resoluções bem como doutros documentos comprovativos da justeza da nossa luta às seguintes individualidades e órgãos:

- P.R.
- Primeiro-Ministro
- Conselho da Revolução
- Grupos Parlamentares do PS e do PCP
- Órgãos de Comunicação Social (Televisão, Radio-difusão e Imprensa)

— PELA SAÍDA DO CONTRATO VERTICAL!
— UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!
— A LUTA CONTINUA!

MOBILIAS E MOVEIS SOLTOS DE ESTILO E MODERNOS POR ELEMENTOS, ESTOFOS, LOIÇAS, VIDROS, QUADROS, CRISTAIS, OBJECTOS DECORATIVOS, LANIFICIOS, CONFECÇÕES, ETC.

**PARA HABITAÇÃO,
MOBILIÁRIO EM AÇO E MÁQUINAS
PARA ESCRITÓRIOS,
ELECTRODOMÉSTICOS
PARA RESIDÊNCIAS, LOJAS, ETC.**

MAQS. E UTENSÍLIOS P.º IND.º HOTELEIRA

ARTIGO NOVO — IMPORTANTÍSSIMO

LEILÃO

DAS ESPECIALIDADES EM EPIGRAFE, VENDEREMOS PELA MAIOR OFERTA E SEM BASE DE LICITAÇÃO

HOJE E AMANHÃ, DAS 15 ÀS 19 HORAS

AV. CASAL RIBEIRO, 17-B

Sendo milhares de lotes a vender, na maioria novos, impossíveis de discriminar, aconselhamos uma visita à

EXPOSIÇÃO, DAS 10 ÀS 13 HORAS



SOC. DE LEILÕES
AV. DUQUE DE LOULÉ, N.º 1
Telfs. P.P.C. (6 Linhas)
539229 - 51478 - 47018/9

AFRAFILHOS, Lda

PUB

CONVOCATÓRIA SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CARNES DOS DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL

A TODOS OS TRABALHADORES EM CARNES:

A Comissão Directiva convoca uma ASSEMBLEIA GERAL para o dia 23 DE OUTUBRO DE 1976, pelas 18 horas, para se tratar de assuntos de grande importância para o nosso Sindicato, a realizar na sede do Sindicato — RUA DA PAZ, 7-1.º LISBOA, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Eleições para os corpos gerentes.

2.º — O impasse das negociações do C. C. T.

3.º — Questão do Congresso.

**TODOS OS TRABALHADORES DEVEM COM-
PARECER PORQUE O SINDICATO É NOSSO!
E A SUA FORÇA DEPENDE SOMENTE DA
NOSSA PARTICIPAÇÃO!**

POR UM SINDICATO DE CLASSE!

**PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADO-
RES!**

**SIM A UNICIDADE SINDICAL!
NÃO A CISÃO DO MOVIMENTO SINDICAL
PORTUGUÊS!**

Lisboa, 4 de Outubro de 1976.

A COMISSÃO DIRECTIVA

PUB.

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL

VERTICALIZAÇÃO DOS ELECTRICISTAS DOS TRANSPORTES
RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

ACTA final da Votação dos Trabalhadores Electricistas das Empresas Rodoviárias, para a integração no Sindicato dos Transportes Rodoviários, com Assembleia de Voto realizadas dia 7 de Outubro de 1976 das 15.00 às 22.00 nos locais abaixo mencionados:

- Empresa ex-Claras
- Empresa ex-Eduardo Jorge
- Empresa ex-Boa Viagem
- Empresa ex-Arboreicultura
- Empresa ex-Empresa Geral de Transportes
- Empresa ex-Transportes de Sacavém
- Empresa ex-Transportes de Santa Iria
- Empresa ex-Transportes Alfa da Cruz Quebrada
- Empresa ex-Barraqueiro
- Empresa ex-Bucelense
- Sede do Sindicato dos Electricistas do Sul

Percentagem de trabalhadores que votaram	77 %
Votos a favor da Verticalização	77,1 %
Votos contra a Verticalização	14,2 %
Votos Nulos	2,8 %
Votos Brancos	5,7 %

NOTA: Dado que a grande maioria dos trabalhadores Electricistas do Sector de Transportes Rodoviários, se decidiu pela integração no Sindicato dos Transportes Rodoviários, brevemente o Sindicato dos Electricistas, fará a transferência de todos os camaradas do Sector para o Sindicato Verticalizado.

Lisboa, 19 de Outubro de 1976
PELA DIRECÇÃO



Em ALVERCA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA LUSA Rua Joaquim Sabino Faria, 16

Nacional

Espanhóis filmam Madeira de balão

FUNCHAL, 20 — Ao serviço da TVE (Televisão Espanhola) Jesús González Green vai hoje tentar filmar, de balão, vários aspectos da ilha da Madeira. Trata-se de uma iniciativa inédita entre nós aguardada com grande expectativa, a lembrar a graça «O patego olha o balão».

O espanhol Jesús González, que trabalha para o programa «Ao redor do mundo, em ba-

lão», da TVE, seguirá depois para os Açores e mais tarde para Lisboa, sempre com o objectivo de filmar «lá de cima».

Lembra-se que há cerca de dez anos, houve no Funchal quem tentasse atravessar o Atlântico de balão, procurando vencer o percurso Madeira/Antilhas: o vento não correu de feição, o balão empastou e não encheu. Os aventureiros não passaram das ilhas Desertas.

Propriedade intelectual defendida em Genebra

Terminou em Genebra a reunião anual das delegações que integram a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em cujos debates participaram delegados de setenta e dois países e dezanove organizações internacionais.

Foram abordados numerosos assuntos relacionados com os direitos intelectuais, nomeadamente a adopção de medidas tendentes à promoção cultural e tecnológica dos países em via de desenvolvimento. Foi igualmente decidida a criação de dois programas permanentes no campo dos direitos de autor e do direito da propriedade industrial.

Portugal foi eleito para três

vice-presidências: na conferência dos representantes da União de Berna, no comité dos directores da União de Madrid e no Conselho da União de Lisboa. A delegação portuguesa fez-se representar pelo dr. António Maria Pereira, pela Secretaria de Estado da Cultura, e pelos drs. Rui Serrão, Jorge Garin e eng.º Mota Maia, pela Secretaria de Estado do Comércio Externo.

CADELA

...Achou-se no dia de abertura em Mourão. Entregue-se a quem pertencer. Telefone 326561 até às 14 horas.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral, depois de ouvidos o Conselho Fiscalizador e a Direcção do Sindicato, ao abrigo do Art.º 13.º, § 5.º, alínea c) e Art.º 20.º, § 4.º, convoca todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para uma

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

(«referendum» por voto secreto, directo e universal)

Dia: 18-11-76

Das 8 horas às 24 horas

Em: Lisboa — Pavilhão dos Desportos

Alhandra — Alhandra Sport Clube

Torres Vedras — Delegação do Sindicato

PARA A SEGUINTE VOTAÇÃO

1.º — Actuação da Direcção e seu comportamento face ao próximo Congresso:

a) Vinculação à Inter (Rejeição do Relatório da Direcção)

b) Vinculação à Carta Aberta (Aprovação do Relatório da Direcção)

2.º — Continuação da filiação na Intersindical (Para cumprimento do Ponto 1. 3. do Programa de Acção da Direcção)

Lisboa, 18 de Outubro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

José Luís Pacheco Gaspar

NOTA IMPORTANTE:

Para maior rapidez, devem os sócios fazer-se acompanhar da convocatória postal, a enviar oportunamente. No entanto, é a não dispensa a apresentação de documento de identificação: cartão de sócio ou bilhete de identidade.

Trabalho

Governo facilita despedimentos

— alterações significativas à lei vigente

A legislação que regula as circunstâncias em que os trabalhadores podem ser despedidos foi objecto de alterações significativas, durante o Conselho de Ministros de ontem. O decreto-lei agora aprovado introduz novas causas de despedimento e facilita a sua averiguação em alguns casos, para os quais deixa de ser necessária a procedência de processo disciplinar consagrada legalmente em 75.

Embora o Governo invoque a Constituição para justificar competência legislativa na matéria, que presume não ser reservada à Assembleia da República, a verdade é que tal questão é susceptível de entendimento bem diverso. Com efeito, o diploma ontem aprovado regula matéria que condiciona a concretização na prática do direito ao trabalho consagrado constitucionalmente, especificamente no que respeita à garantia da segurança de emprego (Artigos 51.º, n.º 1, e 52.º alínea b). Ora, a Constituição estabelece que é da exclusiva competência da Assembleia legislar sobre direitos, liberdades e garantias, competência essa que pode delegar no Governo. E, tal autorização legislativa não existe.

Por esta razão, ainda bem recentemente o Movimento Sindical contestou legitimidade ao Governo para aprovar um conjunto de leis do trabalho, então anunciadas. É de esperar, portanto, que este diploma, quanto mais não seja por motivos formais, venha a suscitar oposição por parte das organizações representativas dos trabalhadores. Tudo mostra, aliás, que estas nem sequer foram ouvidas.

O Governo justifica as alterações agora introduzidas pela necessidade de «normalização do mercado de trabalho» e de «salvaguarda do equilíbrio das empresas». Na sua perspectiva, ao facilitar-se o despedi-

mento concedem-se «garantias» ao patronato para a admissão de trabalhadores: a criação de novos postos de trabalho resultaria, assim, das facilidades em despedir.

Para isso, o Governo adoptou um regime de «flexibilidade na resolução dos contratos de trabalho e na averiguação das causas determinantes».

FALTAS INJUSTIFICADAS

O despedimento só poderá verificar-se ocorrendo justa causa. Tal garantia está consagrada na Constituição e constava já da lei vigente sobre despedimentos, que verificava algumas dessas causas, deixando a eventual determinação das restantes ao livre arbítrio das partes, designadamente através da contratação.

Agora, é a lei que enumera uma extensa lista de motivos que constituem justa causa, admitindo, ainda, a consagração de outros comportamentos justificativos de despedimento.

As faltas injustificadas podem a partir deste Decreto-Lei, dar azo a despedimento. Basta, para tal, que se verifiquem cinco faltas seguidas ou dez interpoladas, em cada ano; ou que, independentemente destas condições haja faltas não justificadas que «determinem directamente prejuízos ou riscos graves para a empresa».

Este será, precisamente, um dos casos em que se dispensa a instauração de processo disciplinar. Bastará a «averiguação oral e sumária dos comportamentos em causa e das circunstâncias que o rodearam, ouvindo sempre o trabalhador interessado na presença de duas testemunhas, devendo ser comunicado por escrito ao trabalhador a decisão final». Esta economia de palavras do texto legal não deixará decerto de levantar apreensões junto dos trabalhadores. Por exemplo: quem pro-

cede às averiguações? quem nomeia as testemunhas? Parece fora de dúvida que a lei, no seu silêncio, avaliza o exercício ilimitado do poder disciplinar das entidades patronais ou dos gestores.

GENERALIDADES

O decreto-lei agora aprovado introduz outros factores de despedimento, por vezes enunciados em termos genéricos, e extremamente amplos, que o patronato decerto não deixará de aproveitar para se ver livre de «excedentes» ou para sabotar a disposição constitucional reafirmada nas leis que proíbe os despedimentos por motivos políticos ou ideológicos.

Passam a constituir justa causa de despedir o «desinteresse repetido pelo cumprimento, com a diligência devida, das obrigações inerentes ao exercício do cargo ou posto de trabalho»; a «lesão de interesses patrimoniais sérios da empresa» (a lei enuncia os casos de furto, retenção ilícita, desvio, destruição ou depredação intencional de bens pertencentes à empresa, mas admite implicitamente outros); a «prática intencional de actos lesivos da economia nacional»; «reduções anormais da produtividade»; «prática de violências físicas, de injúrias ou outras ofensas punidas por lei», bem como o «sequestro e, em geral, crimes contra a liberdade», contra trabalhadores da empresa, elementos dos corpos sociais, entidade patronal, seus delegados ou representantes.

O diploma enumera ainda outros comportamentos que podem constituir justa causa de despedimento, alguns dos quais eram já previstos pela legislação anterior. Estão neste caso a desobediência ilegítima às ordens dos responsáveis hierárquicos superiores; a violação de direitos e garantias

de trabalhadores da empresa; a provocação repetida de conflitos com outros trabalhadores da empresa; a «falta culposa» da observância de normas de higiene e segurança no trabalho. A lei acrescenta, agora, o incumprimento (ou oposição ao cumprimento) de decisões judiciais ou de actos administrativos definitivos e executórios e as falsas declarações relativas à justificação das faltas.

PROCEDIMENTO SUMÁRIO

O diploma, como se disse, dispensa a precedência de processo disciplinar em grande número destes casos, bastando, como forma de averiguação dos factos, um procedimento «oral e sumário».

Nos casos em que o processo disciplinar é admitido, esta terá de se conformar a determinadas linhas gerais, que não diferem significativamente da regulamentação vigente. Assim, no entanto, que as diligências requeridas ao instrutor pelo trabalhador visado poderão ser recusadas quando revestirem «natureza manifestamente dilatória ou sejam patentemente inúteis ou injustificadas». A avaliação destas circunstâncias competirá, naturalmente, ao instrutor nomeado pelo dador de trabalho, isto é, em última instância e na prática, ao patrão...

A lei mantém o «princípio do contraditório», permitindo a defesa do trabalhador, que deverá ser ouvido sob pena de nulidade do processo.

Pela descrição feita das alterações introduzidas e pelas dúvidas levantadas quanto à legitimidade do Governo para as fazer, é possível concluir que o diploma agora aprovado é francamente polémico. Estamos em crer, aliás, que nada disso escapará aos trabalhadores e às suas organizações, que já tiveram ocasião de demonstrar a sua oposição a quaisquer formas de liberalização dos despedimentos.

EDUARDO LOBO

POSSÍVEL, HOJE

Padeiros suspendem greve

● Especulação

e falta de sanidade

na base da decisão

A partir de amanhã, os trabalhadores da Panificação vão possivelmente recomençar a trabalhar normalmente até, pelo menos, ser conhecida e analisada a portaria regulamentadora do sector, caso seja aprovada a proposta que a Federação apresentará ao plenário desta tarde.

O secretariado da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Panificação vai propor a suspensão temporária da greve a partir de amanhã, cumprindo os trabalhadores «intransigentemente o horário diurno estabelecido na lei por portaria assinada pelo ministro do Trabalho, dr. Francisco Marcelo Curto, com início de fabrico às 6.00 horas da manhã e abertura dos balcões às 9.00 horas». Determina ainda a proposta da federação que esta situação se mantenha até que seja publicada a portaria, procedendo-se, após a publicação, a plénários em todo o País, para a discutir e tomar as medidas necessárias.

A proposta da Federação apresenta em vários considerandos, dos quais destacamos os seguintes: compreensão e apoio das massas trabalhadoras, que se privam do consumo do pão; especulação quanto aos preços de venda por parte do patronato; confecção do produto por pessoas que não possuem boletins de sanidade e que poderão ser até portadoras de doenças infecciosas, o que é um atentado contra a saúde pública; permissão do Governo de toda essa situação; desacordo quanto às tabelas salariais apresentadas pela Comissão Técnica e intenção de retirar aos trabalhadores a regalia conquistada depois do 25 de Abril de praticarem um horário fixo diurno.

As tabelas salariais e a passagem de horário fixo a horário livre são duas cláusulas que provocaram posição irredutível por parte de trabalhadores e patrões. A Comissão Técnica encarregada de, no âmbito do Ministério do Trabalho, elaborar o projecto de portaria do sector reuniu ontem, mas as conclusões da reunião são consideradas inaceitáveis pelos representantes dos Trabalhadores. Preconiza por exemplo, o regresso ao horário livre e um aumento irrelevante dos salários dos trabalhadores. O projecto será no entanto submetido ao Conselho de Ministros que poderá alterar as disposições nele contidas.

DELEGADO SINDICAL MORRE NA ESTRADA

Na estrada Porto-Póvoa, próximo de Modivas, um automóvel conduzido pelo delegado sindical dos padeiros de Setúbal, José Brito Henriques, de 24 anos, e no qual seguiam Abílio Fernandes, de 44 anos, presidente do Sindicato de Panificação de Lisboa, Armando Coelho da Silva, de 65 anos, director do mesmo Sindicato, Manuel dos Santos, de 27 anos, director do Sindicato do Porto e ainda a empregada de panificação Lucinda Ferreira da Silva, de 29 anos, da Amadora, e um filho desta Fernando Manuel, de 11 anos, embateu violentamente numa camioneta de carga conduzida por Manuel Lopes da Costa, de Oliveira de Azeméis. Do acidente resultou a morte instantânea do condutor do automóvel e ferimentos nos seus acompanhantes que tiveram de ser internados num hospital do Porto, à excepção da Lucinda e do seu filho, que sofreram ligeiros ferimentos.

GROSSISTAS TÊXTEIS

P.S.P. contra grevistas

● paralisação suspensa provisoriamente

O 14.º dia de greve dos trabalhadores do sector dos Grossistas Têxteis foi ontem assinalado com graves incidentes do que resultou ferimentos em 20 trabalhadores, um dos quais teve de ser hospitalizado.

Segundo um comunicado da comissão de luta, cerca do meio-dia, quando os trabalhadores daquele sector se «manifestavam ordeiramente» na Rua das Flores, junto da empresa «Boinas e Andrade», um pelotão com várias dezenas de polícias, comandado pelo capitão Correia, carregou inesperadamente e selvaticamente sobre os grevistas do que resultou cerca de 20 trabalhadores feridos, um dos quais se encontra hospitalizado. Continuando, o comunicado afirma: «A fúria policial desencadeou-se com toda a brutalidade, com os polícias de «casca-têta» virado ao contrário, a agredirem estupidamente homens e mulheres indefesas. Houve, inclusivamente, um polícia que chegou a puxar da pistola e a meter a bala na câmara, virada para os trabalhadores». O comunicado sublinha depois: «O patronato, incapaz de quebarar a re-

tência dos trabalhadores, que já vão no 14.º dia da greve, serve-se da polícia. A Polícia, incapaz de vencer os seus institutos antidemocráticos e anti-trabalhadores serve de tropa de choque dos patrões.

Perante mais este grave atentado, perpetrado no distrito do Porto contras as liberdades democráticas e a constituição, os trabalhadores grossistas têxteis não podem deixar de manifestar a mais viva apreensão pelo avanço do patronato reaccionário e alertar todos os trabalhadores para a necessidade de nos unirmos, na defesa das nossas conquistas».

GREVE SUSPensa PROVISORIAMENTE

Depois dos incidentes, uma delegação de trabalhadores deslocou-se ao Governo Civil, onde fez entrega ao chefe do distrito do documento que acima transcrevemos. Posteriormente, na Cooperativa dos Pedreiros, e durante um plenário de trabalhadores, foi aprovada uma proposta em que se decidiu suspender a greve por sete

dias. O texto aprovado é o seguinte: «Os trabalhadores do sector grossista, reunidos em plenário, consideram que no distrito do Porto, neste momento, não existem condições e garantias para o exercício dos direitos mais elementares, como o direito à greve; que existe um boicote levado a cabo pelos órgãos de Informação em relação à nossa luta, principalmente a nível da RTP, que, tal como antigamente, dedicam os seus telejornais a visitas e inaugurações de fontanários; que o último projecto apresentado pelo patronato, forçado a vir às negociações pela nossa luta, está muito próximo das nossas últimas posições; que o M.T. nos garantiu, que caso o patronato não venha às negociações será utilizada a via administrativa, rapidamente. Assim, decide-se que sejam realizadas as negociações tomadas como base na última proposta da Associação; que todos os pontos controvertidos sejam negociados no prazo de uma semana; que seja suspensa a greve até quarta-feira, dia 27, dia em que se realizará um plenário, pelas 21 horas, em local a determinar».

O.G.M.A.

Pessoal civil

contra directivas internas

Seis elementos da Comissão de Trabalhadores das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico reuniram esta manhã, na Casa da Imprensa, com os representantes dos órgãos da Informação, aos quais relataram acontecimentos ultimamente registados naquelas oficinas. Tais acontecimentos envolvem consequências que a C. T. considera integrados em formas repressivas e anti-operárias que estarão a ser desenvolvidas pela Direcção daquele estabelecimento militar, onde prestam serviço mil trabalhadores civis abrangidos pelo Regulamento de Disciplina Militar (de 1929) e ainda pelas leis fascistas do funcionalismo público, nomeadamente pelo dec. 19478 (de 1931).

A Direcção das O. G. M. A. emitiu recentemente directivas internas contendo regulamentação sobre a severa aplicação daquele decreto, que permite aos trabalhadores faltarem dois dias em cada mês, mas apenas com justificação prévia das faltas. Por outro lado, exigiu que as faltas por doença fossem justificadas apenas de-

los médicos do próprio estabelecimento. Tais determinações — ao que foi afirmado — provocaram entre os trabalhadores «um sentimento de repúdio e revolta», em boa parte nascido do facto de o posto clínico existente na O. G. M. A. não ter estruturas para garantir uma assistência eficaz.

Face aos acontecimentos, a Comissão de Trabalhadores convocou uma assembleia geral que foi realizada, efectivamente, no passado dia 15, apesar da proibição da mesma pelo director. No plenário, cujo número de presenças foi calculado em cerca de 1500, foram repudiadas as directivas referidas, consideradas anti-operárias, e foi exigido que todas as medidas que digam respeito aos trabalhadores não sejam definidas sem prévio conhecimento destes. No mesmo plenário ficou decidido realizar uma concentração frente ao edifício da Direcção.

Ao tomar conhecimento do plenário e destas tomadas de posição, o director suspendeu, com efeitos a partir do dia 17, a Comissão de Trabalhadores,

exigindo que outra seja eleita. Quanto à concentração avisou que ela seria reprimida. Segundo o afirmado na conferência de Imprensa, uma força de para-quedistas estava e continua a estar na O. G. M. A.

Um dos elementos da C. T. presentes na conferência de Imprensa afirmou que todo este processo não passaria de um «alibi» para desmobilizar a luta dos trabalhadores pela reestruturação das Oficinas Gerais, necessária e urgente a partir do momento em que «a guerra colonial, para que trabalhavam, terminou».

Procuraria também a direcção desviar os trabalhadores do processo que desencadearam com vista à sua sindicalização, à criação de formas de controlo operário e à aplicação, finalmente, da legislação operária pós-25 de Abril.

A última afirmação que recolhemos: «Na O. G. M. A., depois do 25 de Abril, apenas uma coisa mudou: o antigo director passou à reforma e o subdirector, brigadeiro Rui Espadinha passou a director».

Nacional

"DL" DESCORTINA "ESCÂNDALO ALGARVIO"

Em Armação de Pêra retornados são "negócio"

JOSUÉ DA SILVA

Cerca de mil retornados alojados em Armação de Pêra por decisão do IARN, servem de alimento a vários **tubarões** entregues à especulação de arrendamento de apartamentos. São muitos os milhares de contos que estes senhores surripiam por ano ao Estado (logo, ao Povo), através duma manobra que, embora grosseira, nem por isso deixa de resultar em pleno graças à complacência ou incompetência dos serviços de que dependem os desalojados das ex-colónias. Uma equipa de reportagem do «DL» esteve alguns dias em Armação de Pêra, onde, entre ameaças e riscos, conseguiu elementos concretos para chamar a atenção de quem de direito (do Governo, sobretudo), para o «escândalo» que ali ocorre com os dinheiros do IARN.

Trata-se de um negócio obscuro (bastante obscuro, mas não tão obscuro que não se veja), o qual, como é óbvio, nada tem de comum com os interesses da Indústria Hoteleira. É assim como que um **negócio clandestino** permitido por um organismo estatal. Mas... teremos razão? O IARN dará realmente cobertura a sandices deste tipo? E o Ministério de que depende o IARN não estará informado de nada? Eis perguntas que deixaremos em suspenso, na esperança de um esclarecimento que não oculte a face das coisas. Porque, se a corrupção existe, ela tem de ser combatida, doa a quem doer.

Algumas dezenas de milhares de contos por ano, é quanto arrecadam os tais indivíduos de Armação de Pêra metidos no **negócio** de arrendamento de dormitórios aos retornados. Fomos lá, falámos com muita gente, digamos que **bebemos a ideia**. É, no entanto, difícil utilizarmos aqui os nomes concretos das pessoas que fizeram declarações para o nosso jornal, por duas razões: primeiro, porque as pessoas concretas que nos falaram no assunto só se prestaram a isso depois da antecipada promessa de que não utilizaríamos os seus

nomes testemunhos reais. Ouçamos uma dessas vozes que se levanta de entre os retornados de Armação de Pêra:

«O sr. Lopes Sabino, dos «Apartamentos Sabino» de Armação de Pêra, nunca teve apartamentos. Era um homem sem grandes proventos e que um dia, sabe-se lá porquê e como, descobriu que podia negociar com a situação dos retornados. Vai, dirige-se ao IARN, apresenta-se como interessado nas coisas da hotelaria, diz que talvez possa colocar em Armação de Pêra, «em

tários de apartamentos e perguntou-lhes: querem alugar ao ano? Os proprietários, habituados a terem os seus apartamentos e blocos às moscas durante oito dos doze meses do ano, exultaram. Ao ano? Sim, senhor. E o sr. Lopes Sabino, logo contrapõe que, para um aluguer ao ano, a renda mensal dos apartamentos tem de ser um pouco mais comediada. «Trata-se de ocupação ao ano, percebem?» Os senhorios, que não entendem a manobra, baixam a renda, que se fixa entre os dois mil e quinhentos e os três mil escudos mensais. O sr. Lopes Sabino faz as contas. Não há dúvida: o negócio podia render. E rendeu. O IARN entregou-lhe cerca de trezentos retornados para instalar. O sr. Lopes Sabino mete em cada apartamento, por média, entre cinco, seis retornados. Recebe por essa boa acção, 270\$00 diários por **cabeça**, que é quanto o IARN estipula para Armação de Pêra, por cada retornado. Entrega a cada **cabeça** 100\$00 diários para comida. Fica com os restantes 170\$00 (por cabeça) para pagar o arrendamento do apartamento. Quer dizer que cada um dos retornados alojados, lhe dá o bastante para pagar o apartamento em que vivem quatro, cinco pessoas. Os restantes vários 170\$00 são para o bolso do sr. Sabino. Quer dizer: cada retornado mete no bolso do sr. Sabino, só em questão de instalação **para dormida**, 5 100\$00 ao mês, em números redondos. Agora repare-se que ele paga por um apartamento onde mete, **em média**, quatro ou cinco retornados, entre 2 500\$00 e 3 500\$00. Ainda que seja, em alguns casos, 4 000\$00, entende-se que o sr. Lopes Sabino embolsa, no cômputo total do aluguer, o mínimo de 15 000\$00, no caso de serem quatro os «hóspedes» ou de 20 000\$00, se forem cinco. Isto por apartamento. Na verdade, os cerca de trezentos retornados do sr. Sabino permitem que ele se aproprie de qualquer coisa como algumas centenas de contos por mês. De mão beijada. Sem esforço de nenhuma espécie. E de certeza, também sem despesas de impostos a que é obrigado qualquer verdadeiro industrial de hotelaria. Perguntamos, nós, os retornados: afinal, o que é o IARN?»

Este foi o testemunho linear de um dos retornados com

quem contactámos em Armação de Pêra, no próprio apartamento onde vive: uma quadra exígua onde se alberga em péssimas condições, não apenas quatro ou cinco pessoas, mas... nove.

Mas tentemos analisar a linguagem usada pelo nosso entrevistado, que viveu muitos anos no Quanza Sul. Na parte final das suas declarações, diz ele que o sr. Sabino, aliás como os restantes congêneres da negociata em Armação de Pêra, provavelmente não paga impostos. Seria interessante que as autoridades também se debruçassem sobre este pormenor. Porque, se o nosso entrevistado não acredita que estes magnates de Armação de Pêra se encontram devidamente tributados, nós ainda menos. Muito nos admiraria se nos viessem afirmar que sim, que até tinham declarado todos os proventos, que envolvem na globalidade dos casos de Armação de Pêra, várias dezenas de milhares de contos ao ano. Quem se atreve, em nome do fisco, a investigar o pormenor? Não será essa uma excelente forma de auxiliar a política económica do actual Governo?

RETORNADO NÃO TEM DIREITO A PROTESTAR

Todavia há pior. Vimos apartamentos em que se amontoam treze, catorze e quinze pessoas. Já sabemos: os retornados não podiam aspirar a grandes luxos. A penúria de habitação no País não o permitiria — e o que diriam, com toda a razão, os milhares de milhares de portugueses que vivem em bairros da lata? Porém, neste caso muito concreto, pelo meio das carências surgiu a ganância, a falta de escrúpulos. E ao que parece, uma e outra bem estimuladas e, melhor, pagas principescamente. No entanto, é de notar que os muitos exploradores da situação são exactamente os tais que fazem cavalo de batalha da «desventura dos retornados», indo por aí atacar a descolonização, etc. Trata-se, como se vê, duma atitude de mau cristão: aconselham Cristo aos outros, mas dormem com o Diabo.

Mas voltemos a dar a palavra aos mais interessados. Diz-nos um outro retornado:

«A reconversão em diheiro, os cem escudos subtraídos daqueles duzentos e



A fachada da «sede social» dos «Apartamentos Sabino», em Armação de Pêra. Trata-se de um pequeno gabinete, alugado, de onde o sr. Sabino comanda as operações

nomes (medo de quê e de quem, e como se compreende esta **repressão** em País democrático?); em segundo lugar, porque não estamos interessados em contribuir para qualquer guerra de critérios entre retornados, que só iria prejudicar as consciências que ainda têm a coragem de, timidamente ou não, se levantarem contra a rapacidade e a injustiça. Mas, se pelas razões apresentadas não damos nomes, ofere-

boas condições de alojamento», algumas centenas de refugiados. O IARN **aceita** a sugestão. Para ajudar a resolver a crise de hotelaria? Mas como, se o sr. Sabino nada tem a ver com a hotelaria? Exigiram-lhe credenciais? Parece que não, porque se lhas exigissem, o sr. Lopes Sabino não as teria para apresentar. Ah, mas resolveu belamente o assunto. Voltou a Armação de Pêra, falou com vários proprie-



Para crianças sem casa vindas de Pêra

setenta que o IARN estipulou para cada um de nós, recebêmo-la não raras vezes com atraso de semanas. Chegamos ao pé dos tais empresários de Armação de Pêra, e temos de suplicar o que nos pertence. Entretanto eles vão demorando a entrega dos cem escudos. Tudo lhes serve para nos fazer a vida negra.»

Contudo, os retornados não condenam o sistema. Aham que assim até está bem. Aqueles cem escudos por cabeça, retirados dos 270\$00 de subsídio de subsistência, permite-lhes fazerem a comida em casa (mais barata) e defende-os duma coisa que eles abominam: o contrato com restaurantes que os submeteriam ao regime do «rancho único», sempre abominável. Aliás, isto para eles é tão importante que os que falaram connosco pediram-nos que o deixássemos bem explícito nas páginas do nosso jornal. Naturalmente temiam a vingança de certos deuses.

O que não impede de se criticar a falta de pontualidade da entrega das reconversões. Como se fosse pouco o que



O empolamento dado à ques

SINDICATO DOS TRABALHADORES ELECTRICISTAS DO CENTRO

COIMBRA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores Electricistas, zona de Coimbra para o Plenário da que se realiza dia 19, 3.ª Feira pelas 21 horas, na sede do Sindicato com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º Congresso dos Sindicatos
- 2.º Informações

Coimbra, 16 de Outubro de 1976.

A DIRECÇÃO

7 NOVEMBRO NA BULGÁRIA

Por ocasião das Comemorações do 7 de Novembro, a Associação Portugal-Bulgária vai realizar uma excursão à Bulgária entre 1 e 8 de Novembro. Além da participação nos festejos daquela data os participantes terão oportunidade de contactar com organizações de agricultura, indústria e sindicatos, assim como visitar outras cidades, além de Sofia. As inscrições provisórias são realizadas na Rua do Crucifixo n.º 33, Lisboa-2, com telefones 36 32 94 - 32 88 56 - 32 36 33 e 32 42 96 até 25 de Outubro.



As ex-colónias, foi estabelecido um chorudo negócio em Armação de Pêra, e porventura noutros locais do País

os referidos «empresários» guardam a custa da situação alheia...

E têm acontecido em Armação de Pêra coisas piores aos retornados. Por exemplo: das instalações do Pontal, cujo responsável é um tal sr. Simões, foram expulsas há algum tempo, dezassete ou dezoito famílias. Em alguns casos, disseram-nos, isto teria sido feito só porque... essas famílias praticavam o «horrendo crime» de de receber visitas.

Há uns meses, os retornados de Armação de Pêra tentaram uma reivindicação junto dos seus «senhores»: queriam que a reconversão passasse de cem escudos, para cento e vinte. Sabendo o que os «senhores-empresários» lucravam com o alojamento, pensaram que se tratava duma reivindicação justa. Mais vinte escudos por cabeça (para o tabaco, como eles afirmam) não era importância que arruinasse o «negócio» chorudo dos enriquecidos «patrões». Juntaram-se duas ou três centenas de retornados e dirigiram-se, em boa ordem, aos escritórios de uma das «fir-

mas». O diálogo aqueceu um bocadinho, logo que a resposta dos «patrões» por conta do IARN, foi conhecida: nem mais um centavo. Ouçamos ainda um outro retornadão, que nos descreve o resultado da diligência da seguinte maneira:

«Alguns de entre nós exaltaram-se mas foram logo contidos por camaradas mais comedidos. No entanto, os «patrões» aproveitaram bem o pretexto: mandaram chamar a Guarda Republicana que nos dispersou com umas cotoveladas. Sabemos que é injusto tudo isto, mas não temos outro remédio senão calar-nos.»

SABINO, SIMÕES, CARVALHO E C.^a

São, portanto, três, os principais «patrões» de retornados por conta do IARN, estabelecidos em Armação de Pêra: o sr. Lopes Sabino, dos «Apartamentos Sabino», empresa que, como tal, apenas possui um pequeno escritório, o sr. Carvalho, da «Estalagem Algar», e o sr. Simões, das instalações do

Pontal. Afirmam-se à boca cheia, em Armação de Pêra, que estes senhores quase nada tinham antes do «negócio» hoje florescente. Agora é vê-los: carros de luxo, vivendas em Vila Lara, viagens frequentes ao estrangeiro. Diz-nos um comerciante local:

«Isto é um escândalo. Que alguém tem de tomar iniciativas para resolver os problemas mais prementes dos retornados como sejam a habitação e o alimento, não contrariamos. Está certo. Mas que se permita que à sombra das dificuldades desta gente se montem negociações tão chocantes, não me parece louvável. Além do escândalo que representam pela indignidade do sistema em si, acontece ainda que o facto tem foros de atentado à economia nacional. Os Mercedes e os BMW de luxo, compram-se com que dinheiro? E a saída de divisas? Um desses senhores empresários de retornados, até se deu à satisfação de adquirir um iate de recreio. Em que país vivemos? Então, para uns exige-se o apertar do cinto e a outros dá-se-lhes corda (e dinheiro), através de processos estranhíssimos, para dissiparem milhares de contos em fantasias asiáticas? E a política seguida pelo IARN, ao dar a estes particulares não hoteleiros a possibilidade de recolher retornados nas condições que se sabe, não prejudica a Indústria Hoteleira propriamente dita, de cuja crise tanto se fala?»

AMEAÇAS CONTRA O «DL»

Dissemos, no início deste apontamento, que não utilizaríamos os nomes dos entrevistados em Armação de Pêra. E perguntámos, então: medo de quê? E de quem?

Não ajudamos ninguém a fugir às suas responsabilidades. Mas também não estamos interessados em colocar em apuros pessoas que, apesar das limitações de circunstância, procuraram auxiliar a nossa missão. E embora inicialmente tenhamos pensado que as pessoas por nós contactadas exageravam os «perigos» da sua

intervenção no esclarecimento deste caso, mais tarde, no segundo dia da nossa presença em Armação de Pêra, tivemos por experiência própria a certeza da existência real de tais «perigos». Deu-se o acaso de estarmos no café esperando um «contacto» que não chegou a aparecer (mais uma vez o medo), quando nos apercebemos da entrada no mesmo café de um grupo de indivíduos que, em voz alta e com trejeitos aguerridos, afirmavam entre si: «estamos atentos à presença de jornalistas, que certamente se encontravam em Armação de Pêra com o intuito de os lixar.» Claro que como não nos tinham identificado, falaram à vontade. E, de frase em frase, chegaram à ameaça «se apanhassem os ditos jornalistas de gravador e máquina fotográfica em punho, tentando entrevistar malta afecta ao MPLA.»

Compreendemos então umas quantas coisas, no que respeita ao medo dos nossos entrevistados. Só que, neste assunto, os indivíduos cujas simpatias parecem andar à volta da UNITA e da FNLA, nem sequer tinham razão. Os jornalistas, em causa (que eles não viram), encontravam-se ali, a seu lado, afinal para, de certo modo, ajudar a resolver um problema que é de todos os retornados, seja qual for a sua tendência.

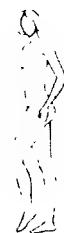
OPORTUNISMO E INCOMPETÊNCIA

Com o que fica dito, não se impõe só denunciar a fraude que se está a cometer em Armação de Pêra e da qual todos somos vítimas. Há que exigir dos organismos do Poder com influência neste sector, o completo esclarecimento público deste escândalo e as consequentes sanções contra os prevaricadores, sanções essas que, em nossa opinião, deveriam ir até ao confisco dos bens adquiridos por meios tão fraudulentos.

Foi o próprio Presidente da República quem o disse no seu discurso de «5 de Outubro»: «Não é admissível a persistência do oportunismo que vem abolindo de forma sistemática os critérios de recrutamento e de selecção, de promoção e distinção, pelos quais se avalia o mérito e se consagra a competência.»

Sem oportunismos e sem incompetência, os escândalos como os de Armação de Pêra não seriam possíveis.

DESENHE E GANHE BOM DINHEIRO



Em pouco tempo, e sem necessidade de possuir conhecimentos especiais, pode facilmente aprender a desenhar por correspondência e sem ter de sair de sua casa para ir às aulas. Graças ao

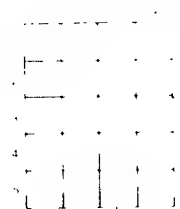
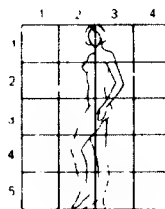
novo curso de DESENHO ARTÍSTICO do CETOP.

Um grupo de conhecidos artistas e de experimentados professores ensinam-lo-ão, em pouco tempo, de uma maneira agradável, amena e fácil.

Obterá uma excelente formação artística sem abandonar o seu trabalho habitual. Este novo e moderno curso de DESENHO ARTÍSTICO será para si um verdadeiro repouso depois de um dia de trabalho.

Os desenhadores são dos profissionais que melhores remunerações obtêm e... há poucos. Por isso, se deseja mudar de profissão, poderá fazê-lo beneficiando de boas remunerações e das vantagens duma profissão cómoda e moderna.

O novo curso de DESENHO ARTÍSTICO do CETOP põe nas suas mãos algo de muito diferente do que costuma ser um vulgar curso de Desenho. São novos e seguros métodos pedagógicos de ensino. Desde a primeira lição começará imediatamente a desenhar. Aliás, vai começar agora mesmo. Pegue num lápis e comprove como é fácil desenhar: copie no quadriculado da direita, em baixo, a imagem feita pelos nossos professores e...



... preencha com letra clara o cupão junto e envie-o, por favor, a

CETOP - CENTRO DE ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL À DISTANCIA

Apartado 7, Mira Sintra, Mem Martins - Portugal

Queiram enviar-me, sem compromisso, o folheto do curso de

NOME: _____

MORADA: _____

LOCALIDADE: _____

Ref. M-374

CETOP Membro do Conselho Europeu de Ensino por Correspondência

BATAS ESCOLARES

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS

TINTURARIA GUANABARA - Dep. Confecções

Av. João XXI, 5-D — R. Infanteria 16, 55-C — Lisboa



Estão da falta de casas para retornados levou alguns oportunistas a logo magiar maneira de ganhar dinheiro à sua custa

PUB.

Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio

A TODOS OS TRABALHADORES DO SECTOR ARMAZENISTAS DE PAPEL

Trabalhadores do Sector:

A Associação Patronal, um mês após o envio da proposta dos Sindicatos, respondeu dizendo que "A proposta de revisão do CCT que nos é endereçada merece, na generalidade, a nossa rejeição".

Assim, convocam-se todos os trabalhadores do sector para os Plenários a realizar Dia 21 de Outubro às 21 horas, em LISBOA na Av. da República, 31 No PORTO na Rua de Camões, 219 - 6.º

Com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da Posição da Associação Patronal face à revisão do CCT.
2. Medidas a tomar

CAMARADA NÃO FALTES TRATA-SE DO TEU CONTRATO

A COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL

PUB

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA

SERVIÇO DE MATRÍCULAS

Avisam-se os interessados que o prazo das matrículas foi prorrogado até ao dia 30 do corrente.

O «Curriculum» do Bacharelato em Contabilidade e Administração é o seguinte:

1.º ANO

1.º Semestre

Contabilidade Analítica Exp. III
Organização de Empresas
Matemática I
Noções Fundamentais de Direito I
Economia Política I
Introdução às Ciências Sociais I

2.º Semestre

Contabilidade Geral II
Contabilidade Pública
Matemática II
Noções Fundamentais de Direito II
Economia Política II
Introdução às Ciências Sociais II

2.º ANO

1.º Semestre

Contabilidade Geral III
Contabilidade Analítica de Exp. I
Matemática III
Direito Comercial I
Economia Política III
Economia grária

2.º Semestre

Contabilidade Geral IV
Contabilidade Analit. de Explor. II
Matemática IV
Direito Comercial II
Economia Política IV
Contabilidade Agrícola

3.º ANO

1.º Semestre

Contabilidade Analítica Exp. III
Organização Contabilística I
História das Doutrinas Contabil. I
Gestão Financeira I
Matemática Financeira
Fiscalidade de Empresa I

2.º Semestre

Contabilidade Analítica de Exp. IV
Organização Contabilística II
História das Doutrinas Cont. II
Gestão Financeira II
Probabilidades e Estatística
Fiscalidade de Empresa II

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, 15 de Outubro de 1976

A COMISSÃO DIRECTIVA

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

SINDICATO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DISTRITO SETÚBAL profundamente indignado atitude juiz Golegã aplicando legislação inconstitucional antipopular mandou prender causa própria trabalhador Rodoviária Nacional (Grupo Claras) atropelando garantias defesa pede imediata intervenção V. Ex. responsabilizando magistrado prepotente consequências acto antidemocrático.

**Direcção Sindicato Transportes Rodoviários
Distrito Setúbal**

Este texto foi enviado via telegrama e telex para as seguintes entidades:

Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Primeiro-Ministro, Senhor Provedor de Justiça, Senhor Ministro da Justiça, Conselho da Revolução, Senhor Ministro dos Transportes e Senhor Ministro do Trabalho.

Estrangeiro Mudanças de estrutura recomendadas por técnicos

ROTTERDÃO, 20 — (R.) — Devem ser efectuadas urgentemente drásticas mudanças na estrutura económica e no poder mundiais para impedir as ameaças de guerra e da fome — diz um relatório de técnicos.

O complexo documento publicado em Roterdão foi elaborado pelo Prémio Nobel de Economia holandês Jan Tinbergen e por 21 especialistas, para o Clube de Roma — um influente grupo privado de economistas e industriais, formado em 1968.

No relatório afirma-se que a carência de comida e a desigualdade económica entre as nações industrializadas e as nações em desenvolvimento, constituem provavelmente, o maior problema no que respeita ao género humano.

O documento, que se refere praticamente a todos os aspectos principais do sistema económico mundial, presente e futuro, apela para a criação de um erário público mundial, de agências mundiais para matérias primas, minerais e para comida e de uma agência internacional para intervenção nos oceanos, o que dará às nações em desenvolvimento uma participação mais vasta no progresso da Humanidade.

O relatório será discutido num encontro de quatro dias, do controverso Clube de Roma, a realizar no dia 25, em Argel, a que assistirão 250 delegados de todo o Mundo.

O Clube tem manifestado bastantes vezes o receio de que o Mundo caminhe para o desastre devido ao crescimento económico maciço e à desigualdade entre as nações ricas

e as pobres.

A fundação, com sede em Roterdão, chamada Revendo a Ordem Internacional (ROI) e dirigida pelo prof. Tinbergen, trabalhou neste relatório durante mais de dois anos, para o Clube que o considerará como seu próprio documento oficial.

Muitas das propostas foram apresentadas pela ROI a uma sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas so-

bre o desenvolvimento no ano passado, e o actual documento leva em conta muita da discussão posterior.

O documento afirma que a receita real dos Estados ricos industrializados tem aumentado de modo inaceitável, desde 1960, dez a 14 vezes mais que a dos países mais pobres e duas a três vezes mais que a das nações mais desenvolvidas do Terceiro Mundo.

Raymond Barre sobrevive a moção de censura

PARIS, 20 — (FP e R) —

O Governo do primeiro-ministro Raymond Barre sobreviveu facilmente ontem, à noite, a uma moção de censura socialista-comunista no Parlamento contra os seus planos para combater a inflação.

Aos 181 votos a favor da moção de censura faltaram mais 60 para se conseguir a maioria necessária para derrubar o Governo.

A oposição, com os olhos fixos firmemente nas eleições gerais, quando faltam menos de 18 meses para elas se efectuarem, formulou a acusação de que o plano anti-inflacionário do chefe do Governo agravaria o desemprego e reduziria o poder de compra dos trabalhadores.

O plano congelou os preços, este ano, e recomendou um limite de 6,5 por cento nos aumentos dos preços e salários, em 1977.

O socialista Pierre Mauroy alegou que o plano era «a últi-

ma fase de uma política de deflação que a direita sempre adopta em tempos difíceis».

O primeiro-ministro retorquiu que um Governo da esquerda significaria «preços mais altos, um crescente défice na balança de pagamentos e, eventualmente, o isolamento do nosso País».

Entretanto, o presidente do patronato francês, François Ceyrac, exortou os chefes de empresa franceses a apoiarem o programa económico do primeiro-ministro, porque — explicou — o seu malogro «abriria o caminho ao colectivismo».

É bem evidente, efectivamente, que o resultado das próximas eleições legislativas dependerá em larga medida do êxito ou do malogro do plano governamental de luta contra a inflação.

Ceyrac, que falava no congresso do comércio, em Versalhes, quis reagir contra «o derrotismo dos patrões», que, segundo uma sondagem, prevêem a vitória da oposição da esquerda.

O presidente do patronato afirmou, a propósito, que se a esquerda alcançasse o poder, «as pequenas e médias empresas seriam estranguladas, tal como as grandes». Ora, os principais sindicatos das pequenas e médias empresas tomaram posição contra o plano Barre, devido, em particular, às obrigações suplementares que impõe às empresas.

Apesar destes inconvenientes temporários, respondeu-lhes Ceyrac — há que aderir ao plano governamental porque as consequências do seu malogro seriam muito mais temíveis.

Com efeito — afirma Ceyrac — este desaire «comprometeria a situação da nossa economia no Mundo e poria em causa a estrutura da nossa sociedade, abrindo o caminho ao colectivismo».

Brasil: inflação é tema da campanha eleitoral

BRASILIA, 20 — (FP e «DL»)

Preparada para ultrapassar este ano os 45 por cento, a inflação continua a ser o principal tema da actual campanha para as eleições municipais brasileiras do próximo dia 15.

Efectivamente, de norte a sul do País, os candidatos do partido governamental ARENA aos quais o presidente Geisel aconselhou que se mostrem «mais ao ataque e mesmo mais agressivos» — esforçam-se por convencer os eleitores de que o aumento do custo de vida em nada se deve à política económica do Governo, e, antes, constitui uma inevitável consequência da crise internacional provocada pelo aumento de preço do petróleo.

Por seu turno, os candidatos do Movimento Democrático Brasileiro, único partido oposicionista legal do Brasil, acenam, em resposta, que vários países latino-americanos já conseguiram vencer a crise e que o aumento da inflação não se justifica apenas com os preços do petróleo. «Quando o próprio ministro das Finanças se declara assustado com a taxa inflacionista, facilmente podemos avaliar o drama do povo» — declarou um senador do MDB, em recente discurso eleitoral.

Já da ordem dos 30 por cento em 1974, quando o «milagre económico brasileiro» apenas começava a sentir os primeiros efeitos da crise mundial, a inflação é considerada pelos observadores políticos como uma das principais causas das pesadas perdas sofridas pela ARENA nas eleições legislativas de há dois anos.

De acordo com instruções do Governo central, para essas

eleições não foi permitida a propaganda eleitoral pela Televisão. A oposição viu, desta forma, bastante reduzidas as suas possibilidades de ampliar a penetração que já alcançava entre os brasileiros das regiões mais afastadas. Entretanto, a situação geral em que o país vive, a falta de perspectivas para um reerguimento económico dentro dos parâmetros impostos pelos «tecnocratas», os frequentes assassinios pela Polícia e o aparecimento de grupos terroristas de extrema-direita que não respeitam nem a Igreja, fazem com que o golpe da proibição na TV perca, em muito, os efeitos desejados pelo Governo dos generais.

Um quarto das acções da Krupp para o Irão

ESSEN, 19 — (ANOP, FP, R e «DL») — O Irão acaba de adquirir uma participação de mais 25,01 por cento no capital do importante grupo alemão Krupp. Em 1974, o Irão já havia comprado 25,04 por cento das acções de uma siderurgia subsidiária desta empresa. A Krupp tem 135 subsidiárias que operam em 25 países.

A o subir para a posição accionista agora obtida em troca de 500 milhões de marcos (6,5 milhões de contos), o país do xá Reza Pahlavi transforma-se num «co-gerente» da Krupp que,

no ano passado, encerrou o exercício com um saldo negativo de 61 milhões de marcos (793 mil contos) e que, segundo os meios financeiros, continuará a perder dinheiro.

A Krupp existe há 164 anos, armou a Alemanha para duas guerras mundiais e depois da transacção de 1974 montou com o Irão uma companhia de investimentos para financiar empreendimentos de metalurgia e engenharia através do mundo. As actividades da Krupp estendem-se pelas máquinas industriais, construção naval, engenharia e siderurgia.

Estrangeiro

Problemas de divisas da Coreia do Norte

ESTOCOLMO, 20 (FP e «DL») — A polícia sueca descobriu que diplomatas norte-coreanos acreditados em Estocolmo faziam parte de uma rede de tráfico de álcool e cigarros. Também foram presos três suecos envolvidos no negócio. Segundo a agência sueca TT, há tempos já estava a ser notado que os funcionários norte-coreanos compravam mais produtos isentos de taxas do que podiam consumir. Disse um elemento da polícia: «Trata-se de um caso tão importante como os de Oslo e Copenhaga». Nessas duas capitais, os envolvidos foram consideradas «personae non gratae».

Segundo se pensa, o tráfico estaria directamente ligado à obtenção de divisas es-

trangeiras para a Coreia do Norte.

A necessidade da Coreia do Norte de obter divisas estrangeiras ficou evidenciada recentemente, à margem das reuniões monetárias realizadas em Manila, durante a reunião do Banco Mundial. Os representantes de diversos bancos europeus e outros, credores da Coreia do Norte, aproveitaram a sua presença em Manila para discutir os atrasos no pagamento das dívidas do Governo de Pyong Yang. A Coreia do Norte está a correr o risco de ser o primeiro país comunista e em vias de desenvolvimento a encontrar-se em estado de cessação de pagamentos. Os banqueiros recusaram-se em revelar o montante da dívida, mas fala-se em 600 milhões de dólares.

A poucas horas do cessar-fogo prossegue a guerra no Líbano

BEIRUTE, 20 — (R e «DL») — A despeito do plano árabe para acabar com a guerra civil no Líbano, que dura há 18 meses, as áreas residenciais de Beirute foram sujeitas, durante a noite passada, a violentos bombardeamentos de artilharia. Escolas, cinemas, e outros locais públicos, em poder dos progressistas, mantiveram-se fechados pelo segundo dia consecutivo. O cessar-fogo estabelecido na cimeira de Riade deverá entrar em vigor às 6 horas locais — 4 de Lisboa — da próxima madrugada.

Entretanto, as forças progressistas anunciaram que conseguiram expulsar os direitistas da vida de Marjayoun,

que estava a ser pressionada pelos sírios com o auxílio de Israel. Aliás, Israel reforçou as forças da direita nas proximidades da sua fronteira, ao longo dos últimos meses.

Entretanto, a maioria dos políticos libaneses manifestou um «optimismo prudente» acerca do acordo de Riade, elaborado pelos presidentes do Egipto, Síria, Kuwait, Arábia Saudita e Líbano além do dirigente da Organização de Libertação da Palestina, Yasser Arafat. O dirigente progressista libanês Kamal Jumblatt disse que se o Egipto, o Iraque e a Argélia fornecessem tropas para uma proposta força árabe de manutenção de paz composta por 30 000 homens, será garantida a segurança. Pelo seu lado, Pierre Gemayel, dirigente dos falangistas, a maior força da direita no Líbano diz que se os palestinianos não interferirem na política libanesa, o acordo acabará com a causa mais importante da guerra. Hafez Assad, o presidente sírio que mandou invadir o Líbano e responsável por grande parte das atrocidades registadas

nesta guerra, está «optimista» em relação ao cumprimento do acordo de cessar-fogo.

Os ministros árabes dos Negócios Estrangeiros reúnem-se hoje no Cairo para discutir a concretização de um definitivo plano de paz para o Líbano. Também serão discutidos maiores detalhes para armar e aumentar os efectivos da força árabe de manutenção da paz. Por enquanto, o acordo de Ri-

ade prevê, entre outras coisas, a trégua que será imposta na madrugada de amanhã, seguida de uma retirada das tropas adversárias para as posições que ocupavam antes da guerra civil estalar.

Todas as recomendações da cimeira de Riade serão apresentadas a uma conferência plenária árabe, ao mais alto nível, que deverá realizar-se no Cairo, na segunda-feira.

Mao Tsé-tung utilizado para denunciar a viúva

PEQUIM, 20 — (F.P.) — Mao Tsé-tung é hoje utilizado, pela imprensa oficial chinesa, para denunciar a sua própria viúva, Chiang Ching, implicada num «golpe de Estado» contra-revolucionário, em Pequim.

Numa reportagem sobre Chaohsinh, cidade natal do escritor revolucionário Lu Hsun, falecido há 30 anos, a agência Nova China afirma que os qua-

drós e camponeses de Tonghu, comuna popular da cidade estudaram repetidas vezes o pensamento de Mao segundo o qual a burguesia existe no próprio seio do Partido Comunista, acrescentando que «o presidente Mao aconselhou-nos a nunca ter piedade os maus como as cobras, quer mostrem a língua venenosa ou apareçam metamorfoseados em belas mulheres».



A primeira viatura civil a energia solar foi apresentada pelo israelita Arye Braunstein. Trata-se de um automóvel eléctrico convertido para o efeito e equipado com dois painéis de células captadoras de energia solar. (Foto Keystone)

Caleidoscópio

OSAKA (JAPÃO OCIDENTAL), 20 (R) — O primeiro-ministro do Canadá, Pierre Trudeau, chegou hoje a Osaka numa visita oficial de seis dias ao Japão.

O avião em que viajava foi desviado de Tóquio para Osaka devido ao nevoeiro sobre a capital japonesa.

WASHINGTON, 20 (R) — A embaixada soviética declarou hoje que tinha apresentado um protesto aos Estados Unidos porque dois cientistas espaciais soviéticos foram assaltados à mão armada na Califórnia.

O Departamento de Estado não pôde confirmar que havia sido recebido um protesto, mas disse que tinha manifestado o seu pesar a autoridades soviéticas em Washington e Moscovo acerca do incidente.

Os dois cientistas, Boris Petrov e Vasily Sarychev, ambos académicos soviéticos, encontravam-se nos Estados Unidos para assistir a uma conferência. Foram roubados à mão armada na quinta-feira na sala de entrada de um hotel em Anaheim, na Califórnia — declarou o Departamento de Estado.

O protesto soviético dizia que os assaltantes tinham escapado impunemente e exigia

uma investigação completa ao incidente.

CAIRO, 20 (R) — Dois egípcios acusados de matar nove pessoas ao colocarem uma bomba num comboio em Alexandria em Agosto passado, foram hoje condenados à morte por um tribunal militar — anunciou a agência noticiosa egípcia Médio Oriente.

Os egípcios acusaram a Líbia pela explosão da bomba que feriu também mais 50 pessoas.

A Líbia rejeitou a acusação.

BANKOK, 20 (R) — Os novos governantes militares da Tailândia emitiram uma ordem aumentando o período em que estudantes presos podem ficar detidos sem julgamento, de um total de 84 dias para seis meses.

A ordem concede autoridade para estudantes ficarem presos por períodos de 30 dias que podem ser renovados até um total de seis meses.

Mais de 500 estudantes acham-se ainda detidos, a seguir a recontos, no dia 6, entre agentes da polícia armados e alunos da Universidade de Thammasat, em Bangkok, que causaram mais de 31 mortos. Centenas de pessoas foram

presas, a seguir a rusgas em todo o país visando indivíduos suspeitos de serem comunistas ou simpatizantes, desde quinta-feira passada. Fontes tailandesas e diplomáticas indicaram o total de presos como sendo de quatro mil.

PASADENA, 20 (FP) — Diminuíram ontem, ainda mais, as esperanças dos cientistas norte-americanos de encontrarem sinais de vida em Marte, visto não terem conseguido detectar qualquer molécula orgânica numa amostra de poeiras recolhidas pela Viking sob um pedregulho marciano.

PATENTE

Vende-se ou concede-se licença de exploração para Portugal da seguinte Patente de Invenção:

N.º 57 717 — para «PROCESSO PARA PREPARAÇÃO DE DERIVADOS DE BENZENOFURANO COM EFEITO FARMACÊUTICO».

Trata:

CLARK, MODET & C.ª L.D.ª

Patentes e Marcas

Rua Castilho, 201-3.º/Esq.º

LISBOA

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa CONVOCATÓRIA

A pedido de 200 sócios (ponto 3.4.1 dos Estatutos) convocam-se todos os professores sindicalizados de todos os sectores de ensino, para um plenário a realizar no dia 21 de Outubro, pelas 20,30 horas na Aula Magna da Reitoria da Cidade Universitária.

- O T 1. Discussão do Regulamento do Congresso dos Sindicatos
2. Votação das Alternativas

A DIRECÇÃO

COMUNICADO DA DIRECÇÃO A TODOS OS PROFESSORES

A Direcção do Sindicato convoca todos os professores sindicalizados para um plenário a realizar, por proposta de um grupo de sindicalizados.

O objectivo do plenário é discutir sobre o Congresso dos Sindicatos e das formas de construirmos a unidade com todos os trabalhadores.

A posição de direcção é clara: é a posição defendida no seu Programa de candidatura no qual votaram mais de 50 por cento dos professores.

A nossa posição é a defesa intransigente da unidade, unidade que infelizmente ainda não existe, mas que é possível conquistar. Todos os trabalhadores a desejam, todos os trabalhadores deste País querem uma Central Única, democrática e independente.

A forma de o conseguir não passa pelo 2.º Congresso da Intersindical, de que os trabalhadores não esqueçam a política sindical seguida pelo seu Secretariado durante dois anos e meio, e por isso a rejeitam.

Passa sim pelo Congresso preparado na base de uma Comissão Organizadora responsável, uma Comissão Organizadora na qual as diversas tendências do movimento sindical tenham a possibilidade de exprimir e defender os seus pontos de vista, que são os pontos de vista de centenas de milhares de trabalhadores, tanto dum lado como doutro.

É por isso que defendemos a *paridade* da Comissão Organizadora.

Quem tem medo da paridade?

Nós e os outros trabalhadores não temos medo da paridade.

Nós e os outros trabalhadores não temos medo da unidade.

Em vários sindicatos têm-se realizado Plenários para discutir esta questão.

A Direcção Sindical da Grande Lisboa constata que em todos eles tem havido ataques, calúnias, assobios, tentativas de provocar conflitos impeditivos da prática da democracia nesses Plenários.

— Constata que as tentativas para impedir a democracia no seio dos plenários vêm da parte daqueles que dizem defender também a unidade.

— Pensa que ataques, calúnias e assobios só podem ser feitos por quem quer a cisão.

A Direcção do Sindicato dos Professores não aceita estes métodos.

Se no plenário convocado para discutir estas questões, não houver o respeito pelas opiniões de cada um, não houver a liberdade de discussão, a Direcção do Sindicato desde já avisa não dar o seu aval a tal plenário.

A Direcção apela para que todos os professores venham ao Plenário, participem nele activamente, sem medo e sem coacções, para que este plenário possa ser um passo decisivo na clarificação de todas estas questões, para que de parte a parte, sejam discutidos os problemas que nos preocupam com o objectivo único que nos deve determinar a todos: construir a Central Sindical Única, democrática e independente, onde todas as correntes de opinião, existentes no seio dos trabalhadores, tenham direito e possibilidade prática de expressar-se.

Lisboa, 18 de Outubro de 1976

Pela Direcção

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO FARMACÉUTICOS

SEDE: Rua Joaquim António de Aguiar, 66-3.º - LISBOA
DELEGAÇÕES: CENTRO - Av. Fernão de Magalhães, 171-1.º dt.º COIMBRA
NORTE - Rua da Constituição, 319, PORTO

No passado sábado reuniu a Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacéuticos tendo em vista, fundamentalmente a análise à discussão do projecto de Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos.

Nas semanas que antecederam a Assembleia Geral o projecto foi discutido em dezenas de empresas.

A Assembleia aprovou basicamente o projecto da CNOP e a Direcção defenderá as deliberações desta Assembleia no Plenário Nacional de Sindicatos que se realizará no próximo fim-de-semana.

De referir o alto espírito unitário e o sentido democrático com que decorreu a Assembleia. Lamenta-se que os anteriores Corpos Gerentes do Sindicato, que o vincularam à «Carta Aberta» não tenham comparecido na Assembleia.

Relacionados com factos actuais sentidos pelos trabalhadores foram aprovadas as seguintes moções e propostas:

PROPOSTA

Considerando,

1. - Que aqueles que destroem pela bomba o que os trabalhadores constroem com o seu suor, são inimigos da liberdade e da democracia;
2. - Que aqueles que espalham o terror e a morte são inimigos dos trabalhadores e de todo o Povo, visando com as suas acções terroristas destruir as conquistas alcançadas com o 25 de Abril;
3. - Que aqueles que recorrem à destruição devem ser severamente castigados pois é isso que exige o respeito pela Constituição, a defesa das instituições democráticas e a estabilização social necessária para a construção de uma democracia a caminho do socialismo;
4. - Que, à medida que se assiste ao tratamento benevolente concedido descaradamente aos presumíveis bombistas, aumenta assustadoramente a escalada terrorista;
5. - Que os presumíveis culpados por actos terroristas já causaram vários mortos e milhares de contos de prejuízos, vão sendo sucessivamente libertados, dando-lhes a oportunidade de fugirem impunemente para o estrangeiro, não podendo, por isso, os trabalhadores deixar de manifestar o seu repúdio e a sua apreensão;

Os trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacéuticos, reunidos em Assembleia Geral em 16.10.76, decidem enviar ao Presidente da República, Conselho da Revolução, Primeiro-Ministro, Provedor de Justiça, Ministro da Justiça, Presidente da Assembleia da República o seguinte telegrama:

«Trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacéuticos, reunidos em Assembleia Geral em 16.10.76, apreensivos com a escalada terrorista e libertação de presumíveis responsáveis, reclamam o desmantelamento total da rede terrorista até às últimas consequências, conhecimento público de todos os responsáveis, assim como o julgamento e condenação severa de todos os culpados, desde os financiadores aos executantes, assim o exige a defesa do 25 de Abril, a defesa das liberdades, da democracia e o cumprimento da Constituição»

Esta proposta foi aprovada por maioria (duas abstenções)

Considerando

1. Que a PIDE/DGS foi uma instituição de terror do regime fascista que torturou e matou os melhores filhos do Povo Português e reprimiu com toda a violência os trabalhadores que se bateram pela sua liberdade e dignidade;
2. Que, na sanha de destruição e morte, aquela sinistra organização não poupou os sindicatos que ousaram lutar contra os exploradores dos trabalhadores portugueses;
3. Que a libertação provisória dos seus agentes provoca naturais apreensões e alarmes e constitui uma grande ameaça à consolidação do processo democrático;
4. Que o recente acórdão do 2.º TMT, ao invocar a pretensa inconstitucionalidade da Lei 8/75 librou de culpa um agente da PIDE/DGS sem sequer o julgar, abrindo assim um grave precedente e levantando sérias e graves suspeitas sobre a autenticidade da administração da Justiça no nosso País;

Os trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacéuticos reunidos em Assembleia Geral em 16.10.76, decidem enviar ao Presidente da República, Conselho da Revolução, Primeiro-Ministro, Provedor de Justiça, Ministro da Justiça e Presidente da Assembleia da República o seguinte telegrama:

«Trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacéuticos reunidos em Assembleia Geral em 16.10.76, preocupados e apreensivos com a libertação dos agentes da PIDE/DGS e com o recente acórdão do 2.º TMT, reclamam a máxima firmeza do poder constituído para que se garanta o severo julgamento e condenação de todos os pides que durante o regime fascista cometeram os crimes mais infames contra o Povo Português, ao mesmo tempo que exigem que não sejam cometidos mais atropelos à Lei 8/75 que faz parte integrante da Constituição da República Portuguesa»

Esta proposta foi aprovada por maioria (uma abstenção)

MOÇÃO

Os trabalhadores da zona de Faro do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacéuticos, depois de discutirem em Reunião Geral o projecto de Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos, decidem:

1. Apoiar a constituição da CNOP e incentivá-la a avançar para que o Congresso seja uma realidade no mais curto espaço de tempo possível.
2. Repudiar todas as Direcções Sindicais e outras organizações que procurem dividir os trabalhadores com o objectivo de destruir a Central Sindical Única de Todos os Sindicatos Portugueses.

Por uma Central Única ao Serviço dos Trabalhadores

Esta moção, aprovada em RG de trabalhadores da zona de Faro, foi presente à Assembleia Geral sendo aprovada por maioria (uma abstenção).

MOÇÃO

A realização do Congresso de Todos os Sindicatos pode contribuir, para além da necessária reestruturação da Confederação Geral de Sindicatos, Central Sindical Única dos Trabalhadores Portugueses, aprovação dos novos estatutos, e eleição do novo secretariado, para reforçar a tão necessária unidade, condição essencial para a resolução dos problemas dos trabalhadores;

As condições criadas para a participação de todos os Sindicatos no Congresso deve servir, para que, no diálogo aberto, se discutam os grandes problemas que afectam o Movimento Sindical e que se encontre as melhores soluções tendo em vista como objectivos fundamentais a unidade dos trabalhadores e a defesa dos seus interesses.

Assim, os trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacéuticos, reunidos em Assembleia Regional do Norte, decidem:

1. Repudiar as acções divisionistas das Direcções subscritoras da chamada «Carta Aberta» que, defendendo uma pretensa unidade nada têm feito nesse sentido
2. Que o nosso Sindicato desenvolva as acções necessárias que visem a participação dos sindicatos da «Carta Aberta» no Congresso de Todos os Sindicatos.

Pela unidade dos Trabalhadores
Pela Reestruturação da Intersindical Nacional
(Confederação Nacional dos Sindicatos Portugueses)

Esta moção foi aprovada na Assembleia Regional do Norte Submetida à aprovação da Assembleia Geral foi igualmente aprovada por maioria (uma abstenção).

MOÇÃO

Os Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacéuticos, reunidos em Assembleia Regional do Norte para discussão e aprovação do Projecto de Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos, decidem:

1. Apoiar por todas as formas a luta dos trabalhadores portugueses pela unidade do Movimento Sindical
2. Repudiar todas as tentativas divisionistas, venham de onde vierem, designadamente do intitulado grupo da «Carta Aberta»
3. Apelar a todas as organizações sindicais que se reúnem no Congresso de Todos os Sindicatos e ai, democraticamente, encontrem as formas de criar um Movimento Sindical ainda mais forte
4. Apoiar a Comissão Nacional Organizadora e o seu esforço para realizar um grande Congresso de Todos os Sindicatos
5. Repudiar todas as tentativas do Governo de criar legislação que venha no sentido de prejudicar conquistas dos trabalhadores, tais como as que se referem a despedimentos, contratação colectiva, etc.
6. Repudiar o desenfreado aumento de custo de vida que se vem verificando e que, incidindo sobre bens de consumo imediato (alimentação, transportes, etc.) recaem quase exclusivamente sobre as classes trabalhadoras
7. Que a Direcção dê publicidade a esta moção e dela dê conhecimento ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, Assembleia da República, Conselho da Revolução e Comissão Constitucional.

Esta moção, aprovada na Assembleia Regional do Norte foi igualmente aprovada na Assembleia Geral por maioria (uma abstenção)

Lisboa, 18 de Outubro de 1976.

A DIRECÇÃO

Nacional

J. Cândido de Azevedo lança obra de economia

«A ofensiva do capital e a luta pelo socialismo» é o título de uma obra, assinada pelo nosso camarada de Redacção J. Cândido de Azevedo, que virá a público dentro de dias. Editado pela «Diábril», este livro faz uma desmontagem da tática das forças da direita e do capital para neutralizar as conquistas revolucionárias feitas após o 25 de Abril.

Outra igualmente de análise e reflexão sobre o período que vivemos nestes últimos dois anos, «A ofensiva do capital e a luta pelo socialismo» apresenta-se também como uma in-

terpretação polémica da evolução económica e da acção que, neste campo, tiveram os diversos governos provisórios que se sucederam após a Revolução de Abril.

Situando a economia portuguesa no contexto da economia capitalista mundial, em séria crise desde os últimos anos da década de sessenta, o autor procura ao mesmo tempo pôr em evidência que os problemas económicos que hoje conhecemos se desenhavam já com nitidez bastante antes do 25 de Abril.



Instituições de crédito estrangeiras autorizadas a abrir escritórios de representação

endo o governo português ponderado as vantagens que poderão advir da abertura, no nosso país, de escritórios de

representação de instituições de crédito estrangeiras, foi aprovado um decreto-lei, hoje publicado no «D.R.», que estabelece as condições para a abertura desses escritórios e delimita o seu campo de acção.

De acordo com o diploma, os escritórios de representação em Portugal de bancos estrangeiros estão sujeitos à legislação portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses no tocante a todas as operações respeitantes ao nosso país.

ministério das Finanças, publicado no «D.R.», 1.ª Série, n.º 244. A portaria que se encontra em vigor desde Março deste ano previa já a possibilidade de os titulares das contas, em moeda estrangeira, poderem autorizar a sua movimentação através de delegação de poderes. No entanto, tal não foi previsto para as contas em moeda nacional, reguladas por decreto de 10 de Julho. Com a aprovação do novo decreto, procura-se um tratamento uniforme entre as duas espécies de depósitos.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA PRESIDENCIA EDITAL N.º 83/76

Eu, MANUEL ANTÓNIO MADEIRA, Vice-Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, faço saber, nos termos e para os efeitos constantes do Decreto-Lei n.º 181/70 de 28 de Abril de 1970, que pela 4.ª Subsecção da 2.ª Secção da Junta Nacional de Educação, foi proposto o estabelecimento da zona de protecção do Conjunto do Palácio das Necessidades, nesta cidade, conforme limites indicados na planta topográfica que junto se afixou

A área abrangida por essa zona de protecção fica sujeita às disposições legais em vigor, designadamente os artigos 25.º, 26.º, 45.º e 46.º, de Decreto n.º 20 985 de 7 de MARÇO de 1932, o Decreto n.º 38 888 de 29 de Agosto de 1952, o Decreto-Lei n.º 28 468 de 15 de Fevereiro de 1938, o Decreto-Lei n.º 39 600 de 3 de Abril de 1954 e a alínea g) do n.º 2 do § 1.º do art.º 19.º do Decreto n.º 46 349 de 22 de Maio de 1965.

Os interessados podem, dentro do prazo de 30 dias contados da data da afixação deste edital, apresentar quais quer reclamações tendo por objectivo a ilegalidade ou inutilidade da constituição da servidão resultante do estabelecimento da referida zona de protecção ou a sua excessiva amplitude ou onerosidade. Essas reclamações devem ser formuladas por escrito e entregues na 2.ª Secção Expediente e Contabilidade da 1.ª Repartição da Direcção dos Serviços Centrais e Culturais desta Câmara Municipal, no prazo referido.

E, para geral conhecimento, se publica o presente edital. Paços do Concelho, em 13 de Outubro de 1976.

O VICE PRESIDENTE
Manuel António Madeira



Estes escritórios não podem realizar directamente operações bancárias de qualquer tipo, ou prestar serviços que por lei se integrem no âmbito de actividades das instituições de crédito nacionais, e a sua actividade está sujeita à fiscalização do Banco de Portugal.

EMIGRANTES

As contas de depósitos de emigrantes podem agora ser movimentadas por residentes em território nacional, de acordo com novo decreto-lei do Mi-

PATENTE

Vende-se ou concede-se licença para exploração em Portugal da patente n.º 57 949, para «PROCESSO PARA A PREPARAÇÃO DUMA COMPOSIÇÃO FUNGICIDA E BACTERICIDA CONTENDO 3-AZOLILPROPINAS».

Trata-se:
CLARK, MODET & C.ª L.D.ª
Patentes e Marcas
Rua Castilho, 201-3.ª Esq.ª
LISBOA

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE FORNECIMENTO E MONTAGEM DE GRUPOS ELECTRO-BOMBAS PARA A CENTRAL ELEVATÓRIA DE TELHEIRAS

(RECTIFICAÇÃO)

Faz-se público que os alvarás exigidos aos concorrentes para a adjudicação da empreitada em epígrafe são:

- 5.ª sub-categoria da II categoria e/ou
- 8.ª sub-categoria da VI categoria e classe correspondente ao valor da proposta.

Lisboa, 14 de Outubro de 1976.

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS
DE LISBOA

O Presidente da Comissão de Fiscalização
João Bau

Nacional

O Inatel é de Portugal,
não é da Intersindical

Ao abrigo da Lei de Imprensa fomos solicitados pelo sr. Dórdio Guimarães, do INATEL, a publicação do seguinte texto de resposta à Intersindical, intitulado «O Inatel é de Portugal, não é da Intersindical»:

«Um largo sorriso se me abriu na cara enquanto lia o Comunicado à Imprensa difundido pela Intersindical Nacional fazendo o ponto da situação do actual Inatel. E sabem porque? Porque não tenho medo. E nem o ridículo demagógico me atemoriza um momento sequer. Posso um sentido de humor apetrechado para muitas e variadas emergências. E considero aquele Comunicado pião, cobarde e pretensiosamente mafioso. O que me diverte irresistivelmente. Não supunha a Inter (o seu Secretariado, já se vê) e seus tentáculos tão ingenuos e fáceis de se enredarem em si mesmos. E natural, pólvora não é quem quer.

Mas vamos as mentiras da Intersindical. Com aquele sorriso demolidor que me animou as faces ao ler o seu Comunicado e a construtiva razão que me impeliu a rebatê-lo:

«1. Quem estiver ao serviço da democracia e logo do Governo actual e defensor dos trabalhadores, global, universalmente e não só de alguns, sectarizados, ordenados pelos princípios que, por exemplo, no Inatel, têm discriminado as maiores beneficiando certos consoantes credos partidários. O Inatel nada tem feito, criativamente, para servir os trabalhadores deste país nestes dois últimos anos. Comprova-o o seu passivo, a quem o quiser ver. Está à mostra. Ao dividir as gentes laborais desta terra, originou crises quase irreparáveis que abrangem os funcionários que se integram no seu património. O caos vive na organização. Ninguém se entende. A CA que se instalou a partir de Outubro de 1974 mais nada fez do que delapidar o muito mau que a ex-FNAT DEIXOU: Marginalizou todos os que não estavam com a Inter (acto contínuo com o PCP), preencheu lugares de chefia com elementos afectos ao Partido cunhalista, passou a gerir (ao sabor desse dirigismo) um instituto cujo destino está maldito desde a fundação. O capitão Tomás Rosa, ministro do Trabalho do VI Governo, intercedeu no assunto, conseguindo que dois homens, para os quais a democracia é uma bandeira plena, missionariamente, travassem a escalada absolutista de um regime que não admite tergiversações e persegue as maiorias opcionais deste País.

Quanto à actividade sadicamente informativa de «Vida Mundial», quero dizer que ela se insere num programa eminentemente democrático de denúncia no sentido de, irrefutavelmente, como a Intersindical o deve reconhecer, proporcionar ao povo português uma visão panorâmica do que se passa neste País em que poucos e fanáticos continuam a dominar muitos e adeptos da liberdade... Eu Dórdio Guimarães, desde que fui nomeado pelo Governo para o cargo de administrador do Inatel, abandonei o meu lugar de redactor daquela revista e sou hoje um colaborador que apenas executa trabalhos à peça no exercício das funções da crítica literária e de cinema. Nada mais. Nunca de acumulador com segundo emprego. Já a Inter está mal habituada, por defeito próprio. Nem todos são pagos acumulativamente como se pratica abundantemente no Partido que a mentaliza. Cuidado... Quanto aos documentos que a «V.M.» têm aparecido, recordo que existem cerca de 300 funcionários na Sede do Inatel, dos quais muitos têm acesso aos mesmos e não me obriguem a processar a difamatória Central Sindical por tal asserção abusiva.

2. O documento de reorganização interna dos serviços, proposto à aprovação é perigosamente autocrático. Nunca poderia ter a aprovação dos delegados do Governo junto do Inatel. Seria dar de mão beijada o controlo de uma minoria sobre as maiorias. Jamais permitiríamos que tal fosse avançar. Se quanto à instabilidade do ambiente interno dos serviços, proposto à aprovação é perigosamente autocrático. Nunca poderia ter a aprovação dos delegados do Governo junto do Inatel. Seria dar de mão beijada o controlo de uma minoria sobre as maiorias. Jamais permitiríamos que tal fosse avançar.

3. Num comunicado interno afirmamos as linhas tantas que quem não estiver connosco quer trair Portugal. Somos representantes dum processo democrático que escolheu maioritariamente os seus designios. Não abdicamos deles. Foi o povo português que aqui nos colocou. No Inatel. E aqui nos mantemos como delegados de um Governo constitucional. Somos, por escrutínio nacional e livre, neste Organismo, os seus lidos defensores e reafirmamos, orgulhosos e patrióticos.

Assinado:
Dórdio Guimarães

A Intersindical quer enganar o povo

Ao abrigo da Lei de Imprensa fomos solicitados pelo sr. Major Lobo César, do INATEL, a publicação do seguinte texto de resposta à Intersindical, intitulado «A Intersindical quer enganar o povo»:

«1. Basta de calúnias. Basta de manipulações. A Intersindical, mais uma vez, procura desvirtuar, deturpar, enganar. De uma vez para sempre os operários, as organizações de trabalhadores e todo o povo português necessitam de saber a verdade.

Senhores jornalistas, no respeitante ao signatário e a Dórdio Guimarães, as portas do Inatel estão e estarão sempre abertas. Venham, vejam, pesquem, ouçam, separem o trigo do joio, e depois informem com dados do que foi a nefasta acção ditatorial da Comissão Administrativa (Chambel, Rogério Paulo e Guedes Lebre) nomeada por Costa Martins em 23 de Outubro de 1974. A acção desta troika no Inatel prolongou-se até 19 de Julho de 1976. Vejam as medidas tomadas e as melhorias feitas, vejam como foram corrigidos os vícios antigos e como foram alterados e substituídos programas e prestação de serviços, vejam como era o clima de entendimento entre a CA e os trabalhadores analisando a vasta documentação da Comissão de Trabalhadores, vendo os processos de inquérito cuja solução aguardava despacho há meses, analisem os processos de promoção e o modo como se transferia pessoal, leiam as cartas em poder do signatário em que funcionários com uma réstia de esperança pedem justiça, vejam como era utilizado o dinheiro dos trabalhadores recebido pelo INATEL. Vejam e pasmem. Mas cuidado não vá a Intersindical acusar-vos de estardes a desencadear uma campanha difamatória. Analisem, aprofundem e façam comparecer perante o tribunal do povo os culpados, e façam-nos responder.

2. Em síntese, a Inter acusa o signatário de:

a) Boicotar o trabalho que o Inatel tem de desenvolver ao serviço dos trabalhadores, por meio de uma série de medidas;

b) deteriorar o clima de entendimento que devia existir entre os membros da Comissão Administrativa;

c) reter para análise um documento importante;

d) criar um clima de descontentamento e permanente intriga entre os trabalhadores;

e) ter utilizado uma frase salazarista.

3. As acusações feitas são tão ridículas e frágeis, que considerando a origem, só mereceriam riso e desprezo. Como porém está em jogo algo de muito importante para o signatário que é a defesa da democracia e do Inatel ao serviço de todos os trabalhadores vou responder concisamente:

a) por deficiência legal (seria prepositada?) não existe voto de qualidade. Assim para se pôr qualquer medida

em execução é necessária uma votação por maioria ou por unanimidade (três votos contra um, ou quatro votos sem oposição). Portanto, a haver boicote ele foi feito pela «CA in toto», e a Inter tem nesta metade dos elementos. Boicote, ou melhor impasse há actualmente por parte do elemento da Inter Fernando Chambel, que se recusa a comparecer às reuniões bissemanais (isto é outro assunto, que em seu devido tempo contarei). Como se verifica a acusação é absurda.

b) Se evitar desvio de fundos de seus devidos fins (como por exemplo subsidiar com 480 contos o jornal «Avanço»), se procurar pôr o Inatel ao serviço de todos os trabalhadores independentemente das suas ideologias políticas, se lutar contra improvisações, se planejar e organizar, se não admitir a continuação de gastos fabulosos em recepções a elementos sindicais estrangeiros (a última feita a quatro elementos sindicais da URSS custou cerca de cem contos), se fizer o atrás mencionado e deteriorar o clima de bom entendimento que devia existir entre os membros da CA, então a Inter tem razão, os delegados do MT deterioraram o clima de bom entendimento. Aliás, os delegados do MT não são lacaios da Intersindical. É pena que a falta de espaço me impossibilite de concretizar os imensos desvios feitos (tenho esperança que terei oportunidade de futuro para o fazer).

c) quanto ao documento retido, como peço por incongruente a acusação. Não há dúvida que a Inter é prodígia em demagogia. O documento em causa nada diz quanto a funções, circuitos e organização base, apesar de ter custado muito dinheiro e ter levado muitos e muitos meses a elaborar (foi um pacto difícil, mas isto é outra história). Este documento é contestado por grande parte do pessoal responsável, e a sua entrada em execução, só por si, lançaria a confusão e perturbação nos serviços. Há que fazer obra global e ordenada, o que está em curso e ficará acabada em fins de Outubro, sem onerar o Inatel em qualquer importância pois está a ser feita graciosamente por funcionários dedicados, fora das horas normais de serviço. Não se podem colocar telhados em edifícios sem alicerces.

Gunther Wallraff esperado em Lisboa

Gunther Wallraff, jornalista alemão que desvendou a manobra de Spínola provocando a expulsão do chefe do M.D.L.P. da Suíça e promoveu também a detecção de certas manobras do E.L.P./M.D.L.P., deverá chegar a Lisboa no princípio do próximo mês.

Wallraff desloca-se a Portu-

galmente, que quem no Inatel não estiver connosco quer trair Portugal. Intransigentemente, somos contra qualquer manobra que queira envenenar a democrática vivência que neste organismo viemos implantar. Implantar, caros senhores da Inter, não é impor, especialmente quando viemos nomeados pelo maioritário povo português. Entendidos?

4. A Intersindical, ao solicitar a minha exoneração e a do major Lobo César da CA do Inatel junto do ministro do Trabalho do 1.º Governo constitucional, está a cometer um grave erro com implicações mais uma vez jurídicas. E um atrevimento de carácter político, tão agressivo, quanto leviano. Não é que então esta organização sindical não pretenda desmatar o aparelho de gestão democrática e livremente eleitos, como se não lhe bastasse a tremenda questão que mantém e promete agudizar-se com os sindicatos da chamada linha da «Carta Aberta»? O povo não está a dormir, cara Inter, e não perdoará amanhã quem nas suas costas mais manipular a sua opinião e a sua maioritária decisão. Não cederemos um palmo da nossa luta dentro do Inatel. Temos a consciência de que somos necessários. A vossa demagogia não triunfará jamais; enquanto homens como eu e o major Lobo César pugnam aberta e desinteressadamente pelos interesses maioritários de um povo que se quer emancipar e atingir a libertação democrática do seu destino.

Irredutível no nosso espírito, temos um lema, uma voz de ordem de que nos sentimos legitimados: «mandatados: Portugal e dos portugueses. Todos. O Inatel será de todos os portugueses trabalhadores, apartidariamente, em liberdade, em socialismo puro, enquanto nós formos os delegados oficiais na CA. Custe a quem custar. Doa a quem doer. Sempre pelo povo português. Sempre pela democracia. Sempre pela igualdade de privilégios. Sempre pela maioria».

Um largo sorriso se me abriu na cara quando ao futuro. O meu interesse é fazer do Inatel um poderoso património onde todo o português encontre uma casa, um repouso, um amigo, ao seu dispor, com carinho e paz, sem diferenças nem preconceitos de classes nem de ideários. Em liberdade. Viva Portugal!

Assinado:
Dórdio Guimarães

SINDICATO DOS TRABALHADORES
DA INDUSTRIA
E COMÉRCIO FARMACÊUTICOS

A posição do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos em relação ao Movimento Sindical e o facto da anterior Direcção ter subscrito a chamada «Carta Aberta» motivou por parte da Assembleia a exigência dum pronunciamento claro deste Sindicato.

Transcrevem-se, de seguida, a moção e a proposta aprovadas na Assembleia Geral e ainda o comunicado dos Corpos Gerentes do STICF que tornaram inequívoca, por um lado, a posição de repúdio em relação à «Carta Aberta» e ao seu sentido antidemocrático e divisionista e a consequente desvinculação desse grupo, por parte deste Sindicato; por outro lado é bem firme a determinação de continuar a luta pelo reforço do movimento sindical e das suas estruturas organizativas permanecendo o Sindicato integrado no Movimento Sindical e aí avançando para a realização do Congresso de Todos os Sindicatos.

PROPOSTA

Considerando que,

a) A Direcção anterior do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos foi um dos subscritores da chamada «Carta Aberta»;

b) A actual Direcção, eleita por um programa não concordante com o espírito actual do grupo da «Carta Aberta», não se desvinculou publicamente por razões aqui e hoje esclarecidas por entender que é o Sindicato que se deve vincular ou desvincular e não a sua Direcção.

Proponho:

Que esta Assembleia se pronuncie no sentido de se definir a posição do Sindicato perante a vinculação ao grupo «Carta Aberta», mantendo ou não essa vinculação.

Esta moção foi aprovada na Assembleia Regional da Zona Centro. Submetida à aprovação da Assembleia Geral, foi aprovada por maioria (três abstenções).

MOÇÃO

Considerando,

1. Que os estatutos do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos definem, no seu artigo 9.º, a adesão desta organização dos trabalhadores à Central Sindical Única - Intersindical Nacional;

2. Que o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos foi um dos dezasseis subscritores iniciais dum documento intitulado «Carta Aberta» que contesta a Intersindical;

3. Que a decisão de subscrever o documento «Carta Aberta» foi apenas tomada pelos Corpos Gerentes anteriores deste Sindicato sem qualquer consulta aos trabalhadores;

4. Que, ao subscreverem tal documento os Corpos Gerentes anteriores vincularam abusivamente todos os trabalhadores do STICF sem efectuarem qualquer consulta, ignorando deliberadamente a sua vontade;

5. Que a situação do STICF face ao documento «Carta Aberta» não está esclarecida quer em relação aos trabalhadores do nosso Sindicato, quer perante o Movimento Sindical, gerando confusões que em nada contribuem para a unidade dos trabalhadores;

Propõe-se:

a) Que a actual Direcção esclareça esta Assembleia Geral sobre todos os factos acima referidos.

b) Que os Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos, reunidos em Assembleia Geral, repudiem a inclusão abusiva deste Sindicato na «Carta Aberta», grupo que tem em vista a divisão do Movimento Sindical, dando o seu inteiro apoio ao Congresso de Todos os Sindicatos.

c) Que a Direcção divulgue esta proposta nos Órgãos de Informação e acrescente os esclarecimentos que entenda necessários.

Esta moção foi aprovada por maioria (dois votos contra e sete abstenções)

Relacionado com o teor da moção e proposta acima transcritas os Corpos Gerentes apresentaram em Assembleia Geral o comunicado que se segue, submetendo-o à apreciação da Assembleia. O comunicado foi aprovado, na íntegra, por maioria (cinco abstenções).

COMUNICADO DOS CORPOS GERENTES

1. Os Corpos Gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos defendem, coerentemente com o programa de acção que apresentaram aos trabalhadores, uma prática sindical unitária, baseada na mais genuína democraticidade e na participação dos associados na solução dos problemas que a todos dizem respeito.

2. É na obediência a esta prática democrática que os Corpos Gerentes do Sindicato sentem dever manifestar a sua posição pública acerca da questão do Congresso de Todos os Sindicatos e da atitude que, perante esta iniciativa histórica dos trabalhadores portugueses, tomou o grupo chamado da «Carta Aberta».

3. Como se sabe, a anterior Direcção do Sindicato vinculou-se à «Carta Aberta». Fê-lo, porém, sem que tenha consultado a classe, contrariando os princípios democráticos que a dita «Carta Aberta» diz defender. Fê-lo, mesmo, de tal modo, que não sabemos sequer se essa decisão foi tomada dentro do Sindicato.

4. Por várias razões os actuais Corpos Gerentes do Sindicato não podem sentir-se vinculados a tal decisão. Primeiro, porque o carácter antidemocrático, que ela reveste, bem patente aos olhos dos trabalhadores; segundo, porque, encontrando-se o Sindicato, por força dos estatutos aprovados em Assembleia Geral, dentro da estrutura organizativa do Movimento Sindical Português, de modo algum estes Corpos Gerentes poderiam pactuar com o apoio a um grupo que desenvolve a sua actividade fora dessa mesma estrutura que é da exclusiva responsabilidade e vontade da maioria dos trabalhadores portugueses; terceiro, porque tendo a consciência dos perigos que corre o Movimento Sindical se se deixar conduzir para a cisão que os seus inimigos desejam, não aceitam minimamente contribuir para uma tal catástrofe que teria as mais graves consequências para todos os trabalhadores.

5. Defendem os actuais Corpos Gerentes do Sindicato que deverão ser os trabalhadores a pronunciarem-se sobre as posições que a Direcção deverá tomar acerca do Congresso de Todos os Sindicatos. Hoje, debateremos o Projecto de Regulamento do Congresso, depois de dezenas de reuniões realizadas nas empresas. O mesmo acontecerá relativamente a outras questões que se seguirão igualmente relacionadas com o Congresso.

6. Esta é, a nosso ver, a posição correcta, a posição democrática. E é por que defendemos essa posição democrática que não podemos estar de acordo com os processos pseudo-democráticos consubstanciados nas posições da «Carta Aberta». O papel consciente de divisão do Movimento Sindical assumido pela «Carta Aberta», numa altura em que todos somos poucos para, como um só bloco, nos defendermos face a ofensiva do patronato, face à recuperação capitalista, face à legislação anti-trabalhadores, face ao aumento do custo de vida, é uma baixa acção política que o patronato agradece.

7. A democracia pratica-se. É aqui, na Assembleia Geral, que estas questões devem ser debatidas. Por isso entendemos dever expressar perante os associados a nossa posição. Repetimos: a democracia pratica-se.

Somos um Sindicato Democrático. Unido e Apartidário
Lutamos pela discussão democrática dos problemas dos trabalhadores
Lutamos por um Congresso de Todos os Sindicatos
A UNIDADE É A NOSSA FORÇA

OS CORPOS GERENTES

Lisboa, 18 de Outubro de 1976

A DIRECÇÃO

MARIA VITÓRIA

HOJE AS 20.30
E 22.45 H.

★ E TODOS OS DIAS ★

Não aconselhável
a men. de 18 anos

**UM ENORME
É X I T O !**

A MELHOR REVISTA
DOS ÚLTIMOS ANOS!



**O BOMBO
DA FESTA!**

LYGIA TELLES

COLISEU

TODAS AS NOITES
às 21.30 horas
Quintas e Sábados
«matinéas» às 16 h.

Domingos «matinéas» às 14.30 e 17.15 horas
SÓ ATÉ DIA 31 — VEJA QUANTO ANTES!



**OLIMPIADA DE
C I R C O !**

2 Alegres paréllas de palhaços 2
6 Fabulosos números de animais 6
100 ARTISTAS 100

14 Países numa grande competição 14

**COMUNA
TEATRO DE PESQUISA**

Diariamente às 21.30 h.

**O MÁGICO DA
- CENOURA -**
(A HISTÓRIA DE UM
DESEMPREGADO)

PELO GRUPO FRANCÊS
TYLENCHUS

SÓ ATÉ SÁBADO

PREÇO ÚNICO — 40\$00

TEL. 76 26 24

PRAÇA DE ESPANHA

NEURO

grupo 4

**O CÍRCULO
DE GIZ
CAUCASIANO**



De 3.ª a 6.ª feira às 21.15
Sábado, também às 15.30
DOMINGO SÓ às 16 h

ÚLTIMAS

Espectáculos

Crítica
de
Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

FICHA:

Título original: Themroc
Realização e argumento: Clau-
de Faraldo (França-1972)

Fotografia (super 16-eastman-
color): J.-M. Ripert
Montagem: Noun Sera

Som: Harald Maury

Interpretação: Michel Piccoli
(Themroc), Béatrice Romand
(a irmã), Mme Herviale (a
mãe), Marilu Tolo (a secre-
tária), Francesca Coluzzi (a vi-
zinha) e a Troupe do Café de
La Gare.

Distribuição em Portugal: Ri-
vus

Cinema: Estúdio
Classificação: Não conse-
lhável a menores de 18 anos

E no entanto não se dirá não
ser um filme curioso. Com um
argumento que poderia ser de
uma banda desenhada de Rei-
ser, uma história «bête et
méchante», tudo era possível.

Filmar uma revolta regressi-
va, uma explosão inassimi-
lável, uma provocação total é
qualquer coisa que faz crescer
água na boca.

Porém se se está contra uma
cultura, contra o ciclo infernal
da cama-fábrica-polícia-metro-
politano, contra todo e qual-
quer princípio do dever e se
se escolhe assentar arraiais do
lado de um estatuto de margi-
nalidade loucamente incontro-
lável, é preciso saber ir até aos
limites. Isto é, não deixar pe-

"Regresso às Cavernas"

de Claude Faraldo

dra sobre pedra. Não hesitar
à beira do delírio.

Porque senão a provocação
limita-se à curiosidade de se
assistir às involuções de um
sujeito (Themroc) Michel Pic-
coli) excêntrico. E aqui não es-
tá em causa a excentricidade
mas a ruptura.

Questão de ferocidade no
humor. O incesto como ruptura
sexual não é dado de forma
inequívoca; a refeição de
polícias no espeto está já no
delírio mas a caçada oscila en-
tre uma simples gozação e um
combate; a destruição dos ob-
jectos é acritica (nem todos os
objectos são suportes desta so-
ciedade, alguns são apenas
instrumentos); a fábrica como
local de alienação é pouco ex-
plicitada ao passo que o ca-
rácter do metro como vagão
de rebanhos humanos é muito
bem conseguido.

Brevemente, este filme é um

filme inseguro. Que não conse-
gue ter nas mãos por completo
o terreno que escolheu.

E é por isso que **Regresso
às cavernas** acaba por ser pou-
co mais que inócuo. A possível
carga de dinamite resulta sim-
ples petardo. Recuperável. E
quando um filme que aponta
tão longe (fazer tábua rasa de
todo um sistema de valores éti-
cos e sociais) fica a um terço
do caminho não é lícito apos-
tar-se nele. Tanto mais que a
sua estrutura formal é pouco
menos que clássica. Que a rup-
tura não chega ao nível da
prática das imagens. Questão
que não é de somenos impor-
tância.

Um filme em que toda a gen-
te, a começar por Piccoli, evi-
dencia um prazer de rodar e
que resta um pequeno diverti-
mento. Sorridente e quase qua-
se inútil.

Tomaz Ribas comenta filmes sobre dança

Com comentários pelo críti-
co Tomaz Ribas, realiza-se ho-
je no Auditório Dois da Fun-
dação Gulbenkian, às 18 e 30
uma sessão cinematográfica
preenchida com os filmes
«Let's Dance» e «This is the
Place», que documentam a ac-
tividade do «London Contem-
porary Dance Theatre».

Mediante a realização desta

sessão, será apresentada ao
público de Lisboa aquela com-
panhia inglesa, que conforme
noticiámos na próxima semana

actuará, pela primeira vez, em
Portugal, dando quatro espec-
táculos no Grande Auditório

Gulbenkian, com o patrocínio
do «British Council». A entrada
é livre.

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS CONVOCATÓRIA

No cumprimento das deliberações tomadas por unanimidade, da Reunião Geral dos Sindicatos, realizada em
4/9/76 no I. S. T. em Lisboa, convocam-se

TODAS AS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS PORTUGUESAS

para uma Reunião Geral de Sindicatos a realizar nos próximos dias 23 e 24 DE OUTUBRO, COM INÍCIO ÀS 10 HO-
RAS, EM LISBOA, NAS INSTALAÇÕES DA FIL (FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA), à Junqueira,

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Aprovação definitiva do Regulamento do Congresso de todos os Sindicatos
Pela unidade dos trabalhadores
Pela reestruturação da Intersindical Nacional, Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses
- 2 — Eleição da Comissão Nacional Organizadora do Congresso
- 3 — Marcação da data de realização do Congresso
Lisboa, 12 de Outubro de 1976

A COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA PROVISÓRIA DO CONGRESSO

QUE TODOS COMPAREÇAM

A CNOP apela para todas as organizações sindicais — mesmo as que ainda não tenham participado nos
trabalhos preparatórios — para que estejam presentes na reunião geral dada a importância de que a mesma se
reveste para a unidade dos trabalhadores portugueses e do seu movimento sindical.

É oportuno realçar que o trabalho desenvolvido por esta comissão e pelas comissões dinamizadoras distri-
tais tem vindo a reforçar a unidade do movimento sindical e permitindo que Sindicatos inicialmente afastados ou
aliados dos trabalhos preparatórios do Congresso tenham vindo progressivamente a integrar-se dando assim o
seu contributo para o êxito do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses.

COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA PROVISÓRIA

VENDE-SE

CARRINHA PEUGEOT 404

DIESEL 1970

PROPOSTA À RUA CASTILHO, 185, 1.º

TELEFONE 654531

**HOSPITAIS CIVIS
DE LISBOA**

ADMISSÃO DE PREPARADORES DE 2.ª CLASSE
(Análises Clínicas)

Para conhecimento dos interessados se publica que se encon-
tram abertas até ao dia 26 de Outubro corrente as inscrições
para o lugar de preparadores de 2.ª classe — análises clínicas —
ao qual se poderão candidatar os indivíduos possuidores do res-
pectivo curso, nos termos da Portaria n.º 18 523 de 12 de
Junho de 1961, e que tenham idade compreendida entre os 18
e os 40 anos de idade.

Os interessados deverão fazer a sua inscrição no Serviço
de Pessoal dos Hospitais Civis de Lisboa, sito no Campo dos
Mártires da Pátria, 91 - 2.º Esq.º, Lisboa-2.

Canal da Crítica

Por MARIO CASTRIM

Hoje

M.E.I.C. JÁ TEM GUILHOTINA

O detective aristocrata está tramado. Perdeu-se como peça de entretenimento mínimo. Quem se lembrará da história iniciada há três semanas? Pode ser que para ingleses o plano resulte. Pode ser. Quando se trata de ingleses, tudo é possível. Acho muito difícil a participação do telespectador, num conflito em que os dados se perdem, de uma semana para outra.

O detective aristocrata é um folhetim condenado.

Mas despontam no horizonte novos detectives, novos investigadores. O dr. Almerindo Marques, por exemplo, secretário da Administração Escolar, que preencheu o *Momento Político*.

Uma lástima. O dr. Almerindo não tem classe nenhuma. Parece um menino da terceira classe a fazer uma redacção. Faz um terrível esforço para ligar as frases. A soldadura fica sempre à mostra.

Espectáculo deprimente foi este de um homem ensandecido pelas «traições» dos conselhos directivos de certas escolas. Sim, claro, a tarefa do Ministério da Educação em definir um dia para a abertura das aulas é uma tarefa histórica. Simplesmente, alguns conselhos directivos obstruíram. Ah, mas o Ministério vai actuar. Podem estar certos disso. Os conselhos directivos não ficarão impunes. Deviam todos ter arrancado com as aulas. Não senhor. Preferiram as obstruções. Ah, mas vão sofrer as consequências, aí isso santa paciência! Os conselhos directivos, os tais é que não cumpriram. Se tivessem cumprido, se tivessem trabalhado de dia e de noite, aos sábados e domingos, truca-truca, sem intervalo para almoço ou para a janta, se tivessem feito isso, era bestial. Não fizeram. Ah, mas não pensam! Vão sofrer as consequências!

Os conselhos directivos estão bem arranjados. Pelo palavreado do dr. Almerindo, conclui-se que o MEIC já encomendou a guilhotina.

Claro. Ou não fosse o Ministério da Educação de Investi-

gação também.

Que tristeza, dr. Almerindo. O seu monólogo é das peças mais deprimentes do teatro pós-25 de Abril.

CARDIA E AS PESSOAS SENSATAS

A deprimentia das palavras do dr. Almerindo só encontra paralelo na presença do dr. Cardia.

O dr. Cardia é um homem nervoso. Deve estar a fazer um processo de autodestruição. Dá-nos por vezes a impressão de que o pensamento lhe parou e que, apesar disso, as palavras continuam a jorrar. Com uma constante, porém: a virulência do ataque volta-se sempre contra a esquerda. Pelo que o único interesse relativamente a este homem será o de saber onde irá ele parar. A evolução conhecida de certas personalidades não augura nada de bom quanto à graduação do declive.

Na sua opinião, o trabalho desenvolvido no MEIC, ultimamente, prejudica os interesses partidários da direita. Ora a direita aplaude freneticamente a actuação do MEIC... Por que será?

Cardia não se atrapalha: *Isso deve-se à circunstância que eu já afirmei de que com o Ministério da Educação estão todas as pessoas sensatas deste País...*

No entanto, parece que há razões mais concretas para o contentamento da direita. O próprio Cardia as adianta quando manifesta o seu desejo de acabar com a influência comunista no seu Ministério. Ao mesmo tempo em que reafirma a determinação de não olhar a opções políticas, mas sim a critérios de competência...

Ou seja: os funcionários afastados do MEIC numa fúria saneadora sem paralelo em qualquer manicóquio nacional, foram-no em obediência a critérios de competência. Isto depois de se ter afirmado que a sua preocupação fora destruir o «império comunista» no MEIC...

No reino da confusão é muito grave que, ainda por cima, Cardia considere os telespectadores de tal modo trouxas que não avaliem as suas contradições.

O critério de competências, aliás, é uma grande história. Por competência se nomearam os cristóvão e os sousas. Por acaso até foi por competência que o Cardia chegou a ministro da Educação...

Não posso escrever mais. Quando rio muito, fico sem forças.

TV MORCEGO

A Televisão Portuguesa está atacada de fúria passadista. É uma televisão morcego: só gosta do escuro.

Inaugurou-se ontem outra rubrica: *Um homem, uma época*. Quer dizer que voltamos ao passado e, a propósito de um homem (diabos!, por que não uma mulher?) estudaremos uma época e a propósito de uma época estudaremos um homem (diabos!, uma mulher por que não?).

A esta fúria passadista junta-se a fúria didáctica, no pior sentido do termo, porque esta didáctica tem a ver com a erudição mais do que com a cultura. TV erudita é tv maldita, porque é inútil.

Do rol de factos e noções e imagens apresentadas (e o trabalho que isto deu não se discute) suponho que nada ou muito pouco terá servido à construção cultural do telespectador. A orientação que presidiu à elaboração da rubrica é uma orientação elitista, o que contraria a vocação universal da tv. Foi-se ao ponto de ler um poema de D. Dinis em linguagem da época, com *frol* e tudo!

Nitidamente, esta tv morcego escolhe a noite porque tem medo do dia. Refugiou-se no passado porque tem medo do presente. Interessa-lhe mais o Portugal de antanho que o Portugal do nosso amanhã. As preocupações dos portugueses, neste momento, têm mais a ver com o Alentejo e o Trás-os-Montes de hoje do que

Continua na pág. 22



António Vitorino de Almeida. A música e o silêncio

18.30 Abertura.

18.32 Abre-te Sésamo — Infantil.

19.00 Os Homens, os Livros e as Coisas. Um programa de Joaquim Manuel Magalhães.

19.30 Ligeiríssimo. Cascais Jazz 76, Art Sullivan no Porto, Paulo de Carvalho (um novo disco). Nova Revista no Teatro Maria Vitória — são notícias. Apresentação de Pedro Castelo. Produção de Fernando Penalva.

19.50 Totobola

20.00 Formas de Ver — Um programa de divulgação cultural e de análise à pintura a óleo, através dos tempos, como expressão de todos os temas.

20.30 Telejornal — 1.ª edição.

21.05 A Música e o Silêncio. A Censura. Um programa de António Vitorino de Almeida.

21.45 Dez Reis de Esperança (Due Soldi di Speranza) Realização: Renato Castellani. Argumento: Renato Castellani, Margadonna e Titino de Filippo. Música: Al-Cicognini. Intérpretes: Vincenzo Musolino, Maria Fiore e a gente de Bostrecase.

23.35 Telejornal — 2.ª edição.

23.50 Fecho.

PUB SINDICATO TÊXTIL DO DISTRITO DE COIMBRA

MOÇÃO

Considerando que:

- 1) Os bombista, inimigos da Paz, da Democracia e do Progresso Social, responsáveis por centenas de atentados contra pessoas e bens, estão neste momento a ser soltos sem que as investigações já iniciadas para o desmantelamento desta tenebrosa rede, tenham avanços visíveis.
- 2) Que o Presidente da República, Conselho da Revolução e Primeiro-Ministro já prometeram publicamente que essas investigações iriam até final, como aliás o cumprimento da Constituição exige.
- 3) Que em vez de diminuir os atentados bombistas, estes continuam, como é exemplo o reventamento de bombas quando da visita do Presidente da República ao Porto. Os trabalhadores têxteis, reunidos em plenário em Loriga e em Manteigas nos dias 2 e 3 de Outubro de 1976;
 - Decidem protestar energeticamente contra a libertação destes assassinos que pela morte e destruição pretendem mergulhar o nosso Povo na escuridão sangrenta do fascismo exigindo que nenhum seja libertado até completo desmantelamento da rede.
 - Esperam que os órgãos do poder político-militar tal como foi prometido respondam a esta provocação ao Povo Português e façam respeitar a Constituição.
 - Reclamam a continuação das investigações, o cumprimento dos mandatos de captura e prisão de todos os implicados, o desmantelamento total da rede terrorista até às últimas consequências e conhecimento público de todos os responsáveis, o julgamento e condenação de todos os culpados, desde os financiadores até aos executantes.

LUTEMOS POIS

- PELO DESMANTELAMENTO TOTAL DA REDE TERRORISTA
- PELA DEFESA DA CONSTITUIÇÃO
- PELA DEMOCRACIA A CAMINHO DO SOCIALISMO

A DIRECÇÃO

Rosália Maria Baltazar Vaz

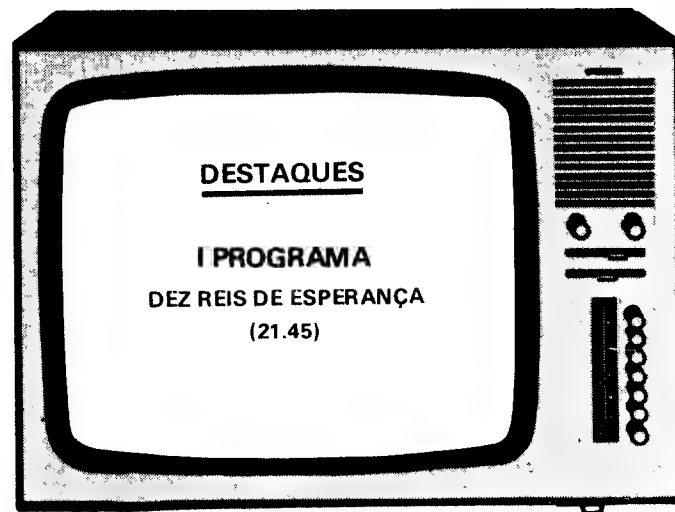
teatro
do bairro
alto

R. Tenente Raúl Cascais
1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

Teatro da Cornucópia

Tambores
na Noite
de
Bertolt Brecht

TODOS OS DIAS
às 21.30
DOMINGO, SÓ ÀS 18 H.
Descanso às 2.ª feiras
(14/ 13)



Amanhã

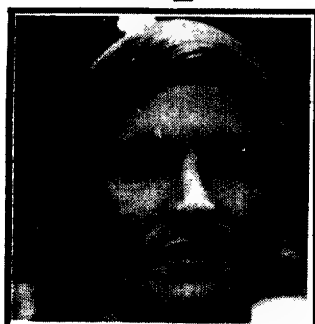
18.30: Abertura e Bonecos. É uma rubrica que inclui filmes destinados aos espectadores mais pequenos. 19.00: Inglês a Sorrir. 19.30: O Conde de Monte Cristo. A famosa obra de Alexandre Dumas numa série de animação produzida e realizada por Halas e Batchelor especialmente dirigida ao público jovem. 20.00: A Ideia e a Imagem. Um programa de Alvaro Machado, que se pretende aberto a todas as formas de culturas. 20.30: Telejornal — 1.ª edição. 21.05: As trapalhadas de Robin dos Bosques; 21.30: Um programa da Direcção de Informação; 23.15: Telejornal — 2.ª edição; 23.30: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ
E EFICIENCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO
PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto



LIVRAMENTO: a volta da velha lesão

Livramento continua na berlinda: no 1.º treino que efectuou no Sporting, apenas resistiu durante um quarto de hora ao reactivar da lesão que o impedira de ser figura fundamental no «mundial» de Oviedo. Entregue às mãos do massagista Manuel Marques, veio o veredicto: pelo menos durante 30 dias, o melhor jogador do hóquei contemporâneo terá de ficar em repouso.

Entretanto, os dirigentes do Sotro Mayor (equipa que Livramento representou ultimamente) encontraram-se com o jogador, tentando demovê-lo da mudança para os «leões». Todavia, a decisão está tomada: e, embora não seja de pensar em Livramento para os jogos iniciais do «Torneio de Abertura» (promovido pela Associação de Patinagem de Lisboa) o técnico Torcato Ferreira inclui-o no conjunto de elementos com que conta para, na corrente temporada, atacar a conquista do título de campeão europeu por clubes, único que falta ao espantoso (e brilhante) «palmarés» do atleta que está sob alçada disciplinar federativa, com um inquérito a correr respeitante à sua actuação em Itália no período imediato à renúncia em Oviedo.

Futebol cá por casa

Após conversações havidas entre a Federação de Futebol e a RTP ficou acordado que a TV efectuará as seguintes transmissões: Portugal-Dinamarca (nas Antas, a 17 de Novembro), jogo a contar para a fase eliminatória do Campeonato do Mundo, e Portugal-Itália (selecções A), jogo de carácter particular a efectuar possivelmente, no Restelo, a 22 de Dezembro.

Entretanto, o Portugal-Itália, a contar para o europeu de «esperanças», realizar-se-á no Funchal (a 23 de Dezembro) sendo provável a sua transmissão pela TV, se as condições técnicas o permitirem.

«ESPERANÇAS»

Para além do leixonense Folia (que está em vias de ser submetido a uma intervenção cirúrgica) mais duas baixas na lista de convocados para os trabalhos da selecção de «esperanças»: o benfiquista Chalana e o «leão» Matos encontram-se lesionados.

ANTECIPAÇÕES

Mais encontros oficiais foram antecipados para sábado, em relação ao calendário previsto para domingo. Na 1.ª DIVISÃO: Belenenses-Varzim, no Estádio do Restelo, às 16 horas. No 2.º escalão, Zona Norte: Riopole-Vilanovense, em Pousada de Saramagos e Paços de Ferreira-Gil Vicente, em Paços de Ferreira, às 15 horas; Salgueiros-Penafiel, em Vidal Pinheiro, às 15 e 30. Zona Centro: Feirense-União de Coimbra, em Vila da Feira, às 16 horas. Zona Sul: CUF-Vasco da Gama, no Lavradio e Esperança de Lagos-Juventude, em Lagos, às 15 horas; Alcochete-Olhaneense, no Montijo e Oriental-Marítimo, no Campo Eng.º Carlos Salema, às 16 horas. Para a 3.ª DIVISÃO (Série A): Vianense-Joane, em Viana do Castelo, às 16 horas.



BOAVISTA: uma força em equação

Esta tarde, à hora em que o nosso jornal começa a circular, a turma do Boavista derrime, no Bessa, a primeira «mão» da eliminatória n.º 2 da «Taça dos Vencedores de Taças», empunhando o facho da «resistência» do futebol português ante a avassaladora onda que tem submergido clubes e selecções, de há dois anos a esta parte envolvidos em cotijos internacionais. Os desportistas do nosso país, conhecendo embora o (bom) valor da formação do Levski (da Bulgária) confiam no comportamento dos «axadrezados» que, sob as ordens de Mário Wilson, vão tentar viajar até Sófia com algumas esperanças na bagagem

Série B: Lusitano de Vildemoinhos-Leverense, em Vildemoinhos, às 15 horas. Série E: Casa Pia-Alverca, no Estádio Pina Manique e Desp. dos Olivais-Estrela de Vendas Novas, em Moscavide, às 15 horas. Série F: Paio Pires-Torralta, em Paio Pires, às 15 horas.

SAÍDA

O defesa lateral direito Américo, que estava ao serviço do Sintrense, vai trabalhar para a Austrália, na sequência de convite feito por um familiar de Nelinho que conta, para já, recrutar mais dois futebolistas no nosso país.

Lá fora

PERES

O futebolista Fernando Peres, dispensado pelo técnico Paulinho de Almeida dos trabalhos no Esporte do Recife (Brasil), foi emprestado até Dezembro ao Treze (de Campina Grande) dada a exigência do português em que o seu contrato com o clube do Recife seja rigorosamente cumprido (monetariamente).

MUDANÇA

Lajos Tichy, um antigo companheiro de equipados «ases» húngaros de futebol Ferenc Puskas e Sandor Kocsis, substituiu como treinador do Honved, o técnico Karoly Lakat, que se retirou por razões de saúde. Tichy (40 anos) foi «internacional» 71 vezes (entre 1955 e 1967) e jogou a avançado-centro no Honved, entre Kocsis e Puskas, nos «dias dourados» do futebol húngaro.

AMNISTIA

A União Europeia de Futebol (UEFA) reconsiderou a decisão

PARTICULARES

Mais dois embates futebolísticos de características particulares: União de Coimbra, 1-Estoril, 2 e Barreirense, 2-Belenenses, 0.

PROMOÇÃO

José Ramos ascende, dentro do quadro de massagista do Benfica, para o posto de onde saiu Hamilton Marques que, consoante noticiámos oportunamente, vai desempenhar funções no Sindicato dos Bancários.

de banir o País de Gales dos próximos campeonatos europeus, permitindo-lhe a participação mas na condição de não jogar em «casas». A UEFA tinha interditado ao País de Gales os campeonatos de 1978-1980, devido ao comportamento violento dos espectadores no jogo com a Jugoslávia (em Cardiff, a 22 de Maio passado).

A condição agora imposta à equipa galesa obriga-a a fazer os encontros que caberiam ao seu campo a não menos de 250 quilómetros de Cardiff.

CASTIGO

O tribunal de polícia de Clermont Ferrand (França) concedeu um franco simbólico, por danos e prejuízos, ao ciclista belga Eddy Merckx. Esta quantia era (aliás) tudo quanto o corredor reclamava pelos prejuízos que lhe causou um espectador, no fim da etapa do Puy de Dome, do «Tour» de 1975. A poucos metros da meta, o espectador deu um murro em Merckx, atraindo-o no fígado, o que lhe dificultou o «sprint» final e causou sofrimento durante alguns dias.

O espectador (Nello Breton) além do franco simbólico, teria

O Porto

ergue a sua voz

Os maus resultados da selecção federativa de futebol acarretaram (inevitavelmente) comentários agrestes e, sobretudo, um clima de instabilidade nas relações do organismo da Praça da Alegria com várias entidades: desde os árbitros (marginalizados) aos jornalistas (pura e simplesmente banidos de assistência a largo período de treino do grupo das quinas), passando por associações que, como a do Porto, veio na noite de ontem a Lisboa, lavrar o seu inconformismo face a casos que não agradam aos seus filiados. Por exemplo: o preço dos bilhetes para ingresso nos jogos referentes a Taça de Portugal, o problema da arbitragem (nitidamente criada por falta de tacto «político» dos federativos) e, sobretudo, o desejo, expressa e veementemente afirmado, de que, com a maior urgência, a Federação seja encaminhada para uma reestruturação que se impõe e, dia a dia, é mais premente e necessária.

Embora outras associações regionais, perfilhando ideias semelhantes às da sua congénere portuense, se mantenham em silêncio de «não beligerância», aguarda-se que o alertado bom senso de alguns dirigentes do areópago da Praça da Alegria prevaleça sobre o quase ditatorial modo de vida que parece imperar nas altas esferas do chute na bola.

Para já, o Porto levantou a luva: e (não esqueçamos) a associação mais populosa do País é uma força indomitável, que não pode ser minorada ou apocada pelos soberanos do pontapé no couro.

N. de S.

PORTUGAL

TRIATLO

Organizado pelo Centro Militar de Educação Física, equitação e Desportos (C.M.E.F.E.D.), vai ter lugar em Mafra, amanhã e depois o «triathlon militar».

Do programa constam o lançamento de granadas (nas modalidades de precisão e alcance) provas de tiro e corta

mato (num percurso de 4000 metros).

Os concorrentes são provenientes de todas as Regiões Militares e dos Comandos Territoriais Independentes dos Açores e Madeira, sendo as equipas constituídas por oficiais, sargentos e praças.

RECEPÇÃO

Os corpos gerentes do Futebol Clube Barreirense foram ontem recebidos pelo chefe de gabinete do Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, com quem trocaram impressões sobre questões relativas àquele clube desportivo.

HALTEROFILIA

«Torneio de Abertura, para levantadores de todos os escalões e classes, a 23 do corrente, em Montemor-o-Velho (Ginásio do Grupo Desportivo de Carcavelos) e Barreiro (pavilhão do Luso Futebol Clube).

TÊNIS

Nos próximos dias 29 de Outubro a 1 de Novembro realiza-se nos «courts» de ténis do Hotel Dom Pedro (em Vilamoura) o «Torneio Dunlop» ao qual concorrerão os melhores tenistas portugueses e alguns estrangeiros de reconhecida categoria internacional. Esta competição, que faz parte do calendário oficial da Federação Portuguesa de Ténis, será disputada em singulares homens, singulares senhoras, pares homens e pares mistos.

MÁXIMO

Para a história do basquetebol português: 173-0, foi quanto os juniores do Académico do Porto conseguiram face ao Ribeirense.

FOMENTO

Partirão para S. Tomé e Príncipe, onde durante cerca de uma semana vão exercer actividade, o eng.º Ferreira Mendes e o prof. Valdemar Caetano, técnicos da DGD incluídos no apoio ao Planeamento Desportivo do jovem país africano.

HÓQUEI PATINADO

Usando do direito de qualificação legal, a Associação Desportiva de Oeiras inscreveu-se na «Taça dos Vencedores de Taças», em hóquei patinado.

ANDEBOL

Para o nacional de andebol, há esta noite um confronto: F.C.Porto-Vilanovense.

Continua na pág. 21

VII ENCONTRO DIPLOMADOS EX-ESCOLAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. S. E. F. — CRUZ QUEBRADA
23 E 24 OUTUBRO

INICIO AS 15 HORAS DE SÁBADO

COMPARECE

A COMISSÃO DE DIPLOMADOS

Sindicato dos Electricistas do Sul

MOÇÃO

APOIO À LUTA DOS TRABALHADORES DA PANIFICAÇÃO

Os Electricistas do Sul reunidos em plenário, para discussão do projecto de Regulamento do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses no dia 18/10/76, apoiam a justa luta dos operários da panificação pelo seu Contrato de Trabalho.

Lisboa, 18/10/76

Os Electricistas do Sul

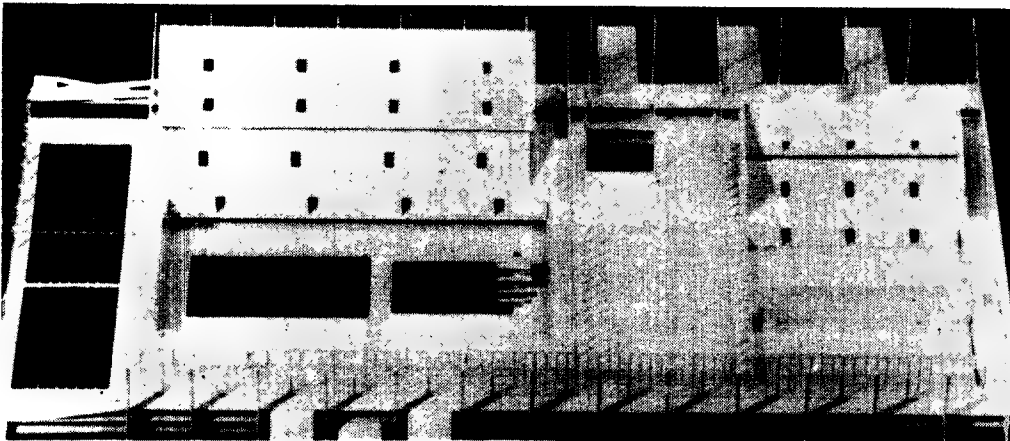


CECILIO A. CAETANO

SERVIÇO ESPECIALIZADO
EM AMORTECEDORES
E SUSPENSÕES
DE TODOS OS TIPOS

GARANTIA DE ASSISTÊNCIA
TÉCNICA

SECÇÃO TÉCNICA: AV. S. JOÃO DE DEUS, 7-1
TELEF. 89 66 03 (Ao apeadeiro do Areeiro)



Em Izmailovo, parque da cidade de Moscovo, vai erguer-se este complexo desportivo, que servirá (durante as olimpíadas 80) para as provas de halterofilismo e natação

PORTUGAL

Continuação da pág. 20

ATLETISMO

Mais mudanças no atletismo nacional: Vera Lisa (Belenenses) e Joaquim Sena (Santa Clara) transferiram-se para o Benfica, enquanto o Sporting consegue o recrutamento de Álvaro Silva, João Campos, Manuel Rocha e Luis Moita (Liceu de Faro) Fernando Miguel (Torres Vedras), aborda o (ainda) benfiquista António Cachola e recupera Carlos Calado (Boavista de Portimão). Mas os «leões» vão mais longe: obtêm, igualmente, a adesão para as suas fileiras de José Outeiro e Mário Macedo (Santa Clara), Rafael Marques (Fátima) e Manuel Miguel (Benfica).

HÓQUEI EM CAMPO

A Associação de Estudantes do ISEF filiou-se como praticante do hóquei em campo.

GINÁSTICA

Numa grandeza que agradecemos, o Ginásio Clube Português comunicou a oferta, ao «D.L.» de duas inscrições gratuitas para crianças de idade compreendida entre os 4 e 10 anos, que queiram frequentar as classes de ginástica infantil da prestigiosa colectividade da Praça das Águas Livres.

VÍTOR HUGO

Vitor Hugo, do Benfica, foi o vencedor do Campeonato Nacional de Tabela (1.ª categoria), que contou com a participação de seis bilharistas, dois do Sporting e do F.C. do Porto, um do Benfica e outro individual. O campeonato decorreu no Salão do Clube Fenianos zportuense, tendo as últimas jornadas proporcionado os seguintes resultados: Pedro Azevedo (Sporting) venceu Wilson Neves (F.C. Porto), por 200/160, em 52 entradas; Mário Machado (F.C. Porto) venceu Mário Gonçalves (individual), por 200/169, em 61; Mário Gonçalves (individual) venceu Wilson Neves (F.C. Porto) por 200/147 em 52; Pedro Azevedo (Sporting) venceu Lucínio Perdigão (Sporting), por 200/180, em 66; e Vitor Hugo (Benfica) venceu Mário Machado (F.C. Porto) por 200/192, em 63.

LA FORA

Continuação da pág. 20

um dos inventores. Com o nosso sistema, a violência acabou e os juizes não poderão ser ameaçados de linchamento, como acontece com frequência, por exemplo na América Latina.

POSIÇÃO

O presidente Ford garantiu, numa carta dirigida a «lord» Killanin (presidente do Comité Internacional Olímpico) que todos os países membros do CIO serão admitidos nos Jogos

Olimpícos de Inverno (1980) MARCADOS PARA Lake Placid (Estado de Nova Iorque).

Nessa carta, publicada ontem na capital americana, Ford reafirma que os Estados Unidos não vão tolerar a politização dos Jogos, como aconteceu em Montreal. Os recentes acontecimentos constituem presságio de uma nova era de perigo para o movimento olímpico, escreve o presidente americano. Espero que o CIO continue a pedir a todas as nações que se abstenham de ingerências políticas nos Jogos.

BASQUETEBOL

Sangalhos batido

Enquanto os rapazes do Sporting viajam até à Suíça (para um confronto com Lugano, incluído na «poule» classificativa para a «Taça dos Campeões Europeus») e as meninas do CIF aguardam, em Toulon (França) a hora de alinharem perante o «cinco» local, os representantes do Sangalhos, concorrentes à «Taça Ko-

rac» são batidos pelos italianos do Alco Bolonha, de modo concludente: 68-97 no «placard» de um espectáculo que marcou o início da temporada oficial em bola ao cesto do clube de Ivo Neves e Alcides Silva.

Jogo no Pavilhão do Sangalhos. Arbitros: Bernard Galley (suíço) e Frank Willems (belga).

SANGALHOS: Bill (14), Raul (14), Nelson (22), Veiga, Cabral (8), Eugénio, Rui (2), José Manuel (18), Carvalho e Madureira.

BOLONHA: Spagui, Orland (2), Casanova (8), Dioni (8), Bonanico (19), Leonard (29), Benelli (16), Polesello (8) e Arrimom (7).

Ao intervalo: 39-48.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA HOTELARIA, TURISMO, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL CONVOCATÓRIA

ELEIÇÕES A 22 DE OUTUBRO

Convoca-se ao abrigo do Artigo 32.º, a ASSEMBLEIA ELEITORAL, constituída por todos os trabalhadores, que nesta data tenham dezoito ou mais anos, estejam em pleno uso dos seus direitos sindicais e tenham pago as suas quotas nos meses de Junho e Julho, para fins do disposto na alínea a) do Art.º 31.º dos estatutos.

ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES

A eleição para os Corpos Gerentes efectuar-se-á no dia 22 de Outubro, de 1976 p.f., sexta-feira, entre as dez e as vinte e três horas nas seguintes mesas de voto:

DISTRITO DE LISBOA

- 1.º — Sede do Sindicato — Pateo do Salema, 4 — Lisboa
- 2.º — Cascais — Sociedade Musical de Cascais — Rua Visconde da Luz, 14 — Cascais
- 3.º — Amadora — Sociedade Filarmónica Recreativa da Amadora — Av. Elias Garcia, 142 — Amadora
- 4.º — Sintra — Palácio de Valenças — Visc. Monserrate — Sintra
- 5.º — Moscavide — Sede do Atlético Clube de Moscavide — Rua António Pedro de Carvalho, 5-C — Moscavide
- 6.º — Vila Franca de Xira — Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira — Rua dos Bombeiros Voluntários — Vila Franca de Xira

DISTRITO DE SETÚBAL

- 1.º — Secção Distrital de Setúbal — Av. 5 de Outubro, 75-A — Setúbal
- 2.º — Almada — Ginásio Clube do Sul — Rua Trindade Coelho — Cacilhas
- 3.º — Sesimbra — Biblioteca Municipal — Rua Cândido dos Reis — Sesimbra

DISTRITO DE ÉVORA

- 1.º — Secção Distrital de Évora — Rua da República, 11-3.º — Évora
- 2.º — Estremoz — Bombeiros Voluntários — Rua 25 de Abril — Estremoz

DISTRITO DE BEJA

- 1.º — Secção Distrital de Beja — Largo Diogo Fernandes, 9 — Beja

DISTRITO DE PORTALEGRE

- 1.º — Secção Distrital de Portalegre — Rua do Carmo, 12-2.º — Portalegre
- 2.º — Elvas — Delegação local — Rua Alferes Cristóvão Pinto, 4-E — Elvas

DISTRITO DE SANTARÉM

- 1.º — Secção Distrital de Santarém — Rua do Mercado, 8 — Santarém
- 2.º — Fátima — Casa Betânia — Fátima
- 3.º — Abrantes — Centro Popular Cultural — Largo Nossa Senhora da Conceição — Abrantes
- 4.º — Tomar — Sindicato dos Metalúrgicos — Travessa da Cascalheira, 19 — Tomar

Cada trabalhador votará na Mesa instalada no Distrito onde trabalha.

A identificação dos trabalhadores pode fazer-se pelo Cartão de Sócio, Carteira Profissional e na sua falta por meio de Bilhete de Identidade ou qualquer outro documento de identificação com fotografia.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) Alberto Pedro da Costa

NOTAS: A instalação de Mesas de Voto fora da Sede e Secções Distritais estava dependente do acordo entre as Listas concorrentes.

1.º — Todas as Mesas de Voto atrás referidas foram do acordo das três listas candidatas, com excepção da do Concelho de Lisboa, onde por esse facto o presidente da Mesa da Assembleia Geral, ao abrigo do Artigo 100.º e 95.º dos Estatutos, decidiu abrir uma Mesa de Voto com 11 Secções de Voto, na Sede do Sindicato.

2.º — Junto das Mesas de Voto, serão entregues a cada sócio votante, as três listas concorrentes e um impresso de um talão a preencher obrigatoriamente com o nome legível e o número do documento de identificação exibido.

3.º — Os sócios a quem a entidade patronal desconta a quotização, sem contudo a enviar ao Sindicato, podem votar mediante a apresentação do recibo do vencimento, comprovativo de que a quota lhe foi descontada.

APELO

Todos os trabalhadores da Indústria Hoteleira, devem participar na vida do seu Sindicato, indo votar na próxima sexta-feira, para Eleição dos Corpos Gerentes nas segundas ELEIÇÕES LIVRES E DEMOCRÁTICAS NA EXISTÊNCIA DO NOSSO ORGANISMO DE CLASSE.

EXCURSÕES CP — especiais

DURANTE OS MESES DE OUTONO, QUANDO A NATUREZA, NA SUA MELANCÓLICA MUTAÇÃO, OFERECE QUADROS DE IMPREVISTA E RARA BELEZA, DESDE A COSTA ALGARVIA AOS CONFINES DO NORDESTE TRASMONTANO...

— Os melhores comboios, em 1.ª classe, e «autopullmans» de luxo

● «SERRA — OUTONO»

- Um prodígio, a face outonal da Serra da Estrela: os vales, as encostas, os picos, o cair da folha, o murmúrio das fontes e a melancolia dos silêncios profundos... Quem não viu ainda a Serra, em Novembro, não conhece a verdadeira Serra...
 - Visita ao «Poço do Inferno» e a uma vila medieval «desconhecida»; almoços seleccionados da cozinha da Beira-Serra; e alojamento em excelente Hotel de 1.ª, em plena Serra (Penhas da Saúde).
- 3 DIAS — Novembro: 6/7/8 — 13/14/15 — 20/21/22 — 27/28/29
- Procedências: Faro, Lisboa, Porto. Preços desde: 1.980\$00

● TRÁS-OS-MONTES

- Lamego, Vila Real, Vidago, Chaves, Romeu e Bragança, até aos confins da Serra de Montezinho, e ainda o Vale do Tua e o Douro, através de paisagens de singular encanto, em que a Paleta de «Mestre Pinto Outono» opera prodígios de cor...
 - Visita ao Museu de Romeu; «banquetes» trasmontano e outros aliciantes para os apreciadores da arte gastronómica.
- 4 DIAS — Outubro: 29/30/31 e 1 Novembro.
- Procedências: Faro, Lisboa, Porto. Preços desde: 2.780\$00

● ALGAR SECO — LAGOS — SAGRES

- Visita de Lagos, Sagres, Cabo de S. Vicente e Algar Seco, essa maravilha da Natureza onde os rochedos parecem catedrais...
 - Alojamento em Hotel de luxo (cinco estrelas) na Praia da Rocha e em Lagos (4 estrelas)
- 3 DIAS — 30/31 e 1/11; Novembro: 20/21/22 e 27/28/29
- Procedências: Porto, Coimbra, Lisboa. Preços desde: 2.100\$00

Para Espanha, partidas diárias, nos comboios Ter e Lusitânia-Expresso

● MADRID

Estadias de 3 dias na capital espanhola, Excursões facultativas a Toledo, Vale dos Caídos, Escorial e Segóvia. Supl. de prolongamentos (para mais dias). Assistência e transferência das estações de Madrid para os Hotéis, todos centrais.

Procedências: Lisboa, Coimbra, Porto. Preços desde: 1.600\$00

DISTRIBUIÇÃO DE PROGRAMAS

LISBOA: Secções de Informações das Estações do Rossio e St.ª Apolónia
PORTO: Secção de Informações da Estação de S. Bento

INFORMAÇÕES — BILHETES

LISBOA: E. G. T. — Rua do Arsenal, 124 — Telef. 36 75 29
PORTO: E. G. T. — Rua Justino Teixeira, 469 — Telef. 57061

O «DIÁRIO DE LISBOA» VENDE-SE NO PORTO

O «Diário de Lisboa» encontra-se à venda nas tabacarias de: Loja Matosinhos, Foz, Avenida da Boavista, Carvalhosa, Rotunda da Boavista, Carvalhosa, Praça Marques de Pombal, Rua de Costa Cabral, Centro, Praça da República, Belfort, Avenida da Tarapana, Bar-Restaurante, e Agências em Fátima e Braga.

PROVÉRBIO: Quem tem fome sonha com pão.

farmácias de serviço

LISBOA

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALCANTARA
Costa, Rua dos Lusíadas, 30 (Tel. 636704)

ALFAMA
Pereira, Avenida da Igreja, 18-A (Tel. 712070); Onilda, Avenida João XXI, 13-A (Tel. 726848)

AVENIDAS NOVAS
Dalva, Avenida Duques d'Avila, 125 (Tel. 45225)

BELÉM
Bom Sucesso, Rua Bartolomeu Dias, 63-A (Tel. 611454)

BENFICA
Progresso, Estrada A-da-Maia, 64-C (Tel. 702226)

BENFICA
Simões, Calçada do Tojal, 102-A Lisboa-4

CAMINHOS DE FERRO
Alves de Carvalho, Rua Vale de Santo António, (Tel. 840125)

ENTRE CAMPOS
Alcantara, Avenida da República, 74-A (Tel. 771379)

LAPA
Central da Lapa, Lda. Rua dos Navegantes, 10. (Tel. 661734. Lisboa-2)

OLIVAIS NORTE
Central, Rua Alferes Barrilero Ruas, 7-C (Tel. 315539)

REGO
Prates e Mota, Rua da Beneficência, 91 (Tel. 773728)

SAO MAMEDE
São Marçal, Rua de São Marçal, 100 (Tel. 325318)

SOCORRO
Tavares, Rua da Palma, 194 (Tel. 863350)

TURNO L-2

TODA A NOITE

ALCANTARA
Biotifer, Rua D. João de Castro, 27-B (Tel. 638824)

AMOREIRAS
Amoreiras (das), Praça das Águas Livres, 8-D (Tel. 681515)

ARCO DO CEGO
Providência, R. D. Filipa de Vilhena, 9-C (ao Bairro Social) (Tel. 770324)

AREIRO
Gasparinho, Rua Dr. Gama Barros, 54-A (Tel. 710465)

ARROIOS
Veral, Rua Morais Soares, 109 (Tel. 821732)

BARRO ALTO
Sanitas, Praça Luis de Camões, 24 (Tel. 322798)

BENFICA
Souza, Estrada de Benfca, 429 (Tel. 780027)

CAMPO DE OURIQUE
Ourique, Rua Freitas Gazul, 32-B (cont. à Rua Almeida e Sousa) (Tel. 671667)

CONDE REDONDO
Capuchos, Rua Luciano Cordeiro, 2-A (Tel. 52076)

JANELAS VERDES
Reis Garrido, Rua das Janelas Verdes, 90 (Tel. 662327)

LUMIAR
São Tomé, Estrada do Desvio, lote 12-C (Tel. 790704)

PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B/C (Tel. 720703-728395)

POÇO DO BISPO
Barros Gouveia, Rua Vale Formoso de Cima, 19-B (Tel. 382180)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Combatentes, Av. C.G. Guerra, 166 (T.2113953)

PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás, R. Costa Pinto, 184 (T.2432034). Toda a noite

OBRAS
Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (T.2430090). Até às 22 horas

NOVA OBRAS
Leal. Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central. Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas

PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (T.2471054). Toda a noite

S. JOÃO DO ESTORIL
S. João, Quinta da Carreira, 29-A (T.261186). Toda a noite

AMOREIRA
Amoreira (T.262313/267314). Toda a noite

CASCAIS
Marginal, Av. Marginal (T.280078). Até às 22 horas; Nova, Ede Alvide, Fontainhas (T.281044). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Melo, P.D. João I, 9-B (T.932756); Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (T.932210); Igreja, P. da Igreja, 22-A (T.937740); Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120, Reboreira (T.938424)

DAMAIA
D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (T.972530)

QUELUZ
Zeller, R. da República, 83 (T.950045)

CACÉM
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (T.3942181)

MEM MARTINS
Miranda Garcia, Ede Mem Martins, 173-B (T.2914103)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)

SINTRA
Marrazes, Estefânia (T.2930058)

COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (T.24100)

ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T.204020)

ALMADA
Galeno, R. Capitão Leitão, 85-B (T.2760565)

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E-Nacional, 178-B (T.2040302)

BARREIRO
Mascarenhas Neto, R. Almeida Garrett (T.2076454)

COVA DA PIEDADE
Atlântico, R. Padre Manuel Bernardes, 1 (T.2764466)

MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)

MONTJO
Giraldes, R. Almirante Reis, 45 (T.2310008)

SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)

SETÚBA
Marques, R. Arronches Junqueiro (T.22783); Bonfim, Av. Rodrigues Manito, 12 (T.24558)

SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 14

ATÉ ÀS 22 HORAS

Gondarém, R. de Gondarém, 360, Foz Correia de Araújo, R. de Santa Catarina, 259 Silva Pereira, R. de Costa Cabral, 293 Alves P. do Exército Libertador, 62 Barros, R. do Loureiro, 104 Boa Hora, R. da Boa Hora, 80 Camela, R. do Heroísmo, 90

TODA A NOITE

Terreiro, R. da Reboreira, 21 Pinteiro Manso, R. São João de Brito, 25-29 Santa Teresa, P. Guilherme G. Fernandes, 100 Nova Avenida, Av. Ferno de Nalgaaes, 692

COIMBRA

Figueiredo, Rua da Sofia, 107 (Tel. 22837; M. Nazaré, Av. João das Regras, 132 (Tel. 23033)

cinemas

ALVALADE

Tel 897480 15.30, 18.30 e 21.15

Luis de Funes em

AS FÉRIAS GRANDES

Um filme de Jean Giraut

3.ª Semana

Para todos

APOLO 70

Tel 763319 14, 16.30, 19 e 21.15

A obra-prima de Luis Buñuel

VIRIDIANA

com Silvia Pinal, Fernando Rey, Francisco Rabal

Panorama do cinema mexicano

Não acons. men. 18 anos

A ILHA DOS HOMENS SÓS

AVIS

Tel 47163 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. men. 13 anos

23.ª Semana

BOBBY

A projecção do filme começa 5 minutos após os horários

BERTIA

Tel 776098 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. men. 13 anos

Treine-os! Excite-os! Arme-os! ... Largue-os em território nazil

DOZE INDOMÁVEIS PATIFES

Um filme de Robert Aldrich

9.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO

Tel 795093 14, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

Al Pacino em

UM DIA DE CÃO

6.ª Semana

Um filme de Sidney Lumet

cinemas

CASINO ESTORIL

Tel 264521/264996 17 e 21.15

Grupo D.M. 18 anos

A QUEIMA-ROUPA

Policial-metecolor

CASTIL

Tel 630194 15, 17, 19 e 21.15

Interd. men. 18 anos

Colorido

FELICIA

4.ª Semana

(Este filme contém cenas eventualmente chocantes)

CONDES

Tel 322523 13.30, 16.15, 19 e 21.45

Grupo B — M. 10 anos

TORA! TORA! TORA!

3.ª Semana

A gigante epopeia jamais filmada

c/ Martin Balsan e Joseph Cotten

EDEN

Tel 320768 14, 16.30, 19, 21.45

Uma impressionante demonstração do poder esmagador do Kung Fu

O GUARDA-COSTAS DE FERRO

2.ª Semana

Com Chen Kuan-tai, Li Hsiu-hsien, Yueh Hua

Interdito men. 18 anos

ESTÚDIO

Tel 555134/5 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. men. 13 anos

O PROCESSO DIMITROV

O julgamento do século!

ESTÚDIO 444

Tel 779095 15.15, 17, 18.45 e 21.15

Interdito men. 18 anos

DESENHOS PICANTES

4.ª Semana

Este filme pode ser considerado pornográfico

IMPÉRIO

Tel 555134/5 15, 18.15 e 21.15

Grupo R 10 anos

Sophia Loren/Alec Guinness/Omar Sharif

A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO

3.ª Semana

Um drama de amor no ambiente tumultuoso da decadência de um grande império de Anthony Mann

70mm écran gigante

LONDRES

Tel 801313 14, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

O PORTEIRO DA NOITE

C/ Dirk Bogarde e Charlotte Ramping

MUNDIAL

Tel 538743 Hoje as 21.15

Noite de estreia

Não acons. a menores de 13 anos

NÃO HÁ AZAR

As 15.15, 18.30

SHAMPOO

BIBLIOTECA DA CINEMATECA NACIONAL

Abertura ao público das 14 às 20 horas

de 2.ª a 6.ª feira

INSTITUTO PORTUGUÊS DE CINEMA

Rua de S. Pedro de Alcântara, 45-1.º

LISBOA-2

cinemas

NIMAS

Tel 574313/574313

14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

CHOVE EM SANTIAGO

4.º mês de lotações esgotadas

O Chile de Allende a Pinochet

ODEON

Tel 326283 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. men. 13 anos

A obra-prima de Alfred Hitchcock

REBECCA

com Joan Fontaine e Laurence Olivier

3.ª Semana de encontros

PATHE

Tel 821933 14.15, 16.30, 18.45 21.15

Insolentes, contestatárias, irresistíveis!

AS GOLPISTAS

Um filme de Steve Carver

POLITEAMA

Tel 323805 14.15, 16.30, 19.00, 21.30

Interdito men. 18 anos

O filme pornográfico

PROSTITUIÇÃO CLANDESTINA

(Cont. cenas eventualmente chocantes)

RESTELO

Tel 610376 21.00

Grupo D.M. 18 anos

O AMANTE

ROMA

Tel 727778 15.30, 18.30, 21.15

Interdito men. 18 anos

SEXUALMENTE TUA

2.ª Semana

Um filme de Max Pécas

ROXY

Tel 48550 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. men. 18 anos

A JOVEM NORA

c/ Simonetta Stefanelli e Philippe Leroy

S. JORGE

Tel 554153 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

A MULHER, O AMOR E O ÓDIO

Philippe Noiret, Romy Schneider

5.ª Semana

3 Oscars do cinema francês!

TIVOLI

Tel 570595 15.15, 18.30, 21.15

Isto não é um filme, é um fabuloso espectáculo musical!

2.ª Semana

KAZABLAN

Com Yehoram Gaon, Arie Elias, Yehudah Efroni

Para todos

UNIVERSAL

Tel 774402 15, 19 e 21

Não acons. men. 18 anos

NÚMERO DOIS

O último filme de Jean-Luc Godard

As 17 e 23

Interdito men. 18 anos

SALÓ OU OS 120 DIAS DE SODOMA

Um filme de Pier Paolo Pasolini

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

S. LUIS
21.30 (13 anos)
«Tudo no Jardim»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«As coisas que o padre faz»

COLISEU
21.30 (6 anos)
«Olimpiada do Circo»

VASCO SANTANA
21.30 (13 anos)
«Fanshen»

MARIA MATOS
21.30 (18 anos)
«O director da Ópera»

TEATRO ABERTO
21.15 (13 anos)
«O círculo de Giz Caucasiano»

COMUNA
21.45 (18 anos)
«O Mágico da Cenoura»

LISBOA/Cinemas

CALEIDOSCÓPIO
21.00 (18 anos)
«Um Dia de Cão»

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Técnicas do Amor»

CAPITÓLIO
21.00 (18 anos)
«Wester porno»

CINEARTE
21.15 (18 anos)
«A Insatisfeita»

EUROPA
21.15 (13 anos)
«Deus perdoa, eu não!»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«A Filha de Ryan»

IDEAL
21.15 (18 anos)
«Inocência e Turbamento»

JARDIM
21.15 (18 anos)
«O Ataque do Dragão Negro»

LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Criado Para Todo o Serviço»

OLIMPIA
21.00 (18 anos)
«De arma em punho»

RESTELO
21.00 (18 anos)
«O Amante»

PARIS

21.15 (13 anos)
«A Corrida dos Malucos»

PALÁCIO FOZ
21.00 (13 anos)
«Rua Sem Sol»

VOX
21.15 (18 anos)
«Os Teatros Eróticos de Paris»

SATÉLITE
19.00, 21.15 (13 anos)
«Eram os Deuses Astronautas»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Minha irmã Meu Amor»

Linha de Sintra

AMADORA
Lido 21.15 (13 anos)
«Doze indomáveis patifes»

Cinestúdio
21.30 (13 anos)
«O direito de nascer»

SINTRA
Carlos Manuel 21.15 (18 anos)
«Um Lance no Escuro»

Linha de Cascais

ESTORIL
Casino 17 e 21.15 (18 anos)
«A queima roupa»

Palácio
21.15 (18 anos)
«Escada de caracol»

CASCAIS
S. José 21.15 (18 anos)
«O grande delírio»

CASCAIS
Oxford 16.00, 21.15 (18 anos)
A HISTÓRIA D'O

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível 21.15 (18 anos)
«A cama é o meu castelo»

LARANJEIRO
Instrução e Recreio 21.15 (18 anos)
«Loucura sexual»

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO 400
21.15 (13 anos)
«Um Cérebro por um Bilião»

ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«Há Lodo no Cais»

ÁGUA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«O que faz mudar um homem»

BATALHA BEBÉ
21.30 (18 anos)
«Dillinger Morreu»

COLISEU
21.15 (13 anos)
«Bobby»

CARLOS ALBERTO
21.15 (13 anos)
«Vício de Matar»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«A Esposa Comprada»

JÚLIO DINIS
17.45 e 21.15 (13 anos)
«Chamada para a Morte»

OLIMPIA
21.15 (18 anos)
«Vampira»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«O Fantasma do Paraíso»

RIVOLI
21.15 (18 anos)
«A Mulher Policia Faz Carreira»

S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Fogo no Sangue»

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«Marylin e o Senador»

TRINDADE
21.16 (18 anos)
«A Rival»

VALÉ FORMOSO
21.15 (10 anos)
«Os Dez Mandamentos»

COIMBRA

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Emanuelle a antivergem»

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«Acidente»

S. TEOTÓNIO
21.15 (10 anos)
«Spartacus»

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Acto de Vingança»



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320211/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. 01804 TELEF. 12363
LISBOA PORTUGAL

O MISTÉRIO

Recentemente recebi uma intimação para ir à Rua António Maria Cardoso. Desta vez não era a PIDE, mas a Comissão de Extinção da PIDE que me queria ouvir, interrogar, apertar, acarear, deter... Sei lá!

Fui notificado por escrito. Assine aqui. Se não comparecesse no dia 14 estava sujeito a... Quer dizer, estava lixado. Puxei pela memória, pela imaginação, pela intuição, pela dedução.

Decidi-me a ir. Que remédio! Logo se veria o que era. A única coisa que consegui saber era que também haviam sido notificados mais colegas. Mas o mistério persistia.

Nas vésperas, recebo telefonicamente a notícia de que já não era preciso ir. O mistério, entretanto, subsistia. E foi pelo Jacinto Baptista e pelo Rodrigues da Silva, lendo o «Popular», que soube alguma coisa. O Moraes de Carvalho, apagado elemento da redacção da

«Voz», que foi presidente do sindicato e por isso procurador à Câmara Corporativa, era informador da PIDE e como tal denunciara dezenas de jornalistas àquela polícia!

Entretanto morrera e o caso parece ter sido abandonado. Mas é lamentável. Um pido morto não passa a ser uma boa pessoa. Acho que o caso devia ser esclarecido até ao fim.

Pelo menos eu gostaria de saber o que o Moraes de Carvalho denunciou, de mim e dos outros.

Já que se sabe quem era um dos denunciantes entre os profissionais da Imprensa, parece-me que seria pedagógico desvendar este pequeno mistério.

Já que o grande mistério da máquina delatora do povo português parece destinado a permanecer como mistério!

MANUEL DE AZEVEDO

G.D.U.P.'s legalizam-se

«Não se pode equiparar a legalização dos GDUP's à legalização de mais um partido político. Trata-se da legalização duma organização unitária de tipo novo, e fazemo-lo de certo modo contrariados, pois sempre nos batemos para que quaisquer grupos de cidadãos pudessem concorrer às eleições para as locais, sem que houvesse necessidade de recorrer a partidos políticos».

— Palavras de Luis Moita, aos jornalistas, ontem à tarde no Supremo Tribunal de Justiça e quando uma delegação representativa dos GDUP's ali se deslocou para fazer a entrega da documentação tendente ao registo dos Grupos como orga-

nização legal. O pedido de legalização era acompanhado por 5200 assinaturas.

A propósito da candidatura dos GDUP's às eleições para as autarquias Luis Moita lembrou que os Grupos Vão apoiar listas de unidade popular nos locais onde isso se tornar viável; onde não, deverão concorrer com a sua própria sigla. Luis Moita encabeçará a lista de Setúbal. Teotónio Pereira será o primeiro nome em Lisboa.

Quanto a Otelo, o próprio Luis Moita disse que ele não poderá candidatar-se, dado que se trata dum militar no activo e encontra-se em situação irregular.

Eanes no Funchal (com Soares)

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, deslocou-se no próximo sábado ao Funchal, onde assistirá a uma reunião da Assembleia Regional da Madeira. Deverá ser acompanhado pelo Primeiro-Ministro, Mário Soares, presidente da Assembleia da República, presidente do Supremo Tribunal de Justiça e um conselheiro da Revolução.

O Presidente da República permanecerá apenas um dia no Funchal sendo possível que participe numa reunião de trabalho em que serão discutidos problemas da região com ele-

mentos do Governo local.

UDP PROTESTA CONTRA ORDENADOS

FUNCHAL, 20 — Na Assembleia Regional, um deputado da UDP acaba de reclamar contra os «chorudos» ordenados dos deputados madeirenses, propostos (e aceites) pelo PPD: 10.200 escudos, com o acréscimo de uma «senha» de 350 escudos por presença em reunião. Números redondos, um ordenado mensal médio de 15 contos.

O deputado da UDP lem-

brou, a propósito, que a maior parte dos trabalhadores madeirenses não chega a ganhar cinco contos por mês. Se quando os trabalhadores lutam por melhores salários, os representantes dos partidos os consideram logo exagerados, não fazia sentido disse que os deputados tivessem semelhantes ordenados.

Por questão de coerência, o representante da UDP declarou que retirará apenas 6.400 escudos do ordenado da Assembleia, deixando o restante à disposição dos organismos dos trabalhadores.

C.R. no Restelo

Rotina, mas talvez algo mais

O Conselho da Revolução está reunido desde o princípio da tarde no edifício do Estado-Maior-General das Forças Armadas, como habitualmente. Esta reunião tem como único ponto da agenda a «análise da situação político-militar», rubrica muito ampla e onde cabe toda a série de problemas. As reuniões do C.R. são semanais, alternando as que se destinam a discutir matérias de fundo com as reuniões classificadas de «rotina», destinadas estas a despachar assuntos correntes ou já discutidos.

Segundo algumas fontes, uma das matérias a debater hoje pelo C.R. seria o decreto sobre as eleições para as autarquias. Isto não é, todavia,

completamente certo, porque não está previsto na estrutura de funcionamento do C.R. a discussão sistemática dos decretos do Governo. Os membros do Conselho recebem o texto dos diplomas e estes somente serão discutidos se algum deles levantar problemas de inconstitucionalidade. Caso contrário os decretos são normalmente promulgados pelo Presidente da República se este também assim o entender.

As reuniões de «rotina» podem, evidentemente, deixar de sê-lo por força da conjuntura que se viva, e ela caracteriza-se neste momento por diversas acções da direita, civil e militar, no sentido de contestar

órgãos e normas constitucionais.

No plano militar, forças da extrema-direita estão a tentar o aproveitamento político de algumas reivindicações de oficiais do Q.P. oriundos do Q.C. (ex-milicianos), que empreenderam reuniões à margem da hierarquia militar institucionalizada, ao mesmo tempo que oficiais saneados no 25 de Abril pelo seu inequívoco ideário fascista querem ser reintegrados e que os seus processos sejam revistos. É mais do que evidente a convergência destas acções e muito claros os objectivos. Se os militares oriundos de milicianos podem ter reivindicações justas, estão a deixar-se arrastar para uma forma de luta que impede a resolução desses problemas e apenas serve as forças que deles se querem aproveitar. Quanto aos segundos, não é preciso fazer comentários.

No plano civil, CAP, CIP, partidos de direita, grande patronato, todos tentam desestabilizar, empurrar o Governo para acções de direita ou contestá-lo quando este assim não procede.

As peças fundamentais do fascismo estão em movimento. Quem as faz mexer? É esta a grande questão e é este, em traços gerais, o retrato da conjuntura, permitindo-nos supor que nem tudo possa ser rotina na reunião de hoje.

PRESIDÊNCIA DESMENTE «O DIA»

Da Presidência da República recebemos hoje o seguinte esclarecimento:

«Tendo o jornal «O Dia» publicado uma notícia segundo a qual o Presidente Ramalho Eanes teria presidido anteontem a uma reunião de oficiais na sua residência, para estudar o problema» das antiguidades dos oficiais do quadro permanente oriundos de milicianos, desmente-se que essa ou qualquer outra reunião se tenha efectuado com oficiais e para aquele fim.»

Afirmado na Docapesca

Reestruturação das pescas passa pelos trabalhadores

«O sector das pescas continua estruturado como no passado, persistindo a crise, dado que, apesar da nacionalização do sector, não foram feitas quaisquer alterações de fundo. Impõe-se, por isso, a reestruturação, para que a crise seja superada, passando a intervenção do Estado a ser mais do que um decreto, deixando de ser apenas nacionalização dos prejuízos das pescas» — afirmaram elementos da Coordenadora das Comissões de Trabalhadores das Empresas de Pesca Nacionalizadas e Intervencionadas, numa conferência de Imprensa hoje realizada na Docapesca de Pedrouços.

P.S.O.E. não desarma

Continuação da pág. 1

efectuar-se-á noutra parte do território espanhol. A data prevista é de 4 a 7 de Novembro e, para o encontro, já estão convidados diversos dirigentes socialistas europeus.

Uma decisão anterior do P. S. O. E. referia a realização do seu congresso em Lisboa ou em Paris, caso viesse a acontecer o que previa: problemas com o Governo. Entretanto, a mudança de atitude e o propósito de realizar o congresso mesmo algures, em Espanha, pode indicar que o Partido Socialista Operário Espanhol levou em conta a delicada situação em que ficaria colocado o Governo de Mário Soares, caso decidisse levá-lo a efeito em Portugal.

A atitude do Governo espanhol poderá levar ao adiamento do congresso. Recorde-se

que grupos dissidentes do Partido Socialista foram autorizados a efectuar os seus congressos em Espanha. Entretanto, a proibição do congresso do P. S. O. E. deverá permitir ao Governo espanhol enfrentar em melhores condições os franquistas, nas Cortes. facto que tornaria menos dura a batalha pela aprovação do projecto de reforma política de Suárez, que já foi apresentado em regime de urgência.

Entretanto, o dirigente da extrema-esquerda francesa, Alain Krivine, foi preso em Madrid aonde se deslocara a fim de participar numa reunião. As autoridades espanholas «convindaram-no» a abandonar o país.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA NO MÊS ANTERIOR: 39 984 EXS.



QUEM É QUEM

O juiz Hugo do Amaral Barata foi autor do acórdão que, declarando inconstitucional a Lei n.º 8/75, mandou em paz e liberdade o primeiro pido sujeito a julgamento, apesar da Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 309.º, a manter expressamente em vigor e, como tal, ser uma lei constitucional. O mesmo Barata, convém lembrá-lo, foi também o juiz da sindicância à Secretaria de Estado do Trabalho quando aí pontificava como ministro o capitão Tomás Rosa. Enquanto sindicalista, o juiz Barata utilizou métodos que, para quem os conhece, apenas confirmam que a sua opinião sobre a libertação dos pides é coisa que corresponde à sua maneira de pensar, sentir e agir. Com efeito, na recolha dos depoimentos para a dita sindicância, o juiz Barata utilizou métodos assaz conhecidos... Assim, procurava saber, perguntando directamente, qual a ideologia política dos Visados, e até dos próprios declarantes, não se esquecendo, no entanto, de omitir as respectivas perguntas e respostas nos autos.

O juiz Barata que, por práticas inquisitoriais usadas na condução da sindicância, vinha dela a ser afastado pelo Conselho Superior Judiciário, conseguiu, mesmo assim, elaborar o respectivo relatório, por si subscrito em 28 de Maio de 1976, onde faz expressa referência à Constituição fascista de 1933.

RECTIFICAÇÃO

Num «Tome Nota» ontem publicado a propósito de uma informação do semanário «Expresso», por lapso foi indicado que também a RDP tinha divulgado a notícia da mesma forma, quando na verdade se tratava da RTP. Do facto pedimos desculpa aos nossos leitores.

Veto favorece Pretória

NAÇÕES UNIDAS, 20 (FP) — Em consequência dos vetos dos Estados Unidos, da França e do Reino Unido, o Conselho de Segurança rejeitou ontem uma resolução dos países não-alinhados que previa um embargo total dos fornecimentos de armas e munições à África do Sul, devido à sua atitude em relação a Namíbia.

OS INSUBMISSOS

6.ª edição

romance de
**URBANO
TAVARES
RODRIGUES**

Intelectuais e operários unidos na luta contra o fascismo: obra forte que constitui um documento histórico e a pesquisa de uma nova forma de romance.

uma edição

**LIVRARIA
BERTRAND**

Visite a exposição fotográfica do grupo IF na Livraria Bertrand, à Rua Garrett, 73 em Lisboa

MARROCOS

...país exótico ao pé de casa!

FINS de SEMANA (cidades imperiais)
1 SEMANA

desde 2 390\$

ROYAL AIR

maroc

EUROPE

AV. LIBERDADE 233 TEL. 536121 LISBOA 2